

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Ana Silvia Prata, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva Walter, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio Saddy Rodrigues Coy, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elisabeth Cardozo, Fabiane de Moraes Rodrigues, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flávio Henrique Baggio Aguiar, Helena Ansani Nogueira, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, José Reinaldo Braga, Karolyne Stefanny de Souza, Luiz Carlos Dias, Luiz Seabra Junior, Luma Cristinne Fernandes Monteiro, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo Dotti, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Márcia Azevedo de Abreu, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marcos César de Oliveira, Maria Camila Abramides Prada, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Muriel de Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Paulo José Rocha de Albuquerque, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Verónica Andrea González-López, Victor Gobbi Sebinelli e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Álvaro de Oliveira D'Antona, Cristiane Maria Megid, Maria Silvia Viccari Gatti, Oswaldo da Rocha Grassiotto, Paulo César Montagner e Verónica de Lourdes Sierpe Jeraldo; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Tânia Maron Vichi Freire de Mello; os doutores Benedito Paes Silvado Neto e doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Fernando Antonio Santos Coelho, e os seguintes conselheiros: Anderson de Souza Sant'Ana, sendo substituído pela conselheira Ana Silvia Prata; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Lício Augusto Velloso; Andréa Marcondes de Freitas; Mariângela Ribeiro Resende; Benilton de Sá Carvalho, sendo substituído pela conselheira Márcia Azevedo de Abreu; José Antônio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Anna Christina Bentes da Silva; Claudio José Servato, sendo substituído pelo Conselheiro Victor Gobbi Sebinelli; Gabriela Barros Gonçalves, sendo substituída pelo conselheiro José Reinaldo Braga; Gustavo Costa do

1 Nascimento, sendo substituído pelo conselheiro Matheus Alves Albino; e Eliana da Silva
2 Souza, sendo substituída pela conselheira Maria Camila Abramides Prada. Informa que a
3 professora Maria Luiza Moretti também estará ausente no período da manhã, ela tem um
4 compromisso no consulado americano em São Paulo e deverá participar da segunda etapa da
5 reunião. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Septuagésima
6 Nona Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas,
7 realizada de forma híbrida, sendo que a participação dos conselheiros que não estão presentes
8 na sala do Consu se dará via plataforma Zoom. O uso da palavra pelos titulares se dará por
9 ordem de inscrição, utilizando o botão em formato de mão no aplicativo. Para as manifestações
10 na Ordem do Dia, os conselheiros terão um limite temporal de cinco minutos e de três minutos
11 para o Expediente. A inscrição para o Expediente se inicia agora e se encerrará após a aprovação
12 da ata. Dá as boas-vindas à professora Liedi Legi Bariani Bernucci, indicada pela Fapesp como
13 membro suplente da comunidade externa, com mandato de 05 de outubro de 2022 a 31 de
14 agosto de 2023, em substituição à professora Vanderlan da Silva Bolzani. Também ao diretor
15 da Faculdade de Engenharia de Alimentos e à diretora associada, os professores Anderson de
16 Souza Sant'Ana e Ana Silva Prata, cujos mandatos vão de 06 de outubro de 2022 a 05 de
17 outubro de 2026. Ao diretor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo,
18 professor Paulo José Rocha de Albuquerque, e à diretora associada, professora Mariana
19 Rodrigues Ribeiro dos Santos, cujos mandatos vão de 1º de novembro de 2022 a 31 de outubro
20 de 2026. Ao diretor do Colégio Técnico de Campinas, professor Luiz Seabra Junior, e à diretora
21 associada, a professora Cíntia Kimie Aihara Nicoletti, cujos mandatos vão de 1º de novembro
22 de 2022 a 31 de outubro de 2026. À diretora da Faculdade de Enfermagem, professora Roberta
23 Cunha Matheus Rodrigues, e à diretora associada, professora Edinéis de Brito Guirardello,
24 cujos mandatos vão de 11 de novembro de 2022 a 10 de novembro de 2026. Ao diretor do
25 Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, professor Ricardo Miranda
26 Martins, e à diretora associada, a professora Anne Caroline Bronzi, cujos mandatos vão de 13
27 de novembro de 2022 a 12 de novembro de 2026. Informa que estão disponíveis no *site* da
28 Secretaria Geral os pareceres CLN 50/2022, 51/2022 e 52/2022, referentes aos itens 03 e 07 da
29 Ordem do Dia e ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar, respectivamente. Também estão
30 disponíveis a Informação Aeplan 1621/2022, Parecer COP 24/2022, Informação Aeplan
31 1622/2022, Parecer COP 26/2022, Informação Aeplan 1618/2022 e Parecer COP 28/2022.
32 Esses pareceres e informações são referentes aos itens 05, 07 e 09 da Ordem do Dia,
33 respectivamente. A ata atualizada da terceira reunião extraordinária do Conselho Curador da
34 Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, realizada em 21 de novembro de 2022, também
35 está nesse conjunto de documentos no *site* da Secretaria Geral e se refere ao item 09 da Ordem
36 do Dia. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Septuagésima Oitava Sessão
37 Ordinária, realizada em 27 de setembro 2022, e sua continuação, realizada em 04 de outubro de
38 2022. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é
39 aprovada com 08 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 15 itens, e à Ordem do Dia
40 Suplementar, com 01 item, informando que há destaques obrigatórios dos itens 01 – Proc. nº

1 07-P-8709/2022 –, 02 – Dossiê nº 08-D-42181/2022 e Proc. nº 01-P-13090/2022 e 10 – Proc.
2 nº 01-P-10318/2022 –, e destaques da Mesa dos itens 08 – Dossiê nº 01-D-47672/2022 – e 09
3 – Dossiê nº 01-D-47746/2022. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. O
4 Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR destaca o item 03 – Proc. nº 01-P-
5 49597/2022. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que iria destacar o item 09, que a
6 Mesa já destacou, mas tem uma pergunta de questão de ordem. Uma das alegações que foram
7 feitas para se votar a não retirada de pauta do item seria que ele voltaria obrigatoriamente no
8 Consu posterior, que é o do RAD para os aposentáveis, mas viu que não está pautado. Pergunta
9 se existe alguma justificativa para a ausência desse item. A Conselheira CLAUDIA MARIA
10 BAUZER MEDEIROS destaca o item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-
11 18408/2017. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO destaca os itens
12 04 – Proc. nº 01-P-6002/1990 –, 05 – Proc. nº 01-P-45719/2022 –, 06 – Proc. nº 02-P-
13 26239/2010 –, 07 – Dossiê nº 01-D-29075/2022 e 15 – Dossiê nº 01-D-49421/2022. Não
14 havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não
15 destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 03 abstenções, os pareceres que
16 subsidiaram os seguintes processos: K – Composição do Conselho Universitário – Eleições das
17 Representações Discentes da Graduação e Pós-Graduação junto ao Consu, CCE, CCG e CCPG
18 – Para Homologação – Deliberações Consu-A-13/2017 e Consu-A-14/2017 – 11) Proc. nº 01-
19 P-10296/2022 – Eleições da representação discente da graduação junto ao Consu, CCE e CCG,
20 realizadas nos dias 18 a 20.10.22, para mandato de 01 (um) ano, a partir de 1º.01.23 – Parecer
21 PG-2500/2022 e Despacho PG-5573/2022. 12) Proc. nº 01-P-10308/2022 – Eleições da
22 representação discente da pós-graduação junto ao Consu, CCE e CCPG, realizadas nos dias 18
23 a 20.10.22, para mandato de 01 (um) ano, a partir de 1º.01.23 – Despacho PG-5574/2022. L –
24 Plano Plurianual de Investimentos – Deliberação Consu-23/2022 e Deliberação Consu-A-
25 015/2001 – 13) Dossiê nº 01-D-24338/2022 – Disponibilização de recursos adicionais para o
26 projeto de ampliação do sistema fotovoltaico, dentro do escopo do Projeto de Eficiência
27 Energética da Unicamp, no valor de R\$20 milhões, oriundos do Plano Plurianual de
28 Investimentos da Unicamp, elevando para R\$40 milhões o valor destinado ao Projeto de
29 Eficiência Energética – Ofício Depi-02/2022, Inf. Aeplan-1472/2022 e Parecer COP-Consu-
30 22/2022. 14) Dossiê nº 01-D-31558/2022 – Disponibilização de recursos para execução, na
31 Faculdade de Educação Física, da obra de reforma das Quadras Poliesportivas 10 a 13 e
32 construção de cobertura e mezanino, no valor total de R\$10.889.652,64, dentro do Plano
33 Plurianual de Investimentos da Unicamp – Ofício DIR/FEF-67/2022, Infs. Depi/GEMP-
34 96/2022 e 120/2022, Inf. Aeplan-1479/2022 e Parecer COP-Consu-23/2022. Passa ao item 01
35 – Proc. nº 07-P-8709/2022 –, que trata de proposta de concessão do título honorífico de
36 Professora Honorária, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, à professora
37 doutora Marlene Tiduko Ueta, com homologação da designação de Comissão Especial
38 composta pelos Profs. Drs. Verónica de Lourdes Sierpe Jeraldo (presidente), João Aristeu da
39 Rosa e Pedro Paulo Chieffi. Agradece aos professores que se disponibilizaram a analisar a
40 solicitação e emitir o parecer. Passa a palavra à professora Verónica Jeraldo, que presidiu a

1 comissão. A Professora VERÓNICA DE LOURDES SIERPE JERALDO diz que é uma honra
2 muito grande estar aqui e ter presidido essa comissão especial para conceder o título de
3 Professora Honorária à professora Marlene, que em 2022 completa 53 anos de carreira
4 profissional como professora e pesquisadora, ainda em atividade. No Departamento de
5 Parasitologia, a sua produção é inegável, de alto nível, além da formação de recursos humanos
6 tanto na graduação quanto na pós-graduação. São características extremamente relevantes para
7 a carreira universitária, às quais acrescenta as qualidades pessoais da professora Marlene: uma
8 pessoa extremamente humilde, simples e sempre disposta a ajudar os alunos, sempre disposta
9 a trabalhar em prol da educação. Esse é o maior mérito de quem escolhe a carreira universitária,
10 e por tudo isso foi consenso na comissão emitir parecer favorável à concessão do título à
11 professora Marlene. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que fica
12 muito feliz com o resultado da avaliação pela comissão. A professora Marlene entrou na
13 Unicamp em 1965 para fazer mestrado e começou suas atividades como docente em 1969. É
14 uma pessoa magnífica, tem um currículo, como pode ser atestado na plataforma Lattes, sempre
15 atualizado, além de ter uma convivência muito tranquila, portanto sente-se muito orgulhoso
16 com a indicação e com o resultado da avaliação. Recomenda que o título seja aprovado por esta
17 Casa. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria,
18 de forma nominal, que transcorre da seguinte maneira: O Conselheiro ADILTON DORIVAL
19 LEITE Favorável. A Conselheira ANA SILVIA PRATA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ
20 MARTINS BIANCARELLI Favorável. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O
21 Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA
22 SILVA WALTER Favorável. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU Favorável. A
23 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheira CLAUDIA
24 VIANNA MAURER MORELLI Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO
25 TORMENA Favorável. O Conselheiro VICTOR GOBBI SEBINELLI Favorável. O
26 Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY Favorável. A Conselheira DIRCE
27 DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro DIRCEU NORILER Favorável. O
28 Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira MARIA
29 CAMILA ABRAMIDES PRADA Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO
30 Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável.
31 O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE
32 BAGGIO AGUIAR Favorável. A Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA Favorável. A
33 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro
34 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro IGNACIO MARIA
35 POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO
36 Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS
37 TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável.
38 O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro
39 JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA
40 Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS Favorável. O Conselheiro LUIZ SEABRA

1 JUNIOR Favorável. A Conselheira LUMA CRISTINNE FERNANDES MONTEIRO
2 Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro
3 MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA
4 Favorável. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS
5 DA SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO
6 CICONE Favorável. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA Favorável. A
7 Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ
8 ROBLE Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro
9 PAULO JOSÉ ROCHA DE ALBUQUERQUE Favorável. A Conselheira RACHEL
10 MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O
11 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O Conselheiro RICARDO
12 MIRANDA MARTINS Favorável. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS
13 RODRIGUES Favorável. O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A
14 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira FÁTIMA
15 REGINA RODRIGUES ÉVORA Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
16 GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO Favorável. O
17 MAGNÍFICO REITOR anuncia que foi aprovada por unanimidade, com 55 votos favoráveis,
18 a concessão do título de Professora Honorária da Unicamp à professora Marlene Tiduko Ueta,
19 a quem parabeniza, assim como ao IB e à comissão especial. Passa ao item 02 – Dossiê nº 08-
20 D-42181/2022 e Proc. nº 01-P-13090/2022 –, que trata de proposta de deliberação Consu que
21 altera os Estatutos e o Regimento Geral da Unicamp, visando à modificação do nome do
22 Instituto de Física “Gleb Wataghin”, para que passe a ser Instituto de Física Gleb Wataghin,
23 sem aspas. A proposta demanda alteração do inciso II do Artigo 5º dos Estatutos e do inciso II
24 do Artigo 5º e do inciso II do Anexo I do Regimento Geral. O Conselheiro MARCOS CÉSAR
25 DE OLIVEIRA diz que essa mudança do nome do Instituto, tirando as aspas, foi discutida já
26 no passado e foi deixado com aspas porque se imaginava que seria a maneira correta de
27 endereçar o nome de alguém no Instituto, mas o que têm observado ao longo da história é que
28 isso tem sido problemático, principalmente para publicações externas. Utilizam bastante a sigla
29 IFGW e deixou de fazer muito sentido ter aspas no nome. O MAGNÍFICO REITOR agradece
30 pela justificativa e diz que, mesmo acreditando que não há nenhum motivo para polêmica, terão
31 de fazer a votação nominal porque a alteração dos Estatutos da Unicamp exige maioria
32 qualificada. Passa à votação nominal, que transcorre da seguinte forma: O Conselheiro
33 ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. A Conselheira ANA SILVIA PRATA Favorável. O
34 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. A Conselheira ANDRÉIA
35 GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. O Conselheiro
36 ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER Favorável. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO
37 DE ABREU Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável.
38 A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI Favorável. O Conselheiro
39 CLÁUDIO FRANCISCO TORMENA Favorável. O Conselheiro VICTOR GOBBI
40 SEBINELLI Favorável. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY Favorável. A

1 Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro DIRCEU
2 NORILER Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A
3 Conselheira MARIA CAMILA ABRAMIDES PRADA Favorável. A Conselheira
4 ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira FABIANE DE MORAES RODRIGUES
5 Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável.
6 O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE
7 BAGGIO AGUIAR Favorável. O Conselheiro JOSÉ REINALDO BRAGA Favorável. A
8 Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA Favorável. A Conselheira HELOISE DE
9 OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE
10 CARVALHO Favorável. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável.
11 O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro
12 JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
13 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro MARCO
14 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
15 Favorável. A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA Favorável. O Conselheiro
16 LUIZ CARLOS DIAS Favorável. O Conselheiro LUIZ SEABRA JUNIOR Favorável. A
17 Conselheira LUMA CRISTINNE FERNANDES MONTEIRO Favorável. O Conselheiro
18 MARCELO ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO
19 TORSONI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A
20 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
21 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
22 O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA Favorável. A Conselheira MURIEL DE
23 OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O Conselheiro ODILON JOSÉ ROBLE Favorável. O
24 Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO JOSÉ ROCHA
25 DE ALBUQUERQUE Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O
26 Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
27 SILVEIRA Favorável. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS Favorável. A
28 Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES Favorável. O Conselheiro
29 RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI APARECIDA
30 RIBEIRO Favorável. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA Favorável. A
31 Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro
32 WAGNER DE MELO ROMÃO Favorável. O MAGNÍFICO REITOR informa que a matéria
33 foi aprovada por unanimidade, com 57 votos favoráveis. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-
34 49597/2022 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-27/2014, que dispõe
35 sobre o processo de promoção por mérito para os níveis de Professor Doutor II (MS-3.2),
36 Professor Associado II (MS-5.2) e Professor Associado III (MS-5.3) da Carreira do Magistério
37 Superior (MS). Destaque do professor Flávio. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO
38 AGUIAR diz que solicitou destaque apenas para solicitar esclarecimento em relação ao artigo
39 1º, no quarto parágrafo, inciso II, que estabelece que “mediante decisão fundamentada do
40 conselho de departamento ou órgão similar poderá ser considerado o tempo de atuação

1 acadêmica do docente no magistério em instituição de ensino superior em período anterior ao
2 ingresso na carreira do magistério superior da Unicamp”. Observa que a aprovação deste item
3 da forma como está poderia dar a possibilidade de um docente ingressar já no nível 5.2 da
4 carreira de Magistério Superior. Pergunta se isso foi considerado nessa proposta, se é esse
5 mesmo objetivo. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que essa
6 redação é a que já vigora na deliberação atual. É só uma mudança no texto para facilitar e para
7 deixar mais claro, mas isso é o que já vigora. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO
8 AGUIAR diz que sua preocupação é que, vendo agora a proposta mais claramente, há
9 possibilidade de o docente realizar a livre-docência em outra instituição, depois também trazer
10 o tempo de serviço no magistério superior, e ele já poderia ingressar na Unicamp no nível 5.2,
11 mesmo sem ter ainda uma história consolidada na Unicamp. O MAGNÍFICO REITOR diz que,
12 nesse caso, não houve mudança no conteúdo. Mexeram principalmente naquilo que se referia a
13 partir de que momento seria contado o interstício para prorrogação. Havia uma certa
14 contradição entre o tempo necessário para prestar concurso de titular, que usava como
15 referência o concurso de livre-docência, e a progressão de MS-5.1 para MS-5.2, que assumia a
16 posição de professor associado. E essa contradição ficou clara em função da desconexão que
17 tiveram durante um tempo entre o cargo de professor associado MS-5.1 e o concurso de
18 professor livre-docente. Esse problema antes não ocorria porque as duas coisas andavam juntas.
19 Acharam que seria melhor usar o mesmo parâmetro, para que não ocorresse uma situação de
20 uma pessoa poder prestar o concurso de professor titular, mas não poder se tornar MS-5.2, já
21 que houve pessoas que fizeram um concurso no início da pandemia ou até antes, mas só tiveram
22 a homologação no início deste ano. Essas pessoas potencialmente poderiam utilizar o concurso
23 de livre-docência como referência e em determinado tempo prestar o processo de titular, sem
24 ter se tornado MS-5.2, o que é algo contraditório e de uma certa gravidade. Então foi essa a
25 motivação principal, de tornar isso mais harmônico em termos regimentais de processos. O
26 Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS parabeniza pela proposta, pois acha que essa
27 questão de o interstício ser cobrado a partir da concessão da livre-docência e não da progressão
28 para professor associado resolverá muitos problemas. No artigo 2º está colocado que haverá um
29 calendário unificado, definido pela Cepe, e as unidades divulgam edital de abertura. Pergunta
30 se já existe alguma informação a mais sobre esse calendário unificado pela Cepe, porque ele já
31 vale para o ano que vem. Então acha que terão de aguardar esse calendário, para saber mais ou
32 menos em que época do ano será feito isso. E esse artigo diz que o edital vai ter que ser feito a
33 nível de unidade, então entende que os departamentos não vão poder disparar esses concursos
34 em momentos diferentes. Todos os departamentos da unidade vão ter de fazer de forma
35 unificada. Outra dúvida é sobre o artigo 4º, que altera quem faz o registro de recurso, antes era
36 a DGRH, agora passa a ser diretamente a PRDU. Essa regra de registro de recurso já é prevista,
37 mas, por exemplo, nessa rodada atual de progressões, receberam a informação no Imecc de que
38 o registro será feito no fim do processo. Entende que isso é coerente, porque o ano é de transição
39 e a Reitoria se disponibilizou a realizar as progressões de todos os que possuem mérito, então
40 não faz muito sentido registrar o recurso antes. Mas pergunta como isso será no ano que vem,

1 porque serão recolhidas as inscrições e registrado o recurso. Imagina que as pessoas vão
2 solicitar que o recurso seja reservado para todos aqueles que se inscreveram no processo, então
3 pergunta como isso ocorrerá, se será implementada uma política de cotas de progressão
4 horizontal, como foi feito em alguns anos anteriores, e como vai ser essa distribuição de
5 recursos. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que quando foi
6 separado o título de livre-docente do nível MS-5.1, fizeram uma reunião na ADunicamp em
7 que compareceram alguns professores que já tinham feito a livre-docência em outra
8 universidade, por exemplo, na Unesp, na USP e demais. Fez um pouco mais tarde, na USP, mas
9 já naquela reunião havia pessoas com essa livre-docência homologada naquela instituição, e
10 não sabe se essas pessoas tinham feito pedido para homologar dentro da Unicamp. O interstício
11 de três anos passou a ser de cinco anos para essas pessoas, porque elas só tiveram
12 reconhecimento do MS-5.1 no início deste ano. O parágrafo 4º do artigo 1º estabelece que:
13 “Para fins de atendimento do interstício previsto no parágrafo 3º deste artigo, deverá ser
14 observado o seguinte: I - será considerado o tempo cumprido na mesma função na carreira do
15 Magistério Superior da USP ou da Unesp”. Sua pergunta é se essa livre-docência feita em outra
16 universidade precisa ser homologada na Unicamp. Na época, em algumas unidades, mesmo se
17 ela quisesse fazer o pedido de homologação, não havia esse entendimento; não se podia pedir
18 uma homologação de livre-docência, era preciso esperar a legislação ser aprovada. Ou se essa
19 pessoa pode, eventualmente, pedir para o conselho do departamento que essa livre-docência
20 feita lá atrás seja tardiamente homologada. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA
21 MORI agradece a disponibilidade da Reitoria, da Secretaria Geral e da Procuradoria Geral de
22 atender uma demanda da representação docente apresentada no Consu, justamente para usar
23 como referência a livre-docência para contabilizar o tempo e apresentar essa proposta
24 oportunamente, como já aconteceu anteriormente com demandas apresentadas aqui pela
25 representação docente. Em relação a este item, os docentes com quem conversou estão todos
26 de acordo, mas existe uma dúvida sobre um item que foi adicionado no artigo 1º, parágrafo 5º,
27 incisos II e III quanto à referência da produção do docente para a progressão: “Parágrafo 5º:
28 Para fins de análise dos méritos do avaliado, deverá ser considerada: II - a produção do docente,
29 a partir da homologação do título de livre-docente ou do nível MS-5.1 no caso de progressão
30 para o nível MS-5.2; III - a produção do docente a partir do nível MS-5.2, no caso de promoção
31 para o nível MS-5.3”. A dúvida é se o que vai contar vai ser só a produção referente a esse
32 período e não a produção cumulativa, como anteriormente acontecia. Aguarda os
33 esclarecimentos para que depois, se for o caso, faça uma proposta de alteração. O Conselheiro
34 MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que se sente contemplado pela fala do
35 professor Marcelo, pois sua questão também era sobre o parágrafo 5º, que não existia na
36 deliberação de 2014. Então para essa dúvida sobre a produção cumulativa. Olhando os perfis
37 das unidades, percebem que a análise é feita ao longo da carreira e não por blocos, quando se
38 alcança a progressão. Observa que os incisos I, II e III contrastam com o inciso IV, que
39 menciona a produção anterior ao ingresso na Unicamp. Para quem está fora, está explícito que
40 é considerada a produção anterior, mas para quem está dentro o que fica explícita é a avaliação

1 a partir de um determinado nível, então talvez precise fazer algum ajuste na redação desse
2 parágrafo. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que tinha as mesmas dúvidas
3 no parágrafo 5º já apontadas pelos professores Marcelo e Marco Antonio. No inciso II, que cita
4 a homologação do título de livre-docente, pergunta se não há como só deixar o livre-docente,
5 justamente por aquelas situações que viveram durante alguns anos, quando as pessoas tinham
6 título homologado, mas o reconhecimento da promoção para o nível MS-5.1 aconteceu somente
7 depois de dois anos, por exemplo. Então deixar nesse inciso II apenas homologação do título
8 de livre-docente. Não sabe se haveria alguma situação de alguém que é MS-5.1 e não é livre-
9 docente, é uma dúvida que possui. Com relação ao calendário, tem uma sugestão de que, em
10 vez de ser uma vez no ano, no calendário determinado pela Cepe, isso fosse pelo menos duas
11 vezes no ano, uma vez por semestre. Talvez isso facilitasse a organização dos docentes dentro
12 da unidade, e esse calendário, pelo que entendeu, vai ser liberado pela Cepe já no começo do
13 ano, então teriam uma certa previsibilidade do que podem fazer nas unidades com relação a
14 esse calendário de progressão. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA pergunta se
15 nos casos particulares de docentes que fizeram concurso para livre-docência e depois tiveram
16 de esperar para que a progressão acontecesse, em função da pandemia, de contingenciamento e
17 tudo o mais, em que houve intervalo de mais ou menos dois anos, o interstício passa a contar a
18 partir da efetiva execução do concurso e obtenção do título ou a partir da promoção. Por
19 exemplo, para a pessoa que fez o concurso em 2019 mas teve a promoção só agora, pergunta
20 se a contagem desse tempo do interstício começa em 2019 ou em 2022. O MAGNÍFICO
21 REITOR responde que começa a partir da homologação do título, mas o título tem de ser
22 homologado, não é do dia do concurso. É do dia da homologação do concurso. Solicita às
23 doutoras Ângela e Fernanda que esclareçam outras dúvidas que surgiram, além da questão do
24 RAD levantada pelas professoras Claudia Medeiros e Marisa. A Doutora ÂNGELA DE
25 NORONHA BIGNAMI diz que em relação ao RAD, o assunto não constou da pauta de hoje
26 porque não houve tempo hábil de elaborar a minuta. Foi feita uma reunião com a representação
27 docente, com os diretores, passou novamente pela CIDD e não houve tempo hábil para colocar
28 nesta pauta. Pede desculpas por não terem informado isso no comunicado, mas o assunto deverá
29 voltar na próxima reunião ordinária do Conselho Universitário. Em relação às observações da
30 minuta do item 03, vai deixar a doutora Fernanda completar, mas aponta que em relação à
31 produção, o artigo 2º da norma atualmente vigente, que não está sendo alterado, prevê que o
32 processo de promoção por mérito terá início por solicitação do docente mediante requerimento
33 do conselho de departamento ou órgão similar, indicando o nível que está sendo pleiteado,
34 acompanhado da documentação, “contemplando o conjunto das atividades de ensino, pesquisa,
35 prestação de serviços e administração, destacando aquelas desenvolvidas após a obtenção do
36 seu último título acadêmico ou última reclassificação por promoção por mérito”. Então, a rigor,
37 na avaliação o que se considera é a produção feita após a última classificação ou obtenção do
38 último título. E tem a mesma previsão no artigo 7º. A Doutora FERNANDA LAVRAS
39 COSTALLAT SILVADO diz que com relação à dúvida sobre o título de livre-docente ser
40 reconhecido, realmente a redação menciona “a obtenção do título ou o seu reconhecimento pela

1 Universidade”. Estava conversando com a doutora Ângela e tiveram o entendimento de que se
2 é um docente que obteve título fora, mas já é MS-5.1 aqui na Universidade, ele teve
3 implicitamente, indiretamente, reconhecido o título. Então ele se enquadraria aqui para
4 atendimento do inciso, não haveria necessidade de um processo novo de reconhecimento.
5 Quanto à unificação do calendário, pode ser que em fevereiro já se apresente para a Cepe uma
6 proposta de calendário unificado para o ano. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, em
7 relação aos recursos, a deliberação vigente exige a reserva de recursos antes da publicação do
8 edital. Para tanto, vão separar duas coisas: estão programando para a proposta de distribuição
9 orçamentária recursos para as progressões, também para o concurso do titular, e isso será
10 devidamente tratado no Conselho Universitário orçamentário. Na reserva de recursos para a
11 livre-docência colocam o valor anterior como se fosse um salto no valor de MS-3.1 para MS-
12 5.1, embora, evidentemente, possa ser também de MS-3.2 para MS-5.1, para que as unidades
13 possam publicar seus editais e dar sequência ao processo. Depois isso retorna para o quadro
14 para ser feito devidamente o procedimento, então os recursos estarão assegurados. Com relação
15 à questão do calendário, é uma questão de se decidir aqui. Gosta muito da proposta do professor
16 Márcio de que em vez de terem um calendário anual, tenham dois calendários semestrais, é
17 bastante operacional. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que, em
18 que pese a explicação da doutora Ângela com relação à questão do período a ser considerado
19 para a promoção, não há nenhum problema em se dizer que o docente deve destacar
20 determinadas atividades. Isso consta da minuta atual e constava da minuta anterior. No entanto,
21 os perfis das unidades podem dizer que contabilizam tudo, inclusive priorizando a produção
22 desde a promoção anterior, porém tudo é contabilizado. Então não há nenhum conflito entre a
23 priorização dada no memorial e os critérios de avaliação da unidade. Há conflito com relação
24 aos critérios de avaliação da unidade e os itens apontados pelo professor Marcelo Mori e Marco
25 Antonio, no artigo 1º, que impõem, ou que podem conflitar com os critérios das unidades que
26 querem considerar mais coisas além do que foi destacado. Acredita que no caso do Instituto de
27 Computação é assim. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI agradece pelos
28 esclarecimentos e diz que considera que a minuta atual é muito mais abrangente. Por exemplo,
29 no artigo 2º, está colocado que serão destacadas determinadas atividades, não deixando
30 explícito que vai ser considerada atividade no período para avaliação, como entende que o texto
31 dá sentido agora. E no artigo 7º, que a doutora Ângela mencionou, está colocado: “considerando
32 sobretudo as atividades por ele desenvolvidas após seu último nível funcional”. E atualmente a
33 proposta define o seguinte: “para fins de análise dos méritos do avaliado, deverá ser considerada
34 a produção do docente a partir de homologação do título” etc. Então acha que deveriam ser um
35 pouco mais abrangentes para evitar qualquer tipo de confusão depois. A Doutora FERNANDA
36 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que para dirimir essa dúvida e se assim a Cepe
37 concordar, podem acrescentar no parágrafo 5º, para ampliar mais ainda a análise do período a
38 ser avaliado: “para fins de análise dos méritos do avaliado, deverá ser considerada
39 preferencialmente”. Então, preferencialmente é a produção após o último nível ou a titulação,
40 mas não impede que o docente coloque outros elementos para serem avaliados. O MAGNÍFICO

1 REITOR pergunta ao professor Marcelo se isso contempla a preocupação, ao que ele responde
2 que sim. Incluirão então nesse inciso a palavra “preferencialmente”, o que não elimina a
3 consideração da produção anterior, mas dá ênfase e deixa mais coerente com os outros incisos.
4 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se colocando
5 “preferencialmente”, havendo unidades que já tiveram seu perfil aprovado dizendo que
6 consideram tudo, não será necessário que elas revejam seu perfil de promoção. Fala isso no
7 sentido de evitar conflitos com os perfis das unidades; não sabe se esse “preferencialmente”
8 resolve ou não. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que o
9 preferencial tem o sentido de alternativa, o que não caberia, continuaria gerando dúvida.
10 Pegando como exemplo o perfil da FT, ele é cumulativo, e o preferencial continuaria trazendo
11 essa questão. Acha que “deverá ser destacada” em vez de “deverá ser considerada” resolveria
12 a situação. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece à doutora
13 Fernanda pelo esclarecimento sobre o ponto que levantou, de o reconhecimento da livre-
14 docência estar implícito no momento da concessão do nível MS-5.1. Agora sua dúvida é no
15 caso de uma pessoa que fez livre-docência em 2017 e não estava tendo esse reconhecimento,
16 quando começa a contar o interstício, se é a partir da concessão do nível MS-5.1, para ela poder
17 fazer essa avaliação da produção que ela vai ter que mostrar. O MAGNÍFICO REITOR diz que
18 para considerar o título de livre-docência que não foi obtido na Unicamp, ele precisa ter o
19 reconhecimento interno, e é isso que vai datar o início. Então pode haver casos difíceis de prever
20 em uma norma como essa, se demorou muito o reconhecimento. O reconhecimento interno é
21 necessário, inclusive porque o concurso pode ser feito de uma unidade para outra e já tem o
22 procedimento de reconhecimento interno. Talvez estejam discutindo uma coisa completamente
23 abstrata, então às vezes é melhor deixar ocorrer para tomarem a decisão, porque não vão ter
24 uma legislação aqui para todo e qualquer caso. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
25 GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que quanto à questão do conteúdo, de quando começa a contar, acha
26 que precisam decidir se vai vigorar o perfil da unidade ou vai vigorar essa regra. Também não
27 acha que seja conveniente deixar muito exposto o conflito, porque se há unidades para as quais
28 esses pré-requisitos são perenes, isso vai entrar em conflito com uma legislação geral. Então
29 lhe parece que precisam decidir se vai vigorar o perfil estabelecido pela unidade ou vai vigorar
30 a norma que forem voltar aqui. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
31 esclarece que o “preferencialmente” seria no sentido de que necessariamente o que é produzido
32 entre o nível atual e o próximo que se pleiteia tem de ser observado, porque como é uma
33 evolução na carreira, a pessoa não pode olhar só para o que fez antes da última titulação. Deve
34 necessariamente olhar para frente. O “preferencialmente” é no sentido que, eventualmente,
35 também se pode olhar para trás, para antes do nível atual em que se está. Isso não vai impactar
36 nos perfis das unidades, eles continuam em vigor. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU
37 diz que apoia a fala do professor Marco Antonio. Devem pensar que estão falando de progressão
38 de carreira, não de avaliação de desempenho. Avaliação de desempenho é feita pelos RADs, e
39 a progressão de carreira é naturalmente, no caso da docência, acumulativa. Acha que a redação
40 anterior dava essa intenção de que se olha o todo, mas se destaca um determinado período.

1 Tende a concordar que o termo “preferencialmente” ainda dá uma ideia de alternativa, então
2 talvez valesse a pena tentar trazer o teor da redação anterior nesses itens agora que estão sob
3 análise da redação. Tem a impressão, como o professor Marcelo Mori falou, que gera esse
4 conflito de que agora só se olha o que foi feito nesse interstício. No passado se dizia “se
5 destaca”, mas as unidades tiveram a oportunidade de colocar que vão olhar mais coisas, vão
6 olhar mais integralmente, mais holisticamente a carreira do candidato. Não sabe se a questão
7 jurídica soaria diferente, mas para quem está fora do jurídico e lê a letra morta do que está ali,
8 dá a impressão desse conflito sim. Então apoia a fala do professor Marco. O MAGNÍFICO
9 REITOR observa que quando mudam alguma coisa, também precisam olhar não só para aquilo
10 que é eventualmente incorreto ou negativo no que estão mudando, mas também o que pode ser
11 incorreto e negativo naquilo que estão propondo, porque depois de aprovado começará a valer.
12 Se fizerem o raciocínio ao contrário e não colocarem nada, podem progredir na carreira sem
13 contabilizar o período por que a pessoa está passando de um nível para outro, só se vê o passado.
14 Então, para a pessoa mudar de um nível para outro, normalmente o mais relevante é o que ela
15 produziu entre um nível e outro e não o que ela produziu antes do nível no qual ela está.
16 Preferencial é alguma coisa que não significa exclusividade, e se não usarem o termo
17 “preferencial”, a princípio é possível uma pessoa ter no início da carreira tudo para ser professor
18 titular e ela vai só deixando o tempo passar, os interstícios, e vai se tornar professor titular sem
19 acumular nada. A alternativa que está sendo proposta por alguns conselheiros é dizer que pode
20 valer só o passado. No entanto, “preferencial” não é algo que exclui o passado, mas fortalece
21 aquilo que se acumulou entre um nível e outro. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz
22 que a proposta não é de tirar o termo “preferencialmente” e não deixar nada. O que mencionou
23 é que deixar em destaque agrega a questão do anterior, não dá a ideia de alternativa e se olha o
24 que foi feito nesse interstício. Se deu a entender que está dizendo simplesmente tirar o
25 “preferencial”, não foi essa a alternativa que colocou. A alternativa que eu está aqui
26 mencionando é trazer a redação anterior, que era o “em destaque”. O MAGNÍFICO REITOR
27 diz que a sugestão da professora Marisa é boa e estão verificando a possibilidade de atender a
28 sua demanda. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que o perfil
29 da FT, por exemplo, solicita que o docente tenha quatro orientações de mestrado para obter o
30 título de MS-5.1 e seis orientações de mestrado para o MS-5.2. Se não colocar nada, se deixar
31 a redação como está, uma interpretação é que o professor do MS-5 até MS-5.2 tenha de orientar
32 seis trabalhos de mestrado, enquanto na verdade o perfil foi definido de forma acumulativa.
33 Então por isso acha válido esse esforço para tornar essa redação um pouco mais palatável.
34 “Considerada”, “destacada” ou “preferencialmente destacando” acha que resolve, mas do jeito
35 que está a sensação é que verdadeiramente se conta a partir do nível anterior. Então continuaria
36 com algum encaminhamento de mudança de redação desse parágrafo. O Conselheiro RENÊ
37 JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que não tem problema com o “preferencialmente”, mas
38 pergunta se o “sobretudo” não resolveria. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
39 solicita à professora Marisa que dite a frase completa que sugere para esse parágrafo. A
40 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU responde que não tem a redação em mãos, mas seria

1 colocar algo que vem já do *caput* da redação que vige, “em destaque” ou “destacando”. O
2 Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI diz que podem manter o “deverá ser
3 considerada” e no inciso II e III colocar: “a produção do docente, com destaque a partir da
4 homologação (...)”. Acha que assim fica mais parecido com o que estava antes e considera
5 também o acumulativo, mas com destaque para a produção recente. A Conselheira MARISA
6 MASUMI BEPPU diz que também pode ser “destacando-se”. O MAGNÍFICO REITOR sugere
7 para os incisos II e III do parágrafo 5º do artigo 1º a seguinte redação: “II - a produção do
8 docente, com destaque para a mesma a partir da homologação do título de Livre-Docente ou do
9 nível MS-5.1, no caso de promoção para o nível MS-5.2”; III - “a produção do docente, com
10 destaque para a mesma a partir do nível MS-5.2, no caso de promoção para o nível MS-5.3”.

11 Pergunta se isso contempla as questões colocadas. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO
12 TORSONI pergunta se fica a cargo da unidade no edital determinar se é a partir da homologação
13 do título, ou se vai ser a partir do nível MS-5.1. O MAGNÍFICO REITOR responde que é um
14 ou outro, tanto faz. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta se em
15 algum momento não deveria haver, talvez no início do parágrafo 5º, alguma referência aos
16 perfis das unidades aprovados pelo Consu, pois dessa forma dirimem quaisquer outras dúvidas
17 que haja, porque os perfis das unidades são direcionados para aquilo que as unidades priorizam.
18 O MAGNÍFICO REITOR observa que os perfis das unidades são aprovados nas instâncias
19 superiores, não há necessidade de colocar isso. Acha que estão exagerando um pouco no
20 preciosismo das coisas. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que sua
21 sugestão foi no sentido de evitar problemas, e de qualquer maneira no Instituto de Computação
22 vai sugerir que olhem o perfil contrastando com a sugestão de redação do professor Mori, para
23 ver se há algum problema. Caso haja, verão o que fazer. O MAGNÍFICO REITOR diz que o
24 professor Márcio ficou em dúvida quanto à homologação do título de livre-docente ou do nível
25 de MS-5.1, se isso é uma questão que seria decidida pelas unidades. Pergunta à doutora
26 Fernanda qual seu entendimento. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
27 SILVADO responde que não é uma decisão da unidade, ela depende da situação da pessoa. Se
28 ela teve o título homologado aqui na Unicamp, então ou é da homologação se ela não teve a
29 promoção automática para MS 5.1, ou é a partir do nível se ele já fez a homologação do título
30 de livre-docente e já foi promovido. Vai depender da situação de cada um. O Conselheiro
31 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que continua com dúvida. Exemplifica com um caso
32 concreto: a pessoa fez a livre-docência no final de 2019, começo de 2020 e foi homologada em
33 abril de 2020. Ela passou a ser MS-5.1 somente a partir da permissão, devido à lei. No momento
34 em que ela faz a inscrição do concurso, considerando o que está dizendo nesse inciso, pergunta
35 a partir de qual momento deve considerar a sua produção, pois existe uma diferença de dois
36 anos. Por isso está perguntando se é uma decisão da unidade, porque para a Universidade esse
37 docente obteve a homologação em um momento e passou a ser MS-5.1 em outro. Essa é a
38 dúvida que precisa esclarecer a esse docente que deseja progredir para MS-5.3. A Doutora
39 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que no parágrafo 3º, que trata do cômputo do
40 interstício, o inciso II considera ou a homologação do título, ou o enquadramento no nível MS-

1 5.1, porque há os casos que ficam nessa situação que está sendo discutida aqui. Então, se para
2 contar o interstício utilizaram o critério da homologação do título de livre-docente, a avaliação
3 de mérito vai contar o mesmo prazo. Não faria sentido permitir a promoção a partir da
4 homologação do título de livre-docente e contar a produção só a partir do enquadramento no
5 nível MS-5.1. O MAGNÍFICO REITOR concorda e diz que mesmo porque a produção é “com
6 destaque”, não é só ela. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que sua pergunta
7 havia sido se existe algum docente MS-5.1 que não seja livre-docente. Porque se isso não
8 acontece, tiraria isso do texto. O MAGNÍFICO REITOR diz que, a princípio, se desejam a partir
9 da homologação do título, é ela que deveria ser predominante, então talvez não seja necessário
10 constar “ou do nível MS-5.1”, porque pode ser algo que no fundo não existe. Tem a impressão
11 de que fica mais preciso e representa o espírito da decisão como um todo. Pergunta às doutoras
12 Ângela e Fernanda se elas veem algum problema em tirar “ou do nível MS. 5.1”, ao que elas
13 respondem que não. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz, em relação à
14 retirada da menção ao nível MS-5.1, que precisam analisar o seu efeito no interstício, porque
15 pergunta se de MS-5.1 para MS-5.2 vai ser mantido o interstício de três anos. Acha que está em
16 outro artigo, então isso está mantido. Sobre a questão de a partir de quando contar a produção
17 acadêmica, observa que essa nova redação parece misturar um pouco o que é um critério para
18 inscrição no processo e qual é o critério que vai ser avaliado pela comissão. A redação anterior
19 mencionava interstício e deixava a cargo das comissões de progressão e do perfil da unidade
20 essa análise, do que é importante, quando vai contar. Não vê muito prejuízo em trocar o
21 parágrafo 5º por alguma frase que defina que o docente será enquadrado no perfil da unidade
22 ou algo do tipo. Não sabe se essa especificação do que será analisado é necessária, mas talvez
23 estejam chegando casos na PG relacionados a isso, então não entende muito bem por que fazer
24 essa especificação. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que estão
25 querendo mudar um documento geral em função de um evento que considera um erro que
26 cometeram no passado, que foi a dissociação do concurso da promoção. Em vez de alterar um
27 documento em função desse erro, pergunta por que não tomam uma providência de dizer que
28 para esses casos serão tomadas as decisões necessárias a esses casos. Acha que estão entrando
29 em uma minúcia muito grande, e acredita que devem considerar o que foi produzido no
30 interstício, porque as exceções já existem e são consideradas. Mas acha estranho alterar um
31 documento em função de um erro que cometeram, como se esse erro fosse acontecer novamente
32 no ano que vem ou daqui a quatro anos. O Conselheiro MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA diz
33 que, em relação ao interstício, acha que principalmente os docentes mais novos são bastante
34 prejudicados com o período do interstício de três anos, que acaba passando na realidade a ser
35 quatro e já chegou até a cinco anos. Pergunta se seria possível pensar em uma política para as
36 progressões, não necessariamente do livre-docente, mas em todas as progressões horizontais, a
37 partir do período de inscrição ou pelo menos obtenção da progressão da unidade, sem ser a
38 homologação, que tem um prazo, uma burocracia interna um pouco mais longa. Porque
39 tipicamente há um período de abertura de inscrição e de execução, então quando o candidato
40 está apto a fazer a progressão horizontal, isso vai demorar cerca de um ano. Portanto, uma

1 progressão que ocorreria em um período de três anos passa efetivamente a durar quatro anos,
2 porque além de tudo é preciso esperar a homologação. Sua pergunta é se haveria alguma
3 maneira mais simples de flexibilizar isso, por exemplo a partir do período de obtenção da
4 progressão na unidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que formalmente ela tem de ser aprovada
5 nas instâncias superiores, porque são elas que atestam que todos os protocolos foram seguidos.
6 Elas não mudam o mérito da decisão da unidade, mas atestam que a unidade seguiu a
7 formalidade exigida de todos os processos. Por isso a homologação é aquilo que carimba a
8 concessão do nível ou do título. Respondendo ao professor Hernandez, diz que haveria duas
9 opções: uma seria, da mesma forma que foi uma medida pontual fazer a desconexão, fazer a
10 conexão com uma medida pontual. Como discordavam dessa decisão feita no passado, acharam
11 que era melhor não fazer. Tinham no regimento um conflito entre os requisitos para prestar
12 concurso de professor titular que usava livre-docência como referência e o requisito para as
13 progressões horizontais no nível 5, que usava o nível MS-5.1 como referência. Consideraram
14 mais coerente, para ter um regimento que ficasse estável no tempo, vincular tudo com a livre-
15 docência. Se isso estivesse vinculado, inclusive não teria ocorrido aquela situação no passado.
16 A progressão do MS-5.1 para MS-5.2, ou de MS-3.3 para MS-5.1 não estava fazendo jus à
17 livre-docência como objetivo. Então quiseram fazer uma mudança da legislação que fosse mais
18 perene. É sempre complicado que, por questões orçamentárias, tomem decisões que mudem a
19 regra do jogo de uma forma bastante significativa, então a intenção foi a de não fazer isso. Há
20 outros detalhes envolvidos, mas a ideia foi que a partir de agora fique configurado que a livre-
21 docência é referência para as mudanças de níveis em todo o conjunto MS-5, assim como
22 também já era para o concurso de titular. Isso gera uma coerência interna maior do conjunto da
23 legislação. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que o senhor
24 Reitor explicou com muita simplicidade e clareza, e pergunta por que essa clareza não aparece
25 no documento. Se é a livre-docência e a sua homologação, está resolvido; acha que os adjetivos
26 que estão sendo colocados são desnecessários. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa
27 progressão envolve outras exigências que têm a ver com os perfis das unidades. Concorda com
28 a sugestão de tirar “ou do nível MS-5.1”, mas precisam analisar se isso não vai gerar algum
29 outro problema. A questão que continua é se é necessário mencionar a questão de respeitar os
30 perfis das unidades. Tradicionalmente, pelo que sabe, nunca colocaram isso nas normas gerais
31 porque é algo que faz parte do protocolo que têm seguido. Sobre a questão mencionada pelo
32 professor Marco Antonio, não acredita que o termo “destaque” impeça que a pessoa só com
33 duas teses de mestrado entre um nível e outro, mas que tem quatro antes, seja prejudicada.
34 Pessoalmente, não vê esse conflito, mas pergunta à doutora Fernanda se há alguma análise
35 jurídica. Sua tendência é achar que o que se acumulou entre um e outro é a produção recente
36 mais importante. A Fapesp exige os últimos cinco anos, mas isso não significa que a produção
37 anterior não vale ou não é contabilizada. Significa que, para mudar de nível, a pessoa tem de
38 acrescentar algo a mais, porque podem fazer a leitura também ao contrário. O Conselheiro
39 JEFFERSON CANO diz que, diante das últimas falas, fica um pouco menos esclarecido do que
40 estava antes. A redação que está na pauta lhe parece melhor, a não ser por esse ajuste que exclui

1 “ou MS-5.1”. Em relação aos perfis das unidades, acha que o papel do Consu seria definir o
2 princípio mais geral, e naquilo que for alterado, se alguma unidade sentir que isso gera uma
3 confusão, um conflito ou uma ambiguidade, procura ajustar isso ao princípio geral da
4 Universidade. Observa que existem duas maneiras de progressão na carreira: uma é o concurso
5 público de provas e títulos, que é o de ingresso, de livre-docência e o de titular; e outra são as
6 progressões horizontais. Acha muito razoável que nos concursos públicos de provas e títulos se
7 considere toda a vida acadêmica do candidato e que nas progressões horizontais se considere
8 aquilo que foi produzido a partir da última progressão obtida. E nesse ponto acha que a redação
9 anterior fazia justiça, acha que preservariam as duas possibilidades com suas especificidades,
10 concurso público e progressão por mérito. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
11 SILVADO diz, em relação à fala do professor Ricardo, que dividiram, sem perder o espírito do
12 que já estava vigente, em um parágrafo os requisitos de inscrição, que é o parágrafo 3º, e no
13 parágrafo 5º os requisitos de análise do mérito. Recebiam, tanto a Procuradoria Geral como a
14 Secretaria Geral, muitas dúvidas quanto a isso, sobre o que considerar. Por isso fizeram essa
15 separação, mas não houve nenhuma inovação, tirando a questão do título de livre-docente na
16 redação, só tentaram organizar o que já estava vigente. Com relação ao perfil, a doutora Ângela
17 e ela escreveram aqui uma proposta que talvez possa deixar mais claro isso. No parágrafo
18 quinto, colocar: “Para fins de análise dos méritos do avaliado, deverá ser considerada, de acordo
19 com o perfil da unidade:” e então vêm os incisos para cada nível. O MAGNÍFICO REITOR diz
20 que como foi uma proposta da professora Claudia Medeiros, pergunta a ela se essa
21 especificação atende a sua preocupação e se há alguém que discordaria dela. A Conselheira
22 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS responde que sim, e agradece à doutora Fernanda
23 por esse adendo, que ajudará o entendimento das unidades. Lembra da questão do destaque,
24 que parece óbvia, mas não é. Ou seja, na hora de submeter o pedido o docente deveria destacar
25 a produção mais recente, o que parece óbvio, mas também não é. O MAGNÍFICO REITOR
26 pergunta se há alguma observação sobre o texto do parágrafo 5º do artigo 1º, elaborado pelas
27 doutoras Ângela e Fernanda. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
28 diz que essa informação já está no parágrafo 1º, inciso III, portanto considera desnecessário
29 incluir no parágrafo 5º; isso está na deliberação original de 2014. A Conselheira CLAUDIA
30 MARIA BAUZER MEDEIROS observa que não prejudica e facilita. O MAGNÍFICO REITOR
31 concorda com a professora Claudia, e diz que precisam aqui fechar algo que contemple a
32 maioria. A redundância não é necessariamente negativa, e solicita a compreensão do professor
33 Marco para esse aspecto. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que outra
34 alteração é no inciso II do parágrafo 5º: “A produção do docente, com destaque para a mesma
35 a partir da homologação do título de livre-docente”, no caso de promoção para o nível MS-5.2”.
36 Suprimem a expressão “ou do nível MS-5.1”. O MAGNÍFICO REITOR diz que então são duas
37 mudanças: coloca “destaque” para a produção a partir do último nível e retira “ou do nível MS-
38 5.1”; acha que assim contempla a questão da ênfase mas não da exclusividade, e também fica
39 claro que é só a homologação do título de livre-docente que é a referência, resolvendo a questão
40 colocada pelo professor Márcio Torsoni. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz

1 que no inciso III do mesmo parágrafo fica: “A produção do docente, com destaque para a
2 mesma, a partir do nível MS-5.2 no caso de promoção para o nível MS-5.3”. O MAGNÍFICO
3 REITOR diz que tem a impressão de que essas mudanças resolvem quase todas as dúvidas
4 colocadas aqui. Ficou só uma que é a possibilidade de duas vezes por ano. A Doutora
5 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que isso já está contemplado no
6 artigo 2º: “O processo de promoção por mérito será realizado pelo menos uma vez ao ano”,
7 então pode ser até mais que duas. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que
8 preferia que constasse duas vezes ao ano. O MAGNÍFICO REITOR diz que a redação não está
9 impedindo, inclusive foi um pouco esse objetivo. É uma questão de discutir no nível da Cepe,
10 das instâncias, fica mais flexível. Porque se colocarem no documento “duas vezes ao ano”,
11 serão obrigados a realizar duas vezes no ano, e isso pode não ser mais adequado todo ano. O
12 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA pergunta se a questão do calendário vai ser
13 incluída na votação. O MAGNÍFICO REITOR diz que estava imaginando que não. Pode ser
14 feita duas vezes, mas não é obrigatório fazer duas vezes. E o calendário não é decidido na
15 norma, é em outra instância, então ele não será votado agora. O Conselheiro RENÊ JOSÉ
16 TRENTIN SILVEIRA diz que havia entendido que existia uma proposta de que fosse unificado
17 o calendário das unidades. O MAGNÍFICO REITOR responde que a proposta é que seja. O
18 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA pergunta se é a Cepe que vai discutir. O
19 Conselheiro FERNANDO SARTI responde que sim, será decidido na Cepe. Aqui no Consu
20 decidem o regimento geral. Em 2023 podem ter duas, três; no ano de 2024 diferente, e assim
21 sucessivamente. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia é que seja unificado e que tenha
22 garantido pelo menos uma vez, mas com a possibilidade de ter mais de uma vez, e qualquer
23 decisão de ser duas, três não fere a norma. O que fere a norma é não fazer nenhuma vez. Não
24 havendo mais observações, submete à votação a matéria, incluindo as alterações propostas nos
25 incisos II, III e no texto do parágrafo 5º do artigo 1º, que é aprovada por unanimidade.
26 Parabeniza todos os conselheiros e agradece pelas várias sugestões, que os ajudaram a construir
27 uma norma melhor. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-6002/1990 –, que trata de proposta de
28 alteração da Deliberação Consu que criou a denominação e a estrutura do Fundo de Apoio ao
29 Ensino, Pesquisa e Extensão – Faepex. O item foi destacado pelo professor Marco Antonio. O
30 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO solicita esclarecimento se há
31 alguma implicação na criação dessa nova área interdisciplinar, como recursos específicos e
32 chamadas específicas para essa área. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
33 HASHIMOTO diz que tem uma dúvida com relação ao termo “artísticas”, inclusive já havia
34 feito esse comentário ao professor João Marcos. Se não for atrapalhar a votação, sugere que
35 seja unificado com o termo utilizado na Universidade e também na Capes e no CNPq,
36 “Humanas e Artes”, em vez de “Artísticas”. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
37 ROMANO diz que o Faepex completará 20 anos no ano que vem, com um histórico
38 importantíssimo para a PRP, para a pesquisa na Universidade, mas agora estão revendo essa
39 deliberação no sentido de atualizá-la. Algumas decisões foram tomadas na última reunião do
40 Faepex, boa parte delas não precisa passar pelo Consu porque não mexe na deliberação, como

1 é o caso do aumento das diárias, o próprio aumento da dotação anual a cada colega etc.
2 Marcaram uma última reunião do conselho do Faepex ainda este ano para poder fazer uma
3 reformulação maior, que vai ser a proposta de um novo manual do Faepex, onde vão aparecer
4 novas modalidades de apoio e tudo o mais. Uma das coisas que já decidiram na última reunião,
5 porque era mais consensual a todos os representantes, era essa antiga demanda de criar a área
6 multidisciplinar. Também uma questão de atualização, pois de 20 anos para cá a
7 multidisciplinaridade cresceu demais em todas as unidades. É certo que era uma demanda muito
8 específica da FCA, que há 20 não existia, e é uma unidade já com a multidisciplinaridade no
9 DNA. Era uma demanda da Cocen também, e tanto o professor Márcio Torsoni quanto a
10 doutora Ana Carolina estão aqui e podem eventualmente comentar, mas foi aprovada por
11 unanimidade a criação dessa área. Respondendo ao professor Marco Antonio, diz que não vai
12 haver um recurso a mais em função disso, são os mesmos projetos que eram submetidos, talvez
13 um pouco mais por uma questão de a pessoa sentir que vai se situar melhor. Um projeto
14 multidisciplinar que era submetido anteriormente, por exemplo do pessoal do Instituto de
15 Biologia junto com o pessoal do Instituto de Computação, era enviado ou para o comitê de
16 Exatas, ou para o comitê de Biomédicas. A partir do ano que vem, caso seja aprovado, um
17 projeto com essa configuração vai para o comitê multidisciplinar; é mais uma redistribuição do
18 que propriamente qualquer aumento de recursos. Quanto à questão do professor Fernando
19 Hashimoto, diz que nas reuniões já utiliza o termo “Humanas e Artes”, e acha que poderiam já
20 hoje aprovar a mudança, que certamente será bem recebida, para deixar a terminologia mais
21 adequada. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI reforça a solicitação do professor
22 Fernando Hashimoto. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO
23 observa que também é preciso atualizar na norma a denominação da Pró-Reitoria de Extensão
24 e Cultura, em vez de Assuntos Comunitários. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO
25 REITOR submete à votação a matéria, já com essas duas correções, sendo aprovada com 52
26 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01 abstenção. Comunica que a professora Maria Luiza
27 voltou da ida ao Consulado e está assumindo sua posição na reunião. Passa ao item 05 – Proc.
28 nº 01-P-45719/2022 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que institui o prêmio de
29 incentivo à pesquisa a alunos dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) – Prêmio
30 Tese Destaque Unicamp. O item também foi destacado pelo professor Marco Antonio. O
31 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO parabeniza pela iniciativa de ter
32 um prêmio para as teses que se destacam ao longo de cada ano na Unicamp, acha a iniciativa
33 muito boa para estimular os alunos a cada vez mais melhorar a qualidade dos seus trabalhos.
34 Tem dois pedidos de esclarecimento. O primeiro diz respeito às áreas de conhecimento: se vão
35 utilizar o padrão de descrição de área de conhecimento de acordo com a Unicamp, que em geral
36 trabalha com cinco áreas de conhecimento, ou se será um padrão Capes, em que são muitas
37 áreas. Pergunta isso porque também tem uma implicação na questão orçamentária. E o outro
38 ponto é justamente orçamentário: ficou em dúvida se é necessário ter uma pecúnia, um prêmio
39 em dinheiro para a melhor tese da Unicamp em cada área, e se isso é possível com o orçamento
40 da Unicamp. Porque, em geral, os alunos, ao concluírem, deixam de ter vínculo com a

1 Instituição, então pagariam com recursos orçamentários pessoas que são externas à Unicamp.
2 Dessa forma, parece-lhe que seria mais adequado conseguir apoio externo, de uma empresa que
3 conseguisse patrocinar o prêmio. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a Unicamp
4 faz muito bem em destacar o esforço dos seus alunos, o destaque que eles vêm tendo inclusive
5 fora daqui, com uma série de premiações, em outras instâncias, nas outras instituições e outros
6 fóruns. Responde que seguirão as áreas de conhecimento padrão da Unicamp, portanto serão
7 cinco prêmios destaque e cinco menções honrosas. Sobre a pecúnia, consideram que a
8 Instituição deve reconhecer a premiação dos seus alunos com o prêmio em pecúnia, que vai ser
9 definido em edital. Possuem inclusive um parâmetro para isso, mas passará no Conselho
10 Universitário, porque os prêmios têm de passar aqui, ao contrário dos editais, que são anuais,
11 passam pela PG, passam por uma série de instâncias, mas não precisam vir para o Conselho
12 Universitário. Consideram que a iniciativa de reconhecer, em termos de pecúnia, é importante
13 até porque se trata de um prêmio. Ao defender, a pessoa deixa de ser aluna da Unicamp, mas é
14 possível pagar pessoas com recurso orçamentário. Fazem esse tipo de pagamento com recursos
15 que são aprovados no Conselho Universitário, inclusive por isso há a necessidade de passar a
16 premiação pelo Consu. Fazem, inclusive, premiação dos docentes com recursos do orçamento,
17 como por exemplo o Prêmio “Zeferino Vaz”, que voltará a ser pago. Possuem uma referência
18 que não está passando aqui porque precisam fazer a avaliação de orçamento, mas a ideia é que
19 o primeiro prêmio seja estabelecido por volta de R\$5 mil e a menção honrosa de R\$3 mil.
20 Professores, orientadores ou coorientadores não recebem prêmio em pecúnia, eles recebem um
21 diploma, emitido pelo Reitor, de reconhecimento. O prêmio em pecúnia será dos alunos,
22 primeiro e segundo lugar de cada área. É possível que não haja menção honrosa, e é possível
23 que as comissões de seleção decidam que alguma área não deva receber prêmio. Isso fica
24 certamente a critério das comissões de seleção, mas de toda maneira essas serão referências e
25 definições no âmbito dos editais. Depois, certamente aprovação nas instâncias e da consulta das
26 possibilidades orçamentárias da instituição. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
27 CARVALHO diz que não tem nada contra a pecúnia em si, era um esclarecimento se poderiam
28 pagar realmente com recursos orçamentários, porque são pessoas não vinculadas à Unicamp. O
29 MAGNÍFICO REITOR observa que um aluno que faz direito a uma patente e já não é mais da
30 Unicamp recebe os *royalties*, e isso passa pelo orçamento da Unicamp. O licenciamento de
31 patentes hoje é feito através de recursos que são incorporados ao orçamento da Unicamp. O
32 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que com relação ao pagamento, o fato de o aluno já não
33 ser mais da Universidade não traz nenhum impedimento, inclusive consultou aqui a PG, mas a
34 outra questão que o professor Marco Antonio levantou é também pertinente, porque constam
35 do edital, e foi esse edital que consideraram na COP para aprovação dos recursos, quatro áreas
36 e não cinco. Entendeu que estariam seguindo a regra da Capes, e não a regra das grandes áreas
37 Unicamp. Isso só alteraria o valor, e o Conselho Universitário pode deliberar sobre isso. Não
38 vê nenhum problema, mas esclarece que haviam sido calculados quatro prêmios de R\$5 mil
39 para cada área, então daria R\$20 mil, mais as menções honrosas, quatro de R\$3 mil, R\$12 mil,
40 no total eram R\$32 mil. Se alterarem para cinco, seriam R\$25 mil mais R\$15 mil, portanto

1 R\$40 mil e não R\$32 mil. Podem aprovar essa modificação, mas o professor Marco Antonio
2 atentou bem para essa questão do número de áreas, e devem deixar claro até para facilitar depois
3 a operacionalização do prêmio. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que, na verdade,
4 as áreas da Capes são muitas, como o próprio professor Marco Antonio mencionou, muito mais
5 do que essas grandes quatro áreas. E daí, portanto, a dúvida entre quatro e cinco. Vão se mover
6 pelas cinco da Unicamp e não pelas muitas áreas da Capes ou pelos quatro grandes prêmios que
7 eles fazem anualmente. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a norma não
8 menciona o número de áreas, isso compete ao edital, que não está sendo aprovado aqui. A
9 Conselheira RACHEL MENEGUELLO concorda, e diz que o edital é anual e tem as
10 aprovações pertinentes a cada vez que for emitido. Ele não está aqui porque não é necessário
11 que seja aprovado pelo Conselho Universitário. Depende, certamente, das decisões que virão,
12 por exemplo, da própria COP, onde o professor Fernando Sarti lembrou que ocorreu uma
13 aprovação em função da definição de quatro áreas, mas imagina e espera que o aumento de
14 quatro para cinco áreas não seja algo tão expressivo a ponto de impedir a aprovação. O
15 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO pergunta se votarão
16 incluindo o aumento orçamentário, se é necessário aprovar isso aqui. A Conselheira RACHEL
17 MENEGUELLO responde que não precisa, pois aqui só aprovam a concessão do prêmio. O
18 MAGNÍFICO REITOR diz que isso vai ter de ser enfrentado na COP, na realização do primeiro
19 edital; aqui estão aprovando apenas o arcabouço do projeto. Não havendo mais observações,
20 submete à votação a matéria, que é aprovada com 55 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01
21 abstenção. Passa ao item 06 – Proc. nº 02-P-26239/2010 –, que trata de proposta de alteração
22 da Deliberação Consu-A-08/2012, que cria o Programa Pesquisador em Medicina, que permite
23 que alunos de graduação do curso de Medicina da Unicamp se matriculem em disciplinas de
24 programas de pós-graduação *stricto sensu* da Unicamp. Destaque do professor Marco Antonio.
25 O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que possui uma dúvida
26 em termos de redação, nos parágrafos 3º e 6º do Artigo 1º; pergunta se eles não estão
27 conflitantes. Na redação anterior à proposta que aparece hoje no Consu, o aluno tinha uma
28 interrupção no seu curso de graduação. Às folhas 79, no quadro comparativo entre as duas
29 versões, no lado esquerdo o parágrafo 2º permite a interrupção, e no lado direito, da nova
30 redação proposta, o parágrafo 3º indica que o aluno continua matriculado, cursando disciplinas.
31 Na sequência, no parágrafo 6º, o quadro mostra que após a conclusão das atividades como aluno
32 especial, o aluno deve retomar o currículo regular. Isso fazia sentido para ele na redação
33 anterior, no parágrafo 5º, já que o aluno interrompia o seu curso regular de graduação, e após
34 participar do programa, ele retomava as suas aulas de graduação. Com a nova redação proposta,
35 como o aluno não vai interromper o seu curso de graduação, ele vai continuar matriculado
36 cursando disciplinas, parece-lhe que o parágrafo 6º, de retomar as atividades de graduação, não
37 faz sentido. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que o assunto está vindo para o
38 Consu para reorganizar algumas dúvidas que houve a partir de 2012 para cá com relação ao
39 programa. Primeiro, o aluno não pode interromper a graduação e ir para a pós-graduação; ele
40 não é um aluno da pós-graduação, porque ele não acabou a graduação, então, se interromper,

1 ele está trancando. Ele não pode fazer isso, tem de continuar matriculado na graduação. E
2 continuará fazendo uma atividade eletiva ou alguma atividade específica que não atrapalhe o
3 seu ingresso e suas atividades no programa da pós-graduação do doutorado. Porque lá ele é
4 especial, ele não é um aluno regular; ele tem de se manter regular em algum lugar na Unicamp,
5 e será na graduação. Ao terminar os créditos lá, só poderá se tornar um doutor, obtendo êxito
6 na sua formação no programa de doutorado, se ele terminar a graduação. Quando falam em
7 retomar o currículo regular, pode estar faltando uma disciplina, pode estar faltando uma
8 atividade, mas ele tem de retomar e graduar-se em Medicina para em seguida se tornar o doutor
9 para o qual ele até já fez os cursos e já está formado, e deverá defender a sua tese. Então a
10 questão é a seguinte: ele tem de manter o vínculo com a Unicamp, não pode interromper a
11 graduação e ir para o doutorado, porque sem a graduação ele não pode ser um doutor. Esse
12 aluno entrou por seu êxito e talento em um programa de doutorado, mas ele precisa estar
13 vinculado à Unicamp; continua fazendo atividades específicas, esporádicas, e ao terminar a pós-
14 graduação, ele volta para a graduação para finalizar. Isso pode ser em um semestre, ou em dois,
15 depende do seu currículo. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA pergunta
16 à professora Rachel se não deveria ser, em vez de “retomar”, “concluir”. Porque se retoma
17 alguma coisa que se parou. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO responde que podem
18 alterar. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que a professora Rachel
19 explicou muito bem sobre o programa. Retomar ou concluir é a mesma coisa, e esclarece que
20 essas modificações foram feitas porque é um programa que tem tido um aumento de procura.
21 Não são muitos alunos, mas há alunos com um perfil específico para esse tipo de atuação. Essas
22 alterações foram feitas porque o aluno tinha de ser desligado do curso antes e depois retomar,
23 o que gerava uma certa insegurança, e então planejaram facilitar o ingresso dos alunos com
24 interesse nesse programa. Outra modificação também é que o curso de Medicina tem duração
25 de seis anos, podendo ser integralizado em nove anos, e o período que o aluno estiver ligado ao
26 programa não vai ser considerado na integralização. A Conselheira CLAUDIA VIANNA
27 MAURER MORELLI agradece o olhar cuidadoso do professor Marco e esclarece que no artigo
28 3º as disciplinas específicas mencionadas não são disciplinas da graduação. São disciplinas que
29 serão criadas para a graduação, já que agora o aluno não vai mais sair do curso, mas que são
30 específicas do MD-PhD. Então não são disciplinas da grade curricular normal, são disciplinas
31 que vão ser do MD-PhD, porque pressupõem que esse aluno que interrompe o curso, que vai
32 para o MD-PhD, vai geralmente fazer pesquisa básica. Então ele não tem tempo para cursar as
33 disciplinas regulares, porque ele geralmente está no internato, dedicado em período integral, há
34 plantões, então é um aluno que precisa parar o seu curso. Como a professora Raquel e o
35 professor Coy explicaram, ele parava esse curso e ficava fazendo atividades na Universidade,
36 mas não estava com nenhum vínculo. Estão realmente agora “arrumando a casa”, e esse aluno
37 não vai mais se desvincular, trancar o seu curso de Medicina, ele vai, agora, fazer disciplinas
38 de MD-PhD que serão incorporadas pela graduação, e que serão específicas para quem está
39 nesse programa. Ele não tem condição de fazer o curso normal, e, na realidade, ele usualmente
40 para no meio, por isso se menciona “retomar o curso” no artigo 6º, porque ele vai voltar para a

1 sua grade comum, mas podem mudar para “concluir”, como sugerido pela professora Fátima.
2 O mote é que ele fez a parte básica, fez a parte de pesquisa, cumpriu os seus créditos do curso
3 no qual ele vai se formar na pós-graduação, ele pode fazer algumas disciplinas eletivas, mas
4 quando ele concluir essa questão, volta para sua grade normal, volta a ser um aluno de curso de
5 graduação, embora nunca tenha deixado de ser, nessa nova composição, mas volta a fazer as
6 disciplinas no internato etc. Então por isso entendem que seja importante, se todos
7 concordarem, que esse artigo 6º permaneça, e poderiam mencionar no artigo 3º as disciplinas
8 específicas do programa MD-PhD, sejam elas na pós-graduação ou na graduação. O
9 MAGNÍFICO REITOR diz que não vê necessidade de mudar o artigo 3º. Houve o
10 esclarecimento, agora deixam a FCM decidir essas disciplinas específicas. Inclusive não
11 alteraria nem o artigo 6º, embora “concluir” também não lhe pareça ruim. Retomar o currículo
12 é o currículo regular, então está esclarecido que é um currículo pleno. Não o incomoda, mas se
13 a professora Fátima acha que é melhor “concluir” e isso não incomodar ninguém, podem
14 também fazer essa modificação. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz
15 que só achou que poderia evitar confusão. De fato, com esse esclarecimento da professora
16 Claudia com respeito às disciplinas, quando no item que menciona a continuidade não fica
17 especificado que são disciplinas diferentes do currículo regular, talvez o “concluir” evitaria
18 confusão, mas não faz nenhuma questão. Acha que os colegas da FCM teriam mais clareza do
19 que seria melhor. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que no
20 parágrafo 6º há um trecho que precisa ser retirado para seguir a linha do que está sendo falado
21 aqui e da proposta da norma. É preciso excluir “como aluno especial”, porque ele não é mais
22 aluno especial da pós-graduação. Ficaria: “Após a conclusão de suas atividades na pós-
23 graduação, o aluno deverá retomar o currículo regular” ou se forem alterar a palavra “retomar”,
24 mas segue tal como na proposta. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que não
25 atrapalha como está escrito. Ele conclui atividade como aluno especial na pós-graduação e vai
26 voltar para retomar o currículo regular. Não atrapalha da forma como está no texto; podem
27 seguir a orientação da doutora Fernanda, mas não está redigido de maneira a confundir. A
28 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a proposta, da forma como
29 foi encaminhada, menciona que ele não iria ser mais aluno especial. A Conselheira RACHEL
30 MENEGUELLO observa que ele realmente não será. A Doutora FERNANDA LAVRAS
31 COSTALLAT SILVADO diz que o parágrafo 2º deixou de prever a interrupção do curso de
32 graduação e o parágrafo 3º estabelece que, no âmbito da graduação, continua matriculado. Por
33 isso o parágrafo 6º ficou estranho. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI
34 diz que na realidade ele continua como aluno especial nas disciplinas. Ele não tem como ser
35 aluno regular nas disciplinas da pós-graduação sem ter uma graduação concluída. Então, ele
36 continua na graduação, mas pode cursar as disciplinas na pós-graduação como aluno especial.
37 A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que como qualquer curso. A Conselheira
38 FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA observa que é o que está escrito no parágrafo 2º. O
39 MAGNÍFICO REITOR diz que acha que podem chegar a uma conclusão de que a melhor forma
40 é deixar o texto como está. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é

1 aprovada com 52 votos favoráveis e 04 abstenções. Passa ao item 07 – Dossiê nº 01-D-
2 29075/2022 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que estabelece a possibilidade de
3 prorrogação da licença-paternidade para os servidores da Unicamp. Destaque feito pelo
4 professor Marco Antonio. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz
5 que ficou um pouco em dúvida no artigo 1º, que estabelece que o interessado poderia requerer
6 mais 13 dias além dos sete previstos. Sua pergunta é se já não poderiam ser oferecidos os 20
7 dias, se há alguma implicação diferente. Porque mesmo esse requerimento sendo feito de forma
8 eletrônica no sistema da DGRH, imagina que o pai estará com a atenção voltada para o filho
9 recém-nascido, e talvez não precisasse ter essa mudança de atenção para fazer esse
10 requerimento de mais 13 dias. Não sabe se há alguma implicação trabalhista, mas gostaria de
11 entender a necessidade de que o pai, servidor, precise ativamente requerer esses 13 dias a mais.
12 A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que essa proposta é muito
13 semelhante ao que está previsto no Governo Federal para os servidores, em que a licença-
14 paternidade é de cinco dias, e que por decreto se previu a possibilidade de prorrogação desse
15 prazo por mais 15 dias. Então não é um direito automático, ele é exercido mediante
16 requerimento da pessoa, e seguiram essa linha aqui. Para se fazer algo automático na
17 Universidade, haveria necessidade de mudança do Esunicamp para prever o prazo automático
18 de 20 dias. Então não haveria exercício de nenhum pedido, todos os servidores que tiverem
19 filhos ou adotarem, já sairiam com 20 dias de licença. Essa é a diferença. O MAGNÍFICO
20 REITOR diz que no fundo é uma ação que garante o direito, então as pessoas terão essa
21 possibilidade de exercer os 20 dias, mas é feito com uma cautela de adaptá-la à legislação que
22 estão seguindo. Fica uma posição mais cautelosa, mas preserva o direito dos 20 dias e o servidor
23 tem de se manifestar a respeito. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI
24 MARTINS diz que iria um pouco na linha do professor Marco Antonio, de deixar algo
25 automático e caso o servidor não queira, que ele se manifestasse contra. E mesmo que
26 mantenham essa redação, esses dois dias úteis são inviáveis. Teve dois filhos, e nas duas vezes
27 ficou quatro dias no hospital como acompanhante. Então ter dois dias para falar com RH, se
28 manifestar ou preencher alguma coisa no sistema pode ser algo irracional. No mínimo deveria
29 ser o período da licença de sete dias para poder se manifestar, mas sua sugestão é que a redação
30 fosse inversa: caso ele não queira, caso não seja a vontade dele ter essa prorrogação, que ele se
31 manifeste nesse sentido. Isso se a sugestão do professor Marco Antonio não for aprovada. A
32 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a redação segue
33 exatamente o que está no decreto federal, e embora não seja automática a aplicação para os
34 servidores estaduais da Unicamp, acha que é um precedente importante a ser seguido. Já há a
35 diretriz federal, ela já está em vigor, e como colocou no último Consu, prever uma extensão
36 desse prazo, sem haver uma legislação estadual, não traz tanta segurança jurídica para a
37 Universidade. Então, pelo menos que se siga exatamente o protocolo previsto para os servidores
38 federais, por isso foi feito dessa maneira. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI manifesta
39 novamente sua preocupação sobre benefícios em causa própria da Universidade em relação à
40 sociedade. Assim como a Universidade não pode ficar legislando sobre o aumento dos salários

1 das pessoas que aqui trabalham, também acha complicado legislar em causa própria
2 aumentando o tempo de licença-paternidade. Não está discutindo a importância do tema, mas a
3 viabilidade financeira e também a igualdade na sociedade, tendo em vista que mesmo nas outras
4 universidades isso não é feito. Nas outras são cinco dias, não são nem sete. Acha que precisam
5 ter essa preocupação enquanto Universidade, que já possui uma série de benefícios, por
6 exemplo, uma semana a mais de férias no final do ano, sem descontar, paga pela Universidade,
7 paga pelos impostos das pessoas. Então acha que devem ter cuidado e responsabilidade quando
8 forem legislar em causa própria. A intenção do pai de ajudar, estar em casa, não ocorre só com
9 os servidores da Unicamp. Outro exemplo: ontem, depois das 11h, não havia mais ninguém na
10 Universidade em razão do jogo da Copa do Mundo, e quem pagou o salário de todos foi a
11 Universidade, foi o povo. Ninguém votou para trabalhar depois do jogo aqui. Pergunta quem
12 vai cobrir o afastamento desse profissional, se vai ficar sem ser feito o serviço. Para licença-
13 maternidade, têm atuado de forma a fazer a reposição para substituir a servidora durante a já
14 estendida licença-maternidade de seis meses, e ela ainda solicita mais um mês de férias, estão
15 são sete meses, e têm substituído essa servidora porque sentem que faz falta na Universidade.
16 Isso já é mais corrente em outras instituições públicas, mas esse aumento de dias na licença-
17 paternidade desigual a Unicamp e chama a atenção para ela, para as suas vantagens e legislação
18 em causa própria. Então tem muito cuidado com isso, lembrando que estão no Brasil, que é um
19 país pobre, e não na Suécia, e legislar como Suécia no Brasil é complicado. Toda vez que a
20 Universidade concede algum benefício, olha para a sociedade, que é quem paga os salários aqui
21 dentro através dos impostos das pessoas. A Universidade não gera nenhum recurso,
22 diferentemente de uma empresa, portanto devem pensar nesse aspecto quando legislam em
23 causa própria. Acha que isso vai chamar atenção da sociedade, das empresas, das estatais, pois
24 todas concedem cinco dias. Sempre vai se manifestar pela igualdade entre a Unicamp e a
25 sociedade, inclusive porque os discursos aqui são no sentido de ter a Universidade inserida na
26 sociedade, a Universidade ajudando a sociedade, mas quando ela vai pensar em um benefício
27 para si, ela não olha para a sociedade. Se a Universidade fosse uma empresa que gerasse
28 recursos, seria outro raciocínio, mas estão usando o dinheiro gerado pela sociedade. E reforça
29 que aqui não é a Suécia, onde se concede licença-maternidade de um ano e licença-paternidade
30 de quase um ano também. Lá as pessoas têm poucos filhos, ao passo que no Brasil as pessoas
31 têm muitos filhos, então precisam pensar um pouco em como é a sociedade. Fica desconfortável
32 e tem certeza de que será visto por algumas pessoas com um certo desconforto o fato de que a
33 Unicamp, além de tudo o que ela oferece, também dá três semanas de licença, enquanto
34 funcionários de outros lugares não têm o mesmo direito. Assim como tem direito a sair 11h
35 para assistir jogo de futebol e tem direito a ficar uma semana de férias e a emendar os feriados,
36 diferentemente da sociedade. A Conselheira ELISABETH CARDOZO diz que a proposta
37 coloca a proteção à criança de forma integral. Não discorda da fala da professora Maria Luiza,
38 mas observa que a Universidade tem uma atividade diferenciada em relação à sociedade, em
39 relação aos outros homens da sociedade, das empresas privadas. A Universidade desenvolve
40 atividades voltadas para essa comunidade, e por mais que seja colocado que precisam explicar

1 que na Unicamp vai ser diferente, ela também possui uma atividade diferenciada. Ela presta
2 serviço para essa sociedade, ela trabalha em função dessa comunidade. Portanto, não se pode
3 comparar as pessoas que trabalham aqui com as pessoas que trabalham na iniciativa privada.
4 Concorde com a questão de terem saído ontem às 11h para assistir ao jogo, mas também sabem
5 que a cidade parou ontem para assistir ao jogo. E por mais que tenham parado às 11h, a
6 Universidade não parou, porque todos, de uma forma ou de outra, em suas unidades, fizeram
7 um planejamento para isso. A área da Saúde não parou, os institutos e faculdades pararam, mas
8 as atividades continuaram. Sobre o período para o requerimento, solicita que a doutora
9 Fernanda projete novamente a lei, pois parece ter visto um artigo que menciona que a pessoa
10 pode fazer esse requerimento até o final do período da licença. Precisam deixar isso claro
11 porque pode gerar dúvidas. O conselheiro Matheus tem razão em colocar isso; no seu caso
12 pessoal foi adoção, mas teve vários problemas e logo que adotou não pôde vir para a
13 Universidade fazer a solicitação, precisou pedir para outras pessoas fazerem por ela, então é
14 importante que a pessoa tenha uma flexibilidade de tempo para requerer. O artigo 4º menciona
15 que a prorrogação pode ser solicitada até o último dia da licença ordinária de sete dias, então
16 solicita confirmação, e pergunta como fica se nem o pai nem a mãe puderem estar aqui para
17 fazer essa solicitação. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que discorda plenamente
18 da fala da professora Maria Luiza, porque entende que a humanidade deve evoluir. Se
19 quisessem voltar para a Idade Média, havia candidato, inclusive à presidência da República,
20 que defendia que o país voltasse à Idade Média. Defende que o país busque comparações com
21 as melhores sociedades. Se na Suécia é um ano, pensa que o Brasil tem de evoluir e não involuir.
22 Na Constituição de 1988, quando estava essa discussão no Congresso, na Fasubra, tinham
23 emendas para todas as essas questões, inclusive para a licença-maternidade já defendiam seis
24 meses na época da Constituição. Muitas pessoas eram contrárias, diziam que o país ia quebrar
25 com uma licença-maternidade de seis meses, mas defendiam isso já, assim como diversos
26 outros itens. Se há países que têm um ano de licença-paternidade, como disse o professor Aoki,
27 a exemplo do Japão, e a média mundial é seis meses, então acha que a Universidade tem de
28 evoluir, senão vão voltar no tempo em que só existia a Igreja e o Exército. A Universidade é
29 uma evolução do ser humano, e ela deve mostrar o caminho de como deve ser a sociedade. É
30 favorável aos 20 dias da licença-paternidade, e pensa que o Brasil não é um país pobre; o que
31 ele tem é uma péssima distribuição de renda, a segunda pior do mundo. Mas ele é um país rico,
32 é a 13ª economia e já foi a 6ª economia do mundo, porém a renda é mal distribuída. É uma
33 sociedade baseada em 350 anos de escravidão, foi construído por escravos este país. A
34 Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU diz que não concorda com a fala da professora
35 Maria Luiza. Acha que um dos papéis da universidade é mostrar os caminhos para a sociedade,
36 e nesse caso estariam mostrando que ter um filho e constituir uma família não é um trabalho só
37 da mulher; que o homem fica três dias ali e depois está tudo resolvido. Acha que o exemplo
38 desses países que ela e o senhor José Luis mencionaram, em que homens e mulheres têm a
39 mesma quantidade de tempo no nascimento de uma criança, são uma sinalização de qual é a
40 concepção de família e qual é o papel do homem e da mulher dentro dessa família. Inscreveu-

1 se para solicitar esclarecimento sobre uma questão semântica: se a pessoa submeter um
2 requerimento, alguém tem de aprovar ou reprovar esse requerimento. Então, se for assim como
3 está entendendo, isso pode criar um outro problema: em alguma unidade alguém diz que
4 naquele momento não pode conceder o que o funcionário está pedindo, e assim alguns homens
5 terão a licença de 20 dias e outros não. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que, por
6 princípio, é favorável à licença-paternidade de 20 dias por todas as questões que a professora
7 Márcia já colocou. Acha que é importante ter adesão a minimizar passivos jurídicos na
8 Universidade, mas observa que a licença de sete dias da Unicamp já destoa da legislação
9 federal. Se essa deliberação for adiante, deveriam recomendar aqui no Conselho Universitário
10 que o mecanismo de solicitação seja bastante simplificado, via sistema, por exemplo. E também
11 tem preocupação com a questão que a professora Márcia Abreu levantou: se é uma solicitação,
12 pode haver também um indeferimento. Entende que no momento da solicitação deve estar sendo
13 implicitamente colocado que seria aprovado. Na COP foi feita a apreciação do quanto onera
14 essa extensão de prazo e a informação dada foi que não havia ônus à Universidade. O
15 Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que não entende muito bem quando se fala
16 em custo financeiro dessa medida, porque estariam ampliando de sete para 20 e acha que a
17 Unicamp não tem um dispositivo para contratar um substituto, porque é muito pouco tempo.
18 Então gostaria de entender melhor o que é exatamente esse custo financeiro da medida.
19 Concorda com muitas coisas que a professora Maria Luiza falou, mas o recesso de fim de ano,
20 na semana entre Natal e Ano Novo, não é exclusivo da Unicamp, é algo usual em universidades;
21 a maioria das universidades federais, pelo menos, tem esse recesso mais ou menos nos moldes
22 do que possuem tem aqui. Sobre o expediente do dia de jogo da Copa do Mundo, concorda que
23 suspender a partir das 11h pelo resto do expediente é ruim, principalmente no Imecc, onde
24 aplicam muita prova nessa época do ano e tem sido um pouco complicado. Por exemplo, já há
25 agora o risco de perderem o expediente final no próximo dia 05, a última semana do semestre,
26 quando há atividades que precisam acontecer naquela época e não podem ser adiadas, porque
27 não existe prazo para isso. Já havia feito essa pergunta em algum Consu bem anterior de como
28 se programariam; acha que poderiam ter sido feito como na outra Copa: expediente suspenso
29 durante o horário do jogo, acrescentado de um tempo anterior e posterior ao horário, que é
30 inclusive como as empresas fazem. Por outro lado, observa que o experiente foi suspenso pela
31 Reitoria, então não entende muito a crítica feita pela professora Maria Luiza, porque essa foi
32 uma medida que veio da Reitoria. Não há como contra-argumentar com expediente suspenso,
33 inclusive não conseguem pedir às pessoas que, embora com o expediente suspenso, fiquem
34 além do horário, para alguma eventualidade, porque o expediente está suspenso
35 administrativamente. Voltando ao assunto principal que está sendo discutido, diz que essa
36 ampliação para 20 dias é uma categoria de benefício social, assim como o vale-alimentação, o
37 vale-refeição que o Sindicato pede, inclusive o auxílio-criança que a Unicamp paga, ou mesmo
38 a vaga em creche. São os critérios que diferenciam a Unicamp, e se existe o risco de a sociedade
39 achar que é abusivo o professor e o funcionário da Unicamp agora terem 20 dias de licença-
40 paternidade, também devem pensar no risco favorável de as pessoas admirarem a Unicamp por

1 ter isso. Não há como jogarem muito com o salário, que é igual ao da USP e da Unesp, vez ou
2 outra fica mais baixo que o das universidades federais, dependendo da política do governo
3 federal, mas acha que esses benefícios sociais ajudam a Unicamp a obter boas pessoas para os
4 postos de trabalho, tanto de professores como de funcionários e de pesquisadores. Então, de
5 fato, acha que é uma medida que mais eleva do que rebaixa o nome da Universidade. O
6 Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que vai resgatar alguns pontos: na Unicamp,
7 hoje, a licença-paternidade é de cinco dias consecutivos a partir da data do nascimento para os
8 celetistas e sete dias consecutivos a partir da data de nascimento para os estatutários. Portanto,
9 já existe legislação que trata disso, como a Procuradoria Geral já colocou, tanto no Estatuto dos
10 Servidores da Unicamp como na Lei Complementar 1054/2008. Considera razoável igualar os
11 períodos, sem querer entrar na linha de igualar todos os direitos para regimes distintos, pois
12 acha que essa é uma discussão que não é muito adequada. Observa que vale-refeição e auxílio-
13 alimentação são benefícios espontâneos, ao passo que a licença-paternidade segue legislação.
14 Entendeu os princípios que a Procuradoria Geral colocou quando ela estabeleceu isso na forma
15 de solicitação, mas pergunta se não terão problemas, sendo uma solicitação, se para um pai é
16 atendida a solicitação e para outro não. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, sobre a questão
17 dos recursos, respondendo ao professor Ricardo, que em casos, por exemplo, de licença-
18 maternidade, como elas são de seis meses, a Universidade às vezes aprova, dentro da CVD, da
19 CVND e nas instâncias, a contratação emergencial. Nesse caso ela acaba tendo alguma
20 implicação financeira, mas para a licença-paternidade, ainda que aprove aqui essa extensão
21 para 20 dias, isso não se coloca, porque não haveria essas contratações emergenciais. Além
22 disso, a COP, como a professora Marisa fez referência, analisou um levantamento feito junto à
23 DGRH de que até setembro de 2022 houve apenas 44 licenças-paternidade. Se fizerem uma
24 projeção disso até o final do ano, estão falando de algo em torno de no máximo 50 licenças
25 anuais. Então, realmente não há, como a COP analisou, nenhum impacto financeiro. Uma outra
26 questão que lhe parece importante é que a autonomia da universidade pública, concedida pela
27 Constituição, inclui a autonomia financeira. Seria ótimo se valesse para as universidades
28 federais, mas infelizmente isso não vem sendo observado. São concedidas também pela
29 Constituição autonomia didático-científica e autonomia administrativa, e acha que isso é um
30 caso de autonomia administrativa. Não estão propondo uma medida que extrapole a legislação,
31 e essa é uma decisão interna. Concorda com algumas falas anteriores de que a Universidade
32 deve ser um veículo de sinalização para a sociedade, propondo mudanças, sobretudo quando
33 estão tratando de direitos fundamentais dentro da sociedade. Esse não lhe parece haver nenhum
34 abuso aqui em termos de concessão desse direito. Foi com esse espírito que a COP analisou e
35 é com esse espírito que é favorável à aprovação da extensão para os 20 dias. O MAGNÍFICO
36 REITOR diz que votarão aquilo que está na pauta: sete dias mais 13, mediante solicitação,
37 totalizando 20 dias. Isso garante a extensão do direito, mas fica mais embasado juridicamente
38 para que façam face a questionamentos eventuais. Isso pode gerar alguma dificuldade e dúvida,
39 a pessoa vai ter de entrar em um sistema e pedir essa autorização, mas como Instituição pergunta
40 se não seria mais conveniente que causassem essa pequena perturbação e garantissem um

1 direito que lá na frente tenha mais chance de ser validado ou é melhor arriscar, dizer que serão
2 20 dias, e se eventualmente forem questionados terem de voltar para sete. Então, às vezes
3 precisam avançar com a cautela necessária para que haja um arcabouço jurídico que fundamente
4 a decisão. Nunca podem esquecer que a autonomia da Universidade está sob restrições em
5 relação às pessoas que checam a aderência à Constituição. Por exemplo, na questão de licitação
6 de serviços, o Tribunal de Contas do Estado usa legislação federal, não há uma legislação
7 estadual específica. Estão com problemas com relação à gestão de alguns equipamentos da
8 Secretaria de Estado da Saúde justamente porque o Tribunal de Contas do Estado utiliza a
9 legislação federal. Estão tentando ver se é possível ter uma legislação específica estadual, que
10 dê ao Tribunal de Contas um suporte para emitir pareceres diferentes. Solicita às pessoas que
11 tenham um pouco de abertura para a questão de que precisam formular avanços que tenham
12 também garantias jurídicas de serem mantidos no tempo. Podem autonomamente decidir que
13 são 20 dias, mas se isso for questionado pelo Tribunal de Contas, talvez voltem para sete ou até
14 para cinco. Então agir com cautela e ter uma referência em uma deliberação federal parece uma
15 coisa prudente. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, com
16 relação ao prazo de requerimento, no artigo 2º do decreto federal que embasou a proposta é de
17 dois dias úteis após o nascimento ou adoção. O prazo que a conselheira Elisabeth mencionou é
18 da regra de transição para o servidor que já no momento da publicação da norma, tanto do
19 decreto já vigente como da proposta, está no gozo da licença. Por exemplo, se for publicada
20 amanhã, o servidor que está no gozo da licença vai ter até o último dia útil da licença para
21 solicitar. Então é um prazo de regra de transição. Na regra, tanto do decreto quanto da proposta,
22 são dois dias úteis após o nascimento ou a adoção. Com relação à solicitação, a redação da
23 proposta define: “fica facultado ao servidor da Unicamp a prorrogação”. Então ela não vai estar
24 sob julgamento da unidade, a não ser que o servidor não atenda aos requisitos da própria norma,
25 como solicitar fora do prazo, ou algo na adoção que não atenda aos requisitos, mas não vai estar
26 a critério da necessidade de serviço ou não da unidade. O MAGNÍFICO REITOR afirma que,
27 atendendo a todos os requisitos da norma, não há possibilidade de negação do pedido. O
28 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que está de acordo que
29 devem ter respaldo jurídico para não serem questionados depois. Continua com a preocupação
30 dos dois dias úteis. No seu caso, passou quatro dias no hospital, sendo que na primeira gravidez
31 sua esposa ficou na UTI, então não tinha condição nenhuma de pensar em entrar em sistema e
32 colocar alguma solicitação. Nem para requisitar a licença-paternidade hoje possuem dois dias,
33 na verdade não há nem período para requisitar licença-paternidade, basta enviar a certidão de
34 nascimento. Então, sugere que deixem o prazo até o término do período de sete dias. A Doutora
35 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que estão tentando seguir exatamente o
36 que está no decreto federal. Acredita que isso seja de fácil solução pela DGRH, porque está
37 tudo em sistema, solicitam férias, licença-prêmio em sistema; conseguem autorizar solicitação
38 e pedir férias também pelo celular, não precisam nem de computador. Acredita que seja de fácil
39 solução e, enquanto não é implantado, acha que basta um requerimento para a unidade, um *e-*
40 *mail*, e a unidade já vai conversar com a DGRH e processar enquanto não tiver isso implantado.

1 Então, no mesmo encaminhamento de envio da certidão de nascimento, que precisa ser enviada,
2 o pai já pode solicitar a licença. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI
3 MARTINS diz que não possuem prazo para envio da certidão de nascimento, embora, por bom
4 senso, acabem enviando dentro do prazo da licença-paternidade. Relata que, mesmo dentro do
5 hospital, só conseguiu a certidão de nascimento do seu filho com três dias e meio. Então, mandar
6 com dois dias acha que pode ser um problema. Não vê problema de seguir o decreto, mas que
7 se envie o requerimento junto com a certidão de nascimento então. A Doutora FERNANDA
8 LAVRAS COSTALLAT SILVADO recomenda manter o que está no decreto na proposta. De
9 alguma maneira, o pai comunica à unidade que ocorreu o nascimento ou a adoção para a unidade
10 se organizar. Ainda que a certidão seja mandada depois, esse comunicado é feito e nesse
11 momento já se pede a prorrogação. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao conselheiro Matheus
12 se ele considera impossível isso. A formalidade exigiria uma comunicação, que pode ser por *e-mail*.
13 Os detalhes dessa comunicação decidem depois, mas a pessoa manda um *e-mail*
14 informando que a criança nasceu e dizendo que deseja mais 13 dias além dos sete a que já tem
15 direito. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que entende, mas
16 sua preocupação é com quem quiser levar ao pé da letra. Normalmente os RHs acabam sendo
17 muito compassivos com isso e ajudam bastante as pessoas nesse lado, mas se algum RH quiser
18 levar ao pé da letra, pode recusar porque a pessoa mandou com 49 horas, por exemplo. O
19 MAGNÍFICO REITOR diz que não podem ter uma legislação que vá analisar todas as
20 possibilidades de que haja algum desvio no cumprimento delas. Devem deixar andar um pouco
21 as coisas. Estão garantindo o direito, isso pode ser feito, estão embasados juridicamente, então
22 haverá mais chances de ser defendida pela Procuradoria Geral junto aos órgãos. Às vezes
23 possuem uma certa vocação de querer adiantar todos os problemas que podem ocorrer, mas
24 precisam deixar um pouco as coisas serem feitas. O direito está sendo garantido. Se ocorrer um
25 problema, o pessoal vai poder recorrer, e se alguém negar a solicitação vai estar agindo
26 irregularmente. Precisam de um pouco mais de tranquilidade e bom senso, além de seguirem as
27 sugestões jurídicas. Precisam ter esse embasamento para continuar conquistando espaços, que
28 nem sempre ocorrem na intensidade, na medida total que desejam. A Conselheira MÁRCIA
29 AZEVEDO DE ABREU diz que se a explicação da Procuradoria Geral é que o requerimento
30 será sempre aprovado, deveriam substituir a palavra “requerimento” por “comunicação” ou
31 “notificação”. “O interessado deverá comunicar (ou notificar) ao RH que pretende gozar da
32 licença por X dias”. O MAGNÍFICO REITOR diz que o texto como está deixa claro que é um
33 direito, e está seguindo exatamente a terminologia do decreto federal. Solicita à doutora
34 Fernanda que leia novamente. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
35 lê: “Fica facultada ao servidor da Unicamp a prorrogação da licença-paternidade em 13 dias,
36 além dos sete previstos no artigo 108 da Unicamp e na Deliberação Consu A-30/2022, mediante
37 requerimento a ser apresentado junto ao setor de recursos humanos de seu órgão ou unidade,
38 no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou adoção da criança”. O MAGNÍFICO REITOR
39 diz que para ele fica claro que é um direito. A pessoa fez o pedido e tem direito a ter os 13 dias
40 a mais. E isso é exatamente o que está no decreto. Vai ficar mais difícil para o Tribunal de

1 Contas do Estado falar qualquer coisa. Não havendo mais observações, submete à votação a
2 matéria, que é aprovada com 46 votos favoráveis, 01 voto contrário e 04 abstenções. Portanto,
3 foram aprovados sete dias mediante solicitação com direito garantido de mais 13 dias. Afirma
4 isso como presidente desta reunião, e espera que não haja dúvida a respeito e que não haja
5 nenhum processo que contrarie esse direito nas estruturas e nos sistemas de recursos humanos.
6 Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR
7 passa ao item 08 – Dossiê nº 01-D-47672/2022 –, que trata de Proposta de Distribuição
8 Orçamentária da Unicamp para o ano de 2023 de recursos para atender o número de 82 cargos
9 ou funções para Professor Titular (MS-6). Passa a palavra ao professor Fernando Sarti para uma
10 exposição inicial. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que em 2022 já foram realizadas 804
11 progressões, 319 promoções por mérito, 445 livre-docentes, já somando os 92 concursos e
12 progressões em andamento. No caso de Professor Titular, já foram realizados 40 concursos no
13 período, tendo sido utilizados R\$23 milhões, o que corresponde a 97% dos recursos que foram
14 autorizados aqui no Conselho Universitário. Observam que seguem a Deliberação Consu-A-
15 26/2014, mas também o que está colocado na Deliberação Consu-A-51/2021, em que foram
16 atribuídas 41 vagas para concursos de titular, respeitando o limite de 30% para cada unidade -
17 o número de titulares sobre o total dos docentes não pode ultrapassar 30%, já descontados os
18 quadros permanentes e o quadro suplementar. Na primeira tabela exibida no *slide*, a primeira
19 coluna traz hoje o quadro titular, com 325 docentes, sendo 284 da Parte Permanente - PP, e 41
20 da Parte Suplementar - PS. Mostra o número de concursos em andamento, também os titulares
21 que já foram autorizados e não tiveram ainda o processo iniciado. A partir de agosto, todas as
22 unidades foram chamadas a se manifestar sobre possíveis novas demandas para concursos de
23 titulares. Receberam 125 no total, lembrando que o quadro docente, em outubro de 2022, era
24 de 1.678. Além desses, há contratações em geral autorizadas de 130 e contratações ainda não
25 iniciadas de 33, o que totaliza um quadro potencial de docentes MS da ordem de 1.841. Observa
26 que fizeram esses cálculos com base no valor potencial e não no valor hoje efetivo de docentes
27 na Universidade. Na última coluna, aparecem todas aquelas unidades que estão acima do
28 coeficiente de 30% e que, portanto, não poderão ter atendidas suas demandas para novos cargos
29 de titulares. Estão autorizados pela Alesp 505 cargos de titulares, estando ocupados 325, sendo
30 que desses apenas 284 são PP, que é o que importa aqui. Solicitadas foram 125; a proposta que
31 estão trazendo é de 82 distribuições, que somadas às hoje ocupadas 325, totalizam 407, número
32 ainda inferior a 505, que é o limite de cargos oferecidos pela Alesp para a Unicamp.
33 Infelizmente, como já comunicaram na reunião com os diretores, não conseguiram contemplar
34 quatro unidades que têm demandas de novas vagas para titulares, por estarem com o coeficiente
35 acima dos 30%. Olhando em termos de recursos essas 82 vagas, parece que possuem um
36 gradiente elevado, de R\$2 milhões a R\$6 milhões, mas explica que primeiro não há exatamente
37 como precisar qual vai ser o concurso, se estão envolvendo nível MS-5.1, 5.2 ou 5.3. Essa é
38 uma primeira dificuldade. A segunda é que, ao atribuir essas vagas, são obrigados a separar
39 recursos imaginando que nesse concurso para titular apareça alguém de fora que, portanto,
40 totalizaria o valor integral do valor de entrada para um titular. Há uma certa dificuldade,

1 precisam trabalhar com essa margem mesmo, esse gradiente de recursos, mas o valor ficaria
2 em alguma coisa entre R\$2 milhões a R\$6 milhões. Se atribuísem o que tem hoje pelo quadro,
3 redistribuindo o quadro em termos de 5.1, 5.2 e 5.3, teriam um valor de R\$3,5 milhões, mas é
4 também um valor apenas nocional para trabalharem aqui os recursos necessários para essa
5 proposta. Então é basicamente uma proposta de distribuir essas 82 vagas, que as unidades
6 decidirão quando e como utilizar. Observa que algumas chegam muito próximas ao limite de
7 30%, o que criaria uma certa dificuldade para novos concursos, se todos eles forem efetivados
8 em 2023, a não ser que modifiquem o denominador, seja por aposentadorias ou por novas
9 contratações. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA agradece ao professor Sarti
10 pela apresentação, e como já disse na reunião com os diretores, considera esta uma ótima ação
11 de previsibilidade que lhes permite fazer cálculos e preparações para a frente. Acha que é muito
12 importante haver essa quantificação e essa preocupação com 30% e com 35%. Como estão
13 falando aqui de um número somado entre titulares mesmo e aqueles que o são por promoção
14 funcional MS-6, a proposta que fez no grupo de diretores, inclusive na reunião com o professor
15 Sarti, é que essas unidades que hoje estão com zero, que seriam apenas quatro, dado que os
16 concursos para titular são muito demorados – se houver um inscrito de fora, isso implica cerca
17 de quatro meses para montagem de uma comissão adicional para verificar se essa pessoa pode
18 se candidatar ou não –, recebam uma vaga contingenciada. Essa vaga contingenciada não vai
19 impactar em nada financeiramente neste momento, pois ela só será descontingenciada se a
20 unidade baixar o seu percentual de 30%. A princípio pode ser algo muito simples, mas não é.
21 Se aprovam no Consu de hoje essa vaga contingenciada, e em setembro do ano que vem uma
22 unidade dessas quatro tiver três, quatro aposentadorias, que sabem que pode acontecer, já que
23 entre 400 e 500 docentes da Universidade podem se aposentar e pelo menos 30% deles são
24 titulares, já teriam essa visão de longo prazo. Então sua proposta é: dado que não há impacto
25 financeiro, aprovarem para as unidades que hoje são zero uma vaga contingenciada
26 condicionada à regra dos 30%. Se ao longo do ano que vem essa unidade ficar abaixo de 30%,
27 solicita-se o descontingenciamento junto à CVD, o que permitiria que cada uma dessas quatro
28 unidades, que naturalmente vão ter muitas aposentadorias, possam já se programar. Em relação
29 às outras unidades, concorda com o cálculo; realmente é muito importante esse planejamento,
30 parabeniza a Reitoria pela apresentação. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor
31 Fernando Sarti se isso teria algum impacto, porque é uma proposta que parece ser interessante.
32 O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se as vagas vão ficar contingenciadas, não haverá
33 impacto. O professor Anderson foi muito feliz na explicação porque isso é um fluxo e,
34 realmente, o próprio processo demora a depender das unidades, da distribuição, da aprovação
35 dentro dos departamentos. *A priori* não vê nenhum problema, desde que fique aqui estabelecido
36 que está contingenciada para essas unidades que estão acima dos 30%. Lembra que chegaram
37 aos 30% em razão dos 505 cargos que a Alesp oferece de titulares, hoje com 1.700 docentes,
38 aproximadamente, e multiplicando 1.700 por 30%, chegam a um pouco mais que esses 505.
39 Por isso recomendam manter esse equilíbrio, sempre pensando no planejamento de longo prazo.
40 O que seria inviável é que eventualmente todas as 505 vagas já estivessem distribuídas e

1 unidades que amanhã pudessem vir a demandar não conseguissem, enquanto outras terão muito
2 acima dos 30%. Foi esse o critério que adotaram dentro do Conselho Universitário, e por isso
3 esse número de 30% e não de 35%, que continua valendo quando somam os dois quadros, Parte
4 Permanente e Parte Suplementar, PP e PS, sobre o total. Aí sim está valendo 35%. Possui o
5 levantamento desses 41 PS, por unidade, e se necessário pode apresentar aos conselheiros. O
6 MAGNÍFICO REITOR diz que então a proposta do professor Anderson seria ficar
7 contingenciada com a liberação condicionada a atender à regra dos 30%. O Conselheiro
8 MARCOS CESAR DE OLIVEIRA cumprimenta primeiramente a apresentação muito boa e
9 também a proposta do professor Anderson. Não participou da reunião dos diretores, quem
10 participou foi a diretora do Instituto, professora Mônica, mas ela realmente atende às unidades.
11 Há um problema específico no IFGW que é o envelhecimento dos docentes, cuja média de
12 idade está realmente ficando avançada; muitos dos professores titulares potencialmente podem
13 se aposentar e dependendo da situação realmente é o que vai acontecer. Tipicamente são
14 realizados concursos que têm aprovação de uma vaga de titular, duas, e tiveram uma situação
15 agora que foi um pouco atípica e acabou fazendo com que ficassem acima da escala de 30%.
16 Mas acha que essa possibilidade de a vaga ser contingenciada, havendo aposentadorias ou novas
17 contratações, já resolve a situação, portanto apoia a proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que
18 essa proposta tem a grande virtude de reduzir o tempo para reagir a uma aposentadoria. Então
19 lhe parece que ela contempla todos os requisitos e torna o processo mais dinâmico, sem ferir
20 nenhuma restrição. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO cumprimenta a Reitoria pela proposta,
21 que visa equalizar um pouco as condições entre as unidades e fazer com que essas disparidades
22 diminuam em termos dos percentuais de professores titulares em cada uma das unidades. Mas
23 faz uma ponderação em relação a um outro aspecto, que é o número de pedidos que cada uma
24 das unidades encaminhou. Esse número de pedidos varia bastante, mesmo considerando aquelas
25 unidades que estão abaixo dos 30%. Os critérios que levam cada unidade a realizar esses
26 pedidos variam de caso a caso, mas há aquilo que acham que é possível de ser realizado em
27 termos de concurso e o potencial que cada uma das unidades tem. E muitas vezes as unidades
28 realizam esses pedidos e os concursos não ocorrem no ano que seria desejável que eles
29 ocorressem, há uma demora. O processo todo para realizar o concurso é longo, demanda
30 bastante tempo, mas muitas vezes as unidades fazem as demandas, obtêm as vagas para
31 professor titular, fica reservado o recurso e o concurso não acontece no ano seguinte, acontece
32 dois ou três anos depois. Então faz essa ponderação para pensarem se seria possível também
33 observar a realização efetiva dos concursos em uma proposta de longo prazo, pensando no
34 planejamento da Universidade para atribuição de novas vagas, para também tentarem de uma
35 outra forma evitar que essas disparidades aconteçam. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez
36 algo que possam pensar, que não afeta a decisão de imediato, é que na próxima distribuição
37 seja considerada essa relação entre o concedido e o realizado. Então talvez usar isso como um
38 critério adicional em uma próxima distribuição, para evitar que seja reservada a vaga para daqui
39 três anos já hoje. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO concorda e diz que se for esse o critério,
40 pensando naquelas unidades que estão abaixo dos 30%, poderiam pedir mais, mas os concursos

1 não acontecer. Ficam com a vaga reservada e os concursos demoram muito mais tempo para
2 acontecer. O MAGNÍFICO REITOR diz que está sugerindo aqui ao professor Sarti que uma
3 próxima distribuição tenha isso como um dos critérios a ser ponderados. O Conselheiro
4 FERNANDO SARTI diz que já passou os números: 40 concursos aconteceram em 2022, mas
5 há ainda 16 vagas que já foram atribuídas cujos concursos sequer se iniciaram. Isso mostra uma
6 certa inércia, realmente, por parte das unidades; lógico que fica a critério da unidade, não cabe
7 intervir, mas isso pode constar das regras nas próximas distribuições. O Conselheiro MARCO
8 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que não sabe se a proposta do professor Anderson
9 é muito adequada como resolução para este momento. Por exemplo, pegando o caso da Feec,
10 que na proposta tem uma vaga a mais, supondo que ela ocupasse essa vaga rapidamente e ao
11 mesmo tempo reduzisse o denominador, o argumento do cálculo para o número de vagas para
12 titular, ela poderia também querer dispor dessa outra vaga contingenciada em um período de
13 tempo menor, ano que vem, por exemplo. Parece-lhe que esse raciocínio valeria para todas as
14 unidades e não sabe se isso é justo. O que lhe parece mais adequado seria fazer uma análise de
15 novas vagas para titular em um menor espaço de tempo, mas não liberar vagas agora, mesmo
16 que contingenciadas. O MAGNÍFICO REITOR diz que então esse talvez seja o tema de
17 discussão, mas só faria um contraponto: todo o critério sempre privilegia alguma coisa e cria
18 problema para outra. Esse, no caso concreto, só abre uma possibilidade, aquelas não
19 contempladas que sejam contempladas rapidamente. É a única coisa que ela faz; as outras todas
20 foram em algum grau contempladas. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
21 CARVALHO diz que o senhor Reitor tem razão, mas também significa dizer que essas unidades
22 que estão agora nos 30% foram contempladas diversas vezes em ocasiões anteriores. O
23 MAGNÍFICO REITOR diz que sempre depende da idade da unidade e do processo de
24 aposentadoria, é difícil fazer esse julgamento sem pensar no tempo de duração das pessoas na
25 Universidade. Não faria uma análise genérica dessa forma. A Conselheira ANA SILVIA
26 PRATA diz que seu comentário vai um pouco no sentido do que o professor Marco mencionou,
27 porque vê que várias unidades sempre estiveram abaixo de 30%. A FEA, por exemplo, tem uma
28 quantidade de titulares com tempo de aposentadoria relativamente alta. Então pergunta se não
29 seria o caso de também solicitar uma vaga contingenciada, pois ela está com 26%. Gostaria de
30 entender a proposta um pouco melhor, porque não consegue ver vantagem nisso, considerando
31 que essas unidades já estão com 30% há um certo tempo. A Conselheira HELOISE DE
32 OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que apoia as falas dos professores Marco e Ana. O senhor
33 Reitor tem toda razão quando diz que quando se cria um critério, inevitavelmente favorecem
34 uns e desfavorecem outros, mas pensa que estão aqui todo o tempo tentando fazer um exercício
35 de colocar todos no mesmo nível, quando possível. Percebem, por exemplo, que FT e FCA
36 ainda vão demorar um tempo para chegar nesse mesmo nível, mas custa a entender a razão
37 dessa flexibilidade para unidades que estão francamente acima. Vê, por exemplo, o Imecc, que
38 tem uma enormidade de matrículas e tem uma questão didática grande. Imecc, IFGW e IQ
39 atendem a uma enorme quantidade de alunos, mas não são iguais nessa divisão, basta ver os
40 valores de titulares. Todas as razões que houve até o momento para privilegiar um ou outro com

1 uma vaga contingenciada se aplicam para todas as unidades. Então não é favorável à proposta
2 do professor Anderson, pois além de ela não ter sentido, é injusta porque privilegia quem não
3 fez um planejamento. Observa que as duas unidades que causaram problemas no passado e que
4 os obrigaram a ter um teto ainda estão na mesma situação. Portanto, não resolveu, porque
5 sempre há um argumento, e não acha isso justo, não acha uma boa medida, pois separa unidades.
6 Acha que a questão etária é justa, mas ela deve ser examinada unidade a unidade, não acha que
7 isso é uma boa ideia neste momento. Vê outras unidades que poderiam avançar mais se para
8 elas fosse dada essa oportunidade, e não as que já estão acima do teto, acha que isso não tem
9 sentido. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz, sobre a proposta do professor
10 Anderson, que seria interessante que tivessem como princípio criar condições para que todos
11 tenham o máximo possível de docentes titulados e titulares. Diante disso, a proposta dele talvez
12 possa ser entendida de duas formas. A primeira é que, se nessa rodada essas unidades não estão
13 sendo contempladas, seria uma forma de contemplá-las, ainda que de uma maneira hipotética,
14 supondo que possa ocorrer aposentadoria. Então elas não deixariam de ser contempladas nessa
15 primeira rodada de oferecimento das vagas. Entretanto, se ela for contemplada com uma reserva
16 de vaga para uma próxima rodada, acha que é um pouco mais complicado porque teriam de
17 pensar, talvez também, em algum critério de proporcionalidade que favorecesse as unidades
18 que estão menos contempladas em termos de professores titulares, se desejam alcançar esse
19 nivelamento, essa condição de mais igualdade. Então talvez, para equilibrar um pouco mais
20 essa proposta do professor Anderson, pudessem pensar em algum tipo de critério ou índice que
21 desse prioridade, pelo menos na consulta em uma segunda rodada, a essas unidades que estão
22 mais distantes do teto. No caso de não haver vagas suficientes para todos, essas unidades seriam
23 atendidas primeiro. Não sabe se é possível pensar algo assim, mas seria uma forma de tentar
24 equilibrar um pouco as duas situações. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz
25 que uma das questões principais aqui parece ser a data de corte para esses cargos. Sempre que
26 se coloca a data de corte no fim de um certo ano, vai ter unidade que naquele ano não teve
27 problema de aposentadoria, mas tem os aposentáveis em janeiro que fazem aquele percentual
28 ser meio flutuante. E tem uma outra questão, que é meio óbvia do ponto de vista matemático,
29 que quando um titular se aposenta, o seu percentual diminui, mas se um docente nível MS-3 ou
30 MS-5 se aposenta, automaticamente o percentual titular da unidade vai acima de 30, porque foi
31 descontado no denominador sem que a unidade tenha feito nada para isso. Então acha que o
32 principal aqui seria talvez uma política de reposição de vagas um pouco mais eficiente, que não
33 dependesse exatamente dessa distribuição anual pelo Consu, no sentido de quando um titular
34 se aposentar, a vaga dele volte, talvez até como titular. É uma coisa que a Unicamp nunca fez;
35 o retorno da vaga automática para aposentadoria até acontecia, mas ela sempre acontecia no
36 nível MS-3. No Imecc houve um momento em que vários titulares se aposentaram, e era esse o
37 procedimento, as vagas nunca voltaram como titulares. É algo para se estudar, talvez. Outro
38 comentário ainda sobre os números: foi reduzido para 30% para ver se conseguiam colocar
39 todas as unidades perto de 30%, pelo que entendeu. Só que olhando os números de hoje, depois
40 de todos contratados, o máximo chega a 1.841; 30% disso já é mais que os 505 que possuem

1 hoje. Então, talvez esse 30% já seja meio assintótico, acha que na verdade nunca vão conseguir
2 atingir esse percentual em todas as unidades. Não entende direito como se faz para aumentar
3 cargo de professor titular, de onde vem isso, e agradece se o professor Fernando puder
4 esclarecer. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma legislação estadual, vem da Assembleia
5 Legislativa; existe um teto, e isso está fora do controle direto da Universidade. O Conselheiro
6 FERNANDO SARTI diz que nas unidades que estão abaixo dos 30%, os pedidos
7 corresponderam exatamente à proposta. Ninguém teve corte nos pedidos, partindo sempre do
8 pressuposto de que quem faz essa gestão é a própria unidade: se desejarem utilizar as vagas já
9 em 2023, se preferirem guardar isso por mais tempo, lembrando sobretudo aqueles que estão
10 muito próximos aos 30%. O professor Ricardo comentou que quando todas as contratações
11 forem realizadas, e proporcionalmente elas são muito mais de doutores do que a dos concursos
12 de titulares, o coeficiente vai reduzir a proporção. Atribuíram muito mais vagas para novas
13 contratações, doutores, do que estão atribuindo aos titulares. Portanto, é natural que a
14 participação dos titulares no total se reduza. Um outro aspecto que lhe parece importante é que
15 somadas as 82 que estão sendo oferecidas ao quadro de 325 – sempre com o risco de esse
16 número ter alguma imprecisão de uma ou duas, porque há aposentadorias acontecendo etc., mas
17 o número está muito próximo do que era a realidade em outubro –, chegam a 407, para ficar no
18 número que acha que é a preocupação do professor Ricardo. A Unicamp hoje direito a 505,
19 portanto possuem ainda um excedente razoável de 98, já considerando as atribuições de 82.
20 Ninguém está próximo no limite da distribuição do total de vagas de titulares, mas o professor
21 Ricardo tem toda razão que não foi uma decisão aqui, não foi nenhuma proposta da PRDU. Foi
22 uma decisão do Conselho Universitário de caminharem nessa direção de assegurar a todas as
23 unidades terem o direito, quando quer que fosse, amanhã ou em um futuro mais distante, aos
24 30% do seu quadro como titulares. Foi isso que o Conselho Universitário acordou e é que estão
25 respeitando aqui. Há sempre a possibilidade de uma mudança, tanto no denominador pelas
26 novas contratações que estão sendo efetuadas e as novas distribuições que terão de fazer em
27 2023. Estava conversando isso agora há pouco com o professor Marcelo Mori para voltarem à
28 discussão da tarefa que ficou com os diretores e diretoras de trazerem propostas, pois até agora
29 chegou à PRDU apenas uma proposta sobre licenciatura para contratações de doutor. Então isso
30 alteraria o denominador e, portanto, a razão aqui. Também pode ser alterado o numerador pelas
31 aposentadorias, como pode também haver a questão de algumas unidades serem ocupadas por
32 PS e não por PP. Então há vários fatores que alteram esses números, e não vê, ao contrário de
33 algumas falas de colegas, que isso rompa o acordo que foi tratado aqui no Conselho
34 Universitário no final do ano passado. Mas dá uma certa operacionalidade, flexibilidade para
35 que essas unidades realizem esse processo de uma forma um pouco mais rápida, e vão avaliar
36 aqui e decidir conjuntamente, assim como fizeram no final do ano passado. O MAGNÍFICO
37 REITOR diz, respondendo ao professor Ricardo, que uma dificuldade de se manter a vaga de
38 titular é que elas não são comparáveis. O titular normalmente é alguém que já está no quadro
39 da Universidade, e o MS-3 é alguém que está entrando, então acha que realmente não resolve
40 o problema e talvez crie outro. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que entende as

1 razões pelas quais o professor Anderson fez a proposta. Entretanto, acha que ela tem uma falha
2 no sentido de que coletou as demandas das unidades para as vagas de titulares levando-se em
3 conta que o critério seria esse teto. Se houver uma política de reserva de vaga, acha que o
4 levantamento deveria ser outro então. Devem respeitar o teto de 30%, ou de 35%, já que a lei
5 de quadros tem uma quantidade suficiente de vagas de titular, mas o grande problema é que
6 transferem o grande cenário de disputas para o denominador que é o total de docentes em uma
7 unidade. A CVD tentou no passado fazer equacionamentos, critérios, discussões, e é um assunto
8 sempre complicado; o que acabou ficando vigente sempre é o tamanho histórico dessas
9 unidades. Em algum momento tentou-se colocar a questão de cursos, a questão de horas de aula,
10 a questão de pesquisa etc., mas esse é o grande problema. Estão transferindo todo o momento
11 de corte em cima do denominador. É algo a levar em conta e ter um pouco de cuidado também,
12 porque pelo menos no passado, quando havia as chamadas anuais para ver as demandas, existia
13 uma necessidade de se justificar tecnicamente que aquela demanda era de fato qualificada. Se
14 isso era feito com qualidade ou não, não sabe. Isso era feito na época na CVD, sob a batuta da
15 CGU, mas depois de um tempo isso se transferiu para ser vaga que a própria unidade decidiria.
16 Então mesmo entendendo a questão colocada pelo professor Anderson, a reserva de vagas nesse
17 momento é muito complicada, até porque acha que a Universidade vai ter de amadurecer os
18 critérios para a concessão das vagas de titular. Se ela for simplesmente numérica, dizer que cada
19 unidade terá uma cota de x%, a disputa vai se dar em outro plano, que é no tamanho do corpo
20 docente. Portanto, terão de levar em conta o mérito em algum momento, os critérios específicos.
21 O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que a proposta do professor
22 Anderson não solicita que seja quebrada a regra dos 30%. Caso esse número baixe e fique
23 inferior a 30%, que essa unidade já tenha alguém para poder concorrer ao cargo. Concorda
24 muito com o que a professora Marisa falou a respeito dos 30%; foi falado anteriormente que
25 algumas unidades não fizeram seu planejamento, que quebraram a regra e por causa disso existe
26 essa regra. Acha que muito pelo contrário; há unidades com idades diferentes dentro da
27 Unicamp, a FOP, por exemplo, tem 65 anos de história e é uma unidade bastante produtiva.
28 Dos cinco cursos de excelência em Odontologia, com nota 7 em pós-graduação, três são da
29 FOP. Os três únicos cursos com nota 7 no Estado de São Paulo são da FOP, que continua
30 produzindo, independentemente se faz muito tempo que não consegue ter novas vagas de
31 professor titular. Então precisa discordar claramente desse ponto de vista. E a partir do momento
32 que colocam o número 30%, ao mesmo tempo em que começam a represar unidades que são
33 produtivas, que são mais antigas, que têm docentes que se aposentam com 74 anos, 11 meses e
34 alguns dias, ou seja, ficam muito tempo no cargo de titular, talvez aquelas unidades mais jovens
35 comecem a apressar a contratação de professores titulares, porque está sobrando vaga. Então
36 acha que o que a professora Marisa falou é muito interessante, que além da porcentagem de
37 30% precisariam também analisar o mérito das solicitações em cada unidade. O
38 CONSELHEIRO ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que a ideia aqui é justamente
39 discutir, e a proposta que fez foi para a Universidade. Terminará em breve seu mandato, e o
40 maior problema que teve durante ele foi o planejamento. É muito difícil fazer o planejamento

1 sem ter os números em mãos. O professor Sarti confirmou que todas as solicitações feitas pelas
2 unidades foram acatadas, portanto essas unidades já foram atendidas para o planejamento do
3 ano que vem. O que está propondo não tem custo, tem a única finalidade de garantir um
4 planejamento para o caso de alguma dessas quatro unidades ficar abaixo de 30% no ano que
5 vem, não é em outros anos. Em novembro ou dezembro do ano que vem discutem novamente,
6 e essa vaga deixa de existir se ela não foi utilizada, porque a unidade não baixou os 30% dela.
7 E, obviamente, se algum diretor ano que vem quiser propor algo semelhante, é com ele. O que
8 está propondo não aumenta o custo, não é injusto, porque todas as outras pediram, e não
9 configura reserva de vaga, porque estão fazendo planejamento. Essas unidades que ficaram com
10 zero têm chance de, ao longo de 2023, baixar de 30%, como é o caso do IC, que tem quatro
11 docentes que podem e devem se aposentar, sendo três deles titulares. Se eles se aposentarem, o
12 Instituto vai ficar abaixo, e consegue um planejamento muito melhor se souber que possui uma
13 vaga contingenciada, que poderá solicitar à CVD. Observa que não seria automático o
14 descontingenciamento, ele tem de ser solicitado à CVD e provar que ficou abaixo dos 30%.
15 Então a sua proposta é simplesmente para planejamento e não traz impacto agora. O
16 Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que está imaginando uma
17 situação em que o Instituto de Biologia utilize as oito vagas no próximo ano, e ao final deste
18 ano podem estar na mesma situação de estar precisando de novas vagas. O senhor Reitor
19 mencionou a necessidade de regras mais permanentes, mas nesse caso acha que precisam criar
20 um mecanismo de regra de transição, e voltar a discutir essa questão em um ano. Não sabem
21 exatamente o que vai acontecer no próximo ano, então acha que essa reserva de vaga vai muito
22 nessa questão das unidades que estão baixando o número, mas em compensação há as outras
23 unidades que estão querendo crescer o seu número. Isso vai criar um conflito e não vai resolver
24 a questão, porque em um ano é muito difícil ter modificações significativas no número de
25 docentes. Sua sugestão é que criem uma regra de transição e que em um ano, a partir de agora,
26 revejam essa distribuição e como foi feita a utilização. Como o senhor Reitor mesmo já disse,
27 a boa utilização dessas vagas vai onerar pontos positivos para quem estiver solicitando vagas
28 daqui um ano. Considera que isso seria mais salutar do que criar esse contingenciamento ou
29 reserva. O MAGNÍFICO REITOR diz, respondendo ao professor Hernandez, que infelizmente
30 não possuem condição de gerar uma regra de transição agora. Está pensando em votar a
31 proposta apresentada e a proposta do professor Anderson separadamente, porque não
32 conseguirão elaborar uma nova proposta agora. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
33 PASTORE JENSEN diz que a proposta do professor Anderson é boa se ela puder ser aplicada
34 a todas as unidades, não só às unidades que estão acima dos 30%. Isso não é correto. Há
35 unidades que conseguiram todas as vagas que pediram porque estão abaixo dos 30% e vão
36 precisar de mais. Há unidades crescendo, e fazendo isso mantêm as grandes como grandes e as
37 pequenas como pequenas. O Instituto de Química está com 29, então não vê nenhuma justiça
38 nessa proposta. Ouviu o professor Flavio Aguiar falar da FOP, é excelente, um orgulho para a
39 Unicamp, porém existem outras unidades que possuem também a mesma vontade e a mesma
40 condição de chegar onde chegou a FOP. A questão de permitir que as unidades que já passaram

1 do valor estabelecido continuassem agregando docentes ao nível de titular já foi feita no
2 passado, e é a garantia da manutenção da situação que se apresenta. O argumento de que às
3 unidades que têm facilidade para fazer um concurso deveria ser permitido que procedessem
4 também não se sustenta. Sempre ouvem que a FCA tem dificuldade de fazer concurso, então
5 pergunta se isso vai ser mantido assim. Acha que não está correto isso, porque a Universidade
6 precisa crescer como um todo. Algumas unidades grandes não carregam a Universidade; pelo
7 contrário, elas aprofundam a diferença, isso não ajuda. A proposta do professor Anderson, no
8 seu ponto de vista, só é válida se puder ser feita para o conjunto das unidades, não para algumas
9 unidades e, principalmente, não para aquelas que já estão acima. Menos ainda sob o argumento
10 de que o concurso é realizado com facilidade; isso não é argumento. O argumento é aquele que
11 a professora Marisa colocou, é o mérito, mas garantindo que as pequenas cresçam, senão a
12 Unicamp acaba se tornando um conjunto de algumas unidades e as outras desaparecem e
13 minguam. Não está certo isso. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que há
14 algumas coisas aqui para serem levadas em conta nesta discussão. Há o tamanho, uma
15 desigualdade histórica no percentual de titulares entre algumas unidades e as razões para isso
16 acha que têm muito a ver com a política que foi feita na Universidade e com as condições
17 internas de cada unidade de um lado ou outro. Uma certa facilidade, por boas ou más razões,
18 para se tornar titular ou certa dificuldade autoimposta. O IE tinha uma autolimitação de titulares
19 que não necessariamente correspondia a um critério de excelência. Acha que a avaliação de
20 mérito de cada unidade deve ser sempre o critério, mas seria difícil do ponto de vista prático
21 fazer uma comissão para avaliar os perfis de titulares de cada unidade, ver quais são mais
22 rigorosos ou não. O Instituto de Economia é uma das unidades que está mais baixa e sua
23 demanda foi feita com base na sua capacidade de fazer concurso de pessoas com perfil e com
24 o interstício, por isso ele foi contemplado. Então tem dificuldade de visualizar a proposta da
25 professora Heloise, a não ser que reservassem para daqui a dois ou três anos, acha que é
26 fundamental deixar isso claro. Aproveitando a expressão do professor Hernandez, se essa é uma
27 regra de transição, e está entendendo que sim, ela deve ser avaliada novamente daqui a um ano.
28 Se nesse período as unidades que estão acima ou em 30% caírem abaixo dos 30%, elas poderão
29 contar com isso, porque acha que esse momento de discutir as vagas vai acontecer novamente
30 ano que vem. É o que está entendendo. Há quatro vagas para o Instituto de Economia, e se
31 conseguirem fazer as quatro e mais uma, terão mais cinco titulares ano que vem, mas ainda vão
32 estar bem abaixo. Podem fazer uma nova demanda. Está entendendo a proposta do professor
33 Anderson como uma regra de transição. Acha que se deve tomar cuidado para as unidades que
34 já estão em 30% não ocuparem todas as vagas da Universidade, pois em algum momento elas
35 vão acabar. Solicita confirmação sobre a questão da transitoriedade, pois acha que não estão
36 estabelecendo uma reserva de vaga para sempre. O MAGNÍFICO REITOR responde que os
37 30% são um critério mais restritivo que os 35% do total, então ele já garante que não se acumule
38 em uma única unidade essa questão das vagas novas. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE
39 BAGGIO AGUIAR reforça que a proposta de ninguém hoje foi romper os 30% de professor
40 titular, isso não foi levado em consideração em nenhum momento. A proposta é possibilitar que

1 uma unidade abaixo dos 30% tenha, de uma maneira mais rápida, alguém já selecionado para
2 fazer o concurso. Em relação à sua fala sobre a FOP, deixa bem claro que a FOP nem irá discutir
3 nos próximos três anos novas contratações titular, então por mais que isso seja aprovado, não
4 há previsão de aposentadoria compulsória, depois das aposentadorias de 2023, nos próximos
5 três, quatro anos. Outra questão importante é a entrada de docentes; discutem critérios e muitas
6 vezes os critérios também não atendem às necessidades das unidades. Só para novamente citar
7 a FOP, ela tem o menor quadro de professores clínicos de todas as sete faculdades de
8 Odontologia do Estado de São Paulo. Mesmo tendo cursos de excelência, mesmo mantendo um
9 curso de graduação de excelência, o seu corpo clínico é extremamente limitado. Então, a entrada
10 de docentes também é muito importante, conforme a professora Marisa falou. Sabe que a
11 necessidade de novas contratações nas unidades será discutida provavelmente o ano que vem,
12 mas é um ponto que também mexe na balança de professores titulares. O Conselheiro DIRCEU
13 NORILER faz coro com o que alguns comentaram sobre a necessidade de ir além de apenas
14 distribuir vagas, mas de que se avalie os critérios técnicos dessa distribuição de vagas. A FEQ,
15 por exemplo, não fez solicitação de vagas por entender que já estava acima dos 30%, e pela
16 descrição que observaram dos pedidos, percebem que algumas unidades não tiveram esse olhar;
17 algumas unidades que já tinham acima de 30% pediram mesmo assim um conjunto de vagas
18 para titular. Sua posição é que essa distribuição seja feita por critérios técnicos, que não
19 forneçam a vaga só porque a unidade está abaixo das vagas, mas que tenham demanda para
20 professores titulares nas unidades. Quanto à proposta do professor Anderson, diferentemente
21 da professora Heloíse, não vê a possibilidade de essas unidades que têm acima de 30%
22 aumentarem os seus quadros de titulares ou aumentarem as diferenças. Mesmo porque, pela
23 proposta apresentada, essas vagas estariam condicionadas à situação de que a unidade,
24 eventualmente, no ano que vem alcançaria um índice menor do que 30%, e isso provavelmente
25 pode acontecer com algumas unidades que têm muitos professores titulares com tempo para se
26 aposentar. A FEQ está em uma situação de possíveis aposentáveis para o ano que vem e isso
27 pode dificultar quem está na carreira para se tornar titular. Oferecer uma vaga de titular para
28 um professor novo, ingressante e não oferecer para alguém que está há vários anos na
29 Universidade pode comprometer o próprio quadro. O quadro docente atual pode se sentir
30 desprestigiado, então deve ser feita uma análise técnica. Entende que a proposta do professor
31 Anderson não prejudicaria, não aumentaria a discrepância entre as unidades, e facilitaria o
32 processo de titular para o caso de unidades que perdessem professores titulares no próximo ano.
33 O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ diz que está preocupado com esse período de um
34 ano para rever esse assunto porque o estudo foi feito com os números no início do ano. E desde
35 o início do ano, quatro professores se aposentaram e três eram professores titulares. Agora em
36 janeiro, serão mais quatro professores que vão se aposentar, e os quatro são titulares, então a
37 porcentagem da Feec vai cair para 23% ou 24%. Então solicita que não seja só considerado o
38 ano que vem, e nesse sentido talvez essa regra de transição do professor Anderson possa ajudar.
39 A questão da aposentadoria na Feec, que tem 55 anos, é uma das unidades mais antigas da
40 Universidade, vai ser bastante determinante com o número de titulares. E com menos titulares,

1 há menor condição de haver mais projetos e tudo o mais, inclusive influencia na questão de
2 avaliação Capes. O MAGNÍFICO REITOR diz que sua ideia seria votar primeiro a proposta
3 apresentada na pauta e depois a proposta do professor Anderson. Para ele ficou um pouco
4 diferente o entendimento da proposta. Houve uma sugestão da professora Andréia, preocupada
5 com a ideia de que um grande número de vagas pode representar uma reserva de vagas para
6 concursos futuros. Então sugeriu que em uma próxima distribuição isso fosse considerado. Na
7 sua visão, o esclarecimento do professor Anderson garante um pouco a preocupação da
8 professora Andréia. Não entendeu da forma como o professor Diniz colocou. Estariam
9 adiantando a possibilidade de uma vaga cuja execução, no próximo ano, dependerá de cair o
10 índice abaixo de 30%, e se essa vaga contingenciada não for usada porque não caiu o índice
11 abaixo de 30%, ela vai perder validade e vão discutir novamente no final do ano que vem. Se
12 isso acontecer em 31 de dezembro do ano que vem, por exemplo, a unidade perde aquela vaga,
13 mas ela entra em uma nova distribuição para o ano seguinte. Portanto, não viu problema nisso.
14 Se três docentes se aposentarem na Feec em janeiro, por exemplo, a situação muda e essa vaga
15 que estaria contingenciada vai ser liberada. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ
16 observa que é favorável à proposta do professor Anderson. O MAGNÍFICO REITOR diz que
17 na segunda formulação que fez, o professor Anderson sugeriu um prazo de validade, para que
18 essa reserva não fosse infinita. Ela tem um prazo de validade que é até a próxima discussão de
19 vagas. Sua sensação é que isso contempla mais ou menos todas as preocupações; tentará fazer
20 um esforço aqui de ver o que conseguem levar mais em termos de consenso. A Conselheira
21 FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz que possui uma pequena sugestão com respeito
22 à proposta do professor Anderson: a proposta dele é que se a unidade cair abaixo de 30%, ela
23 teria essa reserva; pergunta por que, em vez de pensarem abaixo de 30%, não definem um valor
24 que seria a média das unidades, por exemplo 24%. Porque assim nenhuma unidade que possui
25 algo como 10% se sentiria preterida, e isso talvez pudesse minimizar o impacto que a professora
26 Heloise comentou. O MAGNÍFICO REITOR diz que teriam de reiniciar a discussão, porque é
27 uma nova proposta. O número de 30% garante que as outras possam crescer; em parte, as outras
28 não podem crescer porque elas não têm candidaturas, não é um problema de quem está em 30%.
29 É o problema de quem está abaixo e não tem candidaturas no prazo do ano seguinte. Portanto,
30 as de 30% não estão impedindo que as que estão com 10% ou 21% cheguem a 30%. Estão aqui
31 transformando um jogo que é de soma positiva em um jogo de soma zero, como se quem
32 estivesse impedindo que as unidades que têm abaixo de 30% cheguem a esse número fossem
33 as que têm acima de 30%. Elas não vão ter acima de 30% se houver aposentadoria de titular.
34 Portanto, não existe esse conflito; às vezes precisam admitir que as pessoas andam um pouco
35 diferente, mas colocaram um teto, e se caírem abaixo, eles têm uma chance de fazer isso rápido.
36 A única coisa que estão permitindo é rapidez em voltar a restabelecer a situação de 30%. Se
37 acharem que essa rapidez é um direito especial, então não concedem, ou concedem, mas votam
38 separadamente. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que todas as demandas que chegaram
39 à CVD e à PRDU são demandas qualificadas. Acha que todos partem do pressuposto que as
40 unidades têm essa responsabilidade. Não vê nenhum problema que isso acabe trazendo pressão

1 sobre o denominador ou sobre o numerador. No denominador por novas contratações, o que é
2 legítimo, e no numerador até porque há posições favoráveis que reduzam o numerador com as
3 aposentadorias que já colocaram aqui, que somam um potencial de 440. Isso também é legítimo.
4 O mais importante é o fato de que essas decisões agora são tomadas pelo Conselho
5 Universitário, e não mais dentro de gabinetes. É absolutamente decisivo e importante que
6 estabeleçam as regras, que criem mais ou menos flexibilidade, que a própria definição do que
7 é demanda qualificada ou não seja tomada a partir das unidades e não fechada em decisões. Isso
8 dá legitimidade e transparência ao que estão fazendo aqui hoje, e é absolutamente importante.
9 Conseguiram efetivar somente 40 concursos em 2022, lembrando que há 16 em andamento, e
10 com as 82 vagas que estão atribuindo hoje totalizariam 98. Ficaria muito satisfeito se
11 conseguissem que elas se realizassem em 2022, mas, olhando para o histórico, acha muito difícil
12 que consigam realizar 100 concursos na Universidade este ano. Não havendo mais observações,
13 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação primeiramente a proposta em pauta, que é
14 aprovada com 50 votos favoráveis e 05 abstenções. Em seguida, colocará em votação a proposta
15 do professor Anderson, que resume a seguir: fazer uma reserva contingenciada de uma vaga
16 para cada uma das quatro unidades que tiveram zero vagas atribuídas, com liberação
17 condicionada a que o quociente caia abaixo de 30% e não atinja acima de 30% com essa vaga,
18 obviamente. A liberação do contingenciamento estará condicionada à aprovação na CVD, e a
19 validade disso é pelo ano de 2023, ou seja, tem de ser realizado o processo de início da abertura
20 no ano de 2023. Então ela só acelera o processo, ela não dá uma atribuição. De fato, essas quatro
21 unidades teriam uma aceleração do processo. Não vai ser necessário restabelecer novas vagas
22 ou abrir a discussão antes do que realizarão para todas as unidades no ano que vem. Não
23 havendo mais observações, submete à votação a proposta do professor Anderson, que é
24 aprovada com 30 votos favoráveis, 15 contrários e 08 abstenções. Passa ao item 09 – Dossiê nº
25 01-D-47746/2022 –, que trata da aquisição de imóvel da Moradia Estudantil da Unicamp
26 mediante sua desapropriação amigável e onerosa pelo valor de R\$57.728.126,62. Foi destacado
27 pela própria Mesa. Solicita uma exposição do professor Roberto Donato, que é da FCA e
28 assessor da Reitoria. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR diz que fará uma
29 apresentação da proposta de regularização da propriedade da Unicamp. A moradia da Unicamp
30 não pertence à Unicamp, ela é oficialmente pertencente à Funcamp. Seu objetivo aqui é fazer
31 um histórico do processo de aquisição da propriedade, de construção da moradia e a proposta
32 de regularização dessa propriedade entre a Funcamp e a Unicamp. Alguns dados fundamentais
33 da moradia estudantil da Unicamp: as obras se iniciaram em 1989 e foram concluídas em 1995,
34 em um terreno total de 55.000 m², com área construída em torno de 16.000 m². Atualmente,
35 conta com 263 unidades habitacionais, quatro centros de vivência, nove estúdios, nove salas de
36 estudo, três portarias e pontos de coleta. Ela tem um projeto arquitetônico feito pelo arquiteto
37 catalão Joan Villà, em estilo modernista, que é considerado uma referência arquitetônica desse
38 momento. Em 1989, o terreno da moradia foi adquirido e a construção da moradia foi iniciada
39 pela Funcamp. Esse caminho de construção da moradia pela Funcamp foi feito a partir de um
40 acordo entre a Universidade e a Fundação, ratificado em 1991 a partir de um contrato de

1 promessa de cessão entre a Funcamp e a Unicamp. Esse contrato colocava o acordo nos
2 seguintes termos: a construção da moradia seria realizada pela Funcamp, o custo de execução
3 da obra seria arcado pela Unicamp, e tão logo ocorresse o término da obra o imóvel seria
4 transferido para a Unicamp. Esse acordo foi lavrado em 1991, em 1995 a obra foi concluída e
5 a quitação dos valores por parte da Unicamp foi realizada no final de 2006. Então é importante
6 observar que esse acordo foi feito antes do regramento atual, que data de 1998, e naquele
7 momento havia um entendimento de que esse caminho de construção era possível,
8 diferentemente do regramento dos dias de hoje. Apesar da construção ratificada e do pagamento
9 realizado pela Unicamp, algo aconteceu que a propriedade da moradia não veio para a Unicamp.
10 Passaram-se muitos anos e esse processo de doação da propriedade por parte da Funcamp à
11 Unicamp não aconteceu. A tentativa de regularização do problema começou a partir de 2020,
12 quando o Conselho Curador da Funcamp aprovou a doação da moradia para a Unicamp,
13 honrando o acordo feito em 1991. Em 2020, a Unicamp e a Funcamp fizeram a solicitação de
14 autorização da doação da Fundação ao Ministério Público de São Paulo, que tem como parte de
15 suas prerrogativas cuidar da saúde financeira da Unicamp. Em 2021, o Consu aprova a doação
16 da Funcamp à Unicamp, mas o Ministério Público e depois o Poder Judiciário indeferem a
17 solicitação. Nas tratativas entre o Ministério Público e a Unicamp, a regularização sugerida é
18 que fosse feita uma desapropriação amigável entre a Funcamp e a Unicamp, de modo que a
19 Unicamp fizesse o pagamento à Funcamp. Há duas justificativas fundamentais com relação ao
20 indeferimento do Ministério Público: ele entende que a compra do terreno deveria ter sido feita
21 por desapropriação e que a doação à Unicamp atrapalharia a saúde financeira da Funcamp.
22 Diante disso, foram feitas duas avaliações de valor, por dois peritos habilitados, e os valores
23 foram muito discrepantes. Um dos avaliadores sugeriu R\$58 milhões como valor de mercado
24 da moradia e o outro avaliou em R\$28 milhões. Dentre outras diferenças metodológicas entre
25 as avaliações, a razão dessa discrepância foi que o primeiro avaliador tomou como referência
26 terrenos que eram muito próximos da Unicamp, com uma configuração territorial muito
27 próxima à área urbana, dentro do próprio distrito de Barão Geraldo, e o segundo avaliador
28 pegou áreas de referência periurbanas e distantes da configuração territorial da moradia. Para
29 resolver o problema, foi chamado o professor Luiz Carlos Almeida, que avaliou por um terceiro
30 valor, analisando os dois pareceres e ratificando uma proposta de R\$57 milhões para aquisição
31 da moradia. Por fim, a proposta de desapropriação leva em consideração os seguintes aspectos:
32 para fins de definição de verba indenizatória foram elaborados dois laudos periciais, mas o valor
33 proposto é com base em um terceiro laudo feito pelo professor Luiz Carlos Almeida, de
34 R\$57,728 milhões. Com o aceite da desapropriação pela Funcamp, a Unicamp, após aprovação
35 no Conselho Universitário, solicita-se a desapropriação do referido imóvel ao Governo do
36 Estado. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Roberto pela apresentação e passa a
37 palavra à doutora Fernanda para complementar as questões jurídicas envolvidas. A Doutora
38 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que com a aprovação da desapropriação
39 amigável pelo Conselho Curador da Funcamp, que já mandou a ata para a Unicamp, faltando
40 apenas algumas assinaturas, e com a aprovação do valor pelo Conselho Universitário e com

1 todos os documentos exigidos pela Procuradoria Geral do Estado, o processo será encaminhado
2 ao Governo do Estado com o pedido de lavratura do decreto de utilidade pública e
3 desapropriação. Após isso, conseguem fazer a transferência do imóvel para a Unicamp. A
4 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que a proposta de desapropriação amigável foi
5 aprovada pelo Conselho Curador da Fundação, na reunião da semana passada, com 100% dos
6 titulares presentes. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que iniciou sua fala na
7 reunião da COP dizendo que usufruiu da moradia da Unicamp quando era estudante, pois sua
8 família é do interior do Rio de Janeiro e a moradia representou uma ajuda muito importante
9 para sua permanência na Universidade. Então já coloca esse pano de fundo para dizer que a
10 questão de prover assistência para permanência do estudante é algo que está fora de questão de
11 mérito nesta discussão. Acha que todos concordam que é muito importante prover essa forma
12 de assistência para que a Universidade possa cumprir na sua plenitude a sua missão. Outra coisa
13 que não devem tirar do horizonte é um princípio muito importante da gestão pública, que é a
14 eficiência, fazendo o melhor uso do recurso público para que possam executar o que devem,
15 em termos inclusive da questão da assistência necessária à permanência dos estudantes.
16 Colocou algumas questões na COP e confessa que não ficou 100% confortável com a situação.
17 A parte jurídica é sempre uma ciência não exata, então sabem que não há garantias, e houve
18 mesmo uma mudança de interpretação ao longo do tempo, portanto estão à mercê disso. Acha
19 que é importante conversarem de forma bastante madura e clara aqui no Conselho se essa
20 solução é unívoca ou ela já é uma solução que já está mais madura, e, portanto, se vai nessa
21 direção. Diz isso porque não sabe se seriam mais interessantes outros modelos, outras formas
22 de sagrar essa relação com a Funcamp. Essa é uma questão que colocou na COP, onde não foi
23 possível explorar mais isso, mas coloca muito claramente se essa solução seria unívoca. Outro
24 aspecto é que essa disparidade de avaliações causa um certo incômodo e muitas dúvidas.
25 Considerando que estão no Conselho Universitário olhando pelos interesses da Universidade,
26 e que qualquer tipo de licitação, qualquer tipo de compra precisa seguir a questão legal,
27 pergunta por que, tendo duas avaliações, estão praticamente indo pela maior. Outro ponto é:
28 uma vez que foi a Unicamp que construiu essa moradia e estão fazendo a aquisição dela, se isso
29 não caracteriza um pagamento em duplicidade, de alguma maneira. Gostaria de ter uma
30 avaliação jurídica para que não haja problemas na aprovação disso pelo Ministério Público e lá
31 na frente com o Tribunal de Contas, que tem questionado em alguns momentos essa relação de
32 colocar recursos na Fundação. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
33 esclarece que a solução que está sendo agora adotada é a derradeira frente às outras tentativas
34 que tiveram, como a tentativa de autorização da doação frente ao Ministério Público, mas o
35 curador de fundações indeferiu o pedido. Ele próprio indicou que a Unicamp tentasse, em
36 conjunto com a Funcamp, um alvará judicial para a transferência do bem. Tentaram isso
37 judicialmente, mas foi indeferido pelo Judiciário. Voltaram a conversar com o Ministério
38 Público diante desse indeferimento e nessas conversas foi indicada a desapropriação do imóvel,
39 para que ele, de fato, ingresse na propriedade da Unicamp. Existem duas máximas jurídicas:
40 “quem não registra, não é dono” – não é registrado no nome da Unicamp, então ela não é a dona

1 – e “quem paga mal, paga duas vezes”; infelizmente isso aconteceu na década de 1980, em uma
2 sistemática que na época era possível, e acreditam que isso tenha ocorrido porque a Unicamp
3 precisava fazer o financiamento dessa construção e não era possível nas linhas de financiamento
4 do governo federal que um ente público fizesse esse financiamento. Acreditam que isso tenha
5 ocorrido em nome da Funcamp porque ela podia fazer esse empréstimo. Inclusive, nessas
6 tratativas com o Ministério Público, informaram que abriram uma sindicância administrativa
7 para apurar as circunstâncias em que isso foi feito, embora muitos dos atores, do que puderam
8 levantar de documentos, já tenham falecido. Estão fazendo essa tentativa de recuperação do
9 histórico. O MAGNÍFICO REITOR diz que quem faz a manutenção da moradia é a Unicamp.
10 Portanto, estariam, de certa forma, transferindo recursos orçamentários para algo que não é da
11 Unicamp. Pergunta à doutora Fernanda se está certo nessa interpretação e se já existiria
12 potencialmente nisso uma irregularidade. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
13 SILVADO responde que hoje a Unicamp faz toda uma manutenção, um cuidado em uma
14 propriedade que não é dela, e isso é um problema. A preocupação, inclusive, é a questão da
15 reforma da moradia e qualquer mudança na propriedade que não é da Universidade. Então o
16 fato é que isso precisa ser regularizado, o Ministério Público entende isso, foi algo que
17 aconteceu no passado, mas precisam avançar e tentar resolver. O Conselheiro MÁRCIO
18 ANTONIO CATAIA diz que apoia essa proposta; participou da COP, onde puderam, mais
19 proximamente, observar a proposta que foi apresentada. Como aqui está sendo colocado muito
20 bem, há primeiro a necessidade de sanar irregularidades jurídicas, mas além disso entende que
21 há a questão do encaminhamento para o futuro do reconhecimento do direito da moradia para
22 a vida estudantil. Isso lhe parece central de ser colocado. Sanam a irregularidade e ao mesmo
23 tempo continuam observando o direito do uso da moradia por parte da vida discente na
24 Universidade. Porque senão o que vai sobrar aos estudantes é o mercado imobiliário, e a
25 Universidade não pode exercer uma política de inclusão das mais importantes que estão sendo
26 feitas no país e jogar os estudantes no mercado imobiliário. Essa não é a proposta que lhe parece
27 que a Unicamp quer fazer como política de inclusão, como aquilo que sabem que é praticado
28 em muitos lugares, um *voucher* para o estudante e ele vai se virar no mundo draconiano do
29 mercado imobiliário. Acha que a Universidade assume para si a responsabilidade da política
30 que ela estabelece da inclusão, e não só pela inclusão, mas de toda a vida discente acadêmica
31 que está sendo proposta. Vê isso como central nesse projeto, assim como a preservação de um
32 patrimônio. A moradia, assim como outros prédios existentes na Universidade, são patrimônios,
33 e como tal eles devem ser evidentemente preservados. Sabem que há muitos problemas na
34 moradia que exigem essa preservação e as medidas têm de ser tomadas dentro da legalidade,
35 como muito bem aqui já foi colocado e também já discutiram na COP. É preciso preservar esse
36 patrimônio da Universidade, que está se deteriorando, e essa responsabilidade lhe parece
37 central. Mantendo isso, entendem a moradia como um abrigo, e sendo um abrigo possuem
38 autonomia para tratar dela. Uma bolsa para o estudante, por exemplo, não os capacita nessa
39 autonomia. Então vê com bons olhos e apoia a proposta. O Conselheiro ANDERSON DE
40 REZENDE ROCHA diz que gostou muito do resumo da doutora Fernanda: quem paga mal

1 paga duas vezes; e quem não registra não é dono. Portanto, a situação hoje é corrigir o erro do
2 passado, não há alternativa. Podem ficar desconfortáveis porque estão aprovando R\$57 milhões
3 para um pagamento duplicado, mas, infelizmente, quando há um erro ele tem de ser corrigido.
4 Nesse caso, são centenas de estudantes que ficariam com problema de insegurança de moradia;
5 a professora Marisa relatou que ela usufruiu desse serviço, vários alunos dele já usufruíram
6 desse serviço também, então precisam corrigir esse erro do passado e obviamente levantar o
7 que aconteceu, para que não aconteça novamente. Sua única dúvida é que tiveram um recurso
8 aprovado para reforma da moradia em torno de R\$60 milhões, e espera que não seja o mesmo
9 recurso, seja uma outra parcela que a Unicamp vai investir para fazer essa desapropriação e
10 aqueles R\$60 milhões para reforma e expansão da moradia estão completamente segurados e
11 separados. Pergunta se é isso mesmo. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai deixar essa questão
12 depois para o professor Fernando Sarti, mas lembra que a Funcamp é uma fundação de apoio à
13 Unicamp. Por exemplo, na reforma do Cotuca, o telhado foi feito com recursos da Funcamp.
14 Então a própria Funcamp pode aplicar os recursos, se assim o seu Conselho Curador decidir,
15 em benefícios para a Universidade. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
16 CARVALHO diz que tinha uma lista de perguntas sobre essa compra, algumas delas foram
17 respondidas pela doutora Fernanda, como se teriam efetivamente de comprar a moradia para,
18 por exemplo, fazer novas construções, fazer melhorias, e entendeu que sim, que é necessário
19 fazer esse tipo de regularização. Particularmente, acha que há uma incongruência somente no
20 valor que está sendo postulado a ser pago à Funcamp. As avaliações realizadas pelos dois
21 especialistas englobam os prédios construídos, e considerando que a Funcamp em 2020 aceitou
22 fazer a doação do terreno, não lhe parece muito coerente agora, dois anos depois, a Unicamp
23 pagar R\$57 milhões à Funcamp. Acha que ela deveria, no máximo, pagar realmente o valor do
24 terreno, feita a avaliação do valor do terreno. Pergunta se o terreno não poderia ser vendido por
25 um valor simbólico, assim como foi feito com os *campi* de Limeira. O *campus* da FT Limeira,
26 por exemplo, foi uma venda de um grande usineiro da região, e como na época também não era
27 possível fazer a doação, foi feita uma venda simbólica do terreno. Há uma foto do cheque que
28 a Unicamp pagou ao usineiro, que nunca foi descontado, no valor de R\$1. Se a Funcamp, em
29 algum momento, aceitou doar, não faria sentido a Unicamp agora pagar R\$57 milhões. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que, provavelmente, se ela quiser vender por R\$1, o procurador de
31 fundações não vai aprovar. O professor Marco está falando de uma época pretérita, que se refere
32 inclusive ao próprio *campus* aqui da Unicamp, que também foi vendido por R\$1. A diferença é
33 que não havia Ministério Público em 1966, e o que os impediu de executar a doação do terreno
34 da moradia não foi nem o Conselho Universitário da Unicamp nem o Conselho Curador da
35 Funcamp, foi o Ministério Público e a Justiça, são eles que dão a palavra final. É importante
36 que não queiram comparar situações que são incomparáveis. No laudo, a diferença principal
37 está na avaliação do terreno, pois ela pode ser feita pela cidade de Campinas ou pelo local.
38 Qualquer pessoa que já comprou imóvel sabe que a vizinhança interessa na avaliação de um
39 terreno, então é isso que está contando na diferença. Solicitaram um laudo a um professor da
40 FECFAU que tem experiência na elaboração de laudos. Há um outro problema que seria

1 interessante levar em consideração: o governo atual se encerra no dia 31 de dezembro; já houve
2 contatos com a Procuradoria Geral do Estado e ela os orientou em como fazer isso. Já teve uma
3 conversa preliminar solicitando que o Governador considerasse o assunto, mas não conseguem
4 fazer nada disso sem a desapropriação, que é aprovada pelo Governador do Estado por decreto.
5 Então precisam tomar cuidado, pois podem estar perdendo a oportunidade de resolver um
6 problema que continuará. O Conselheiro JEFFERSON CANO diz que fica muito contente em
7 encontrar esse item na pauta, pois é uma questão necessária e urgente. Parabeniza a
8 Administração por tratar disso. A única questão que o incomoda é em relação à discrepância
9 que observam entre os valores dos terrenos. O parecer que o professor Luiz Carlos de Almeida,
10 da FECFAU, elaborou é muito objetivo, utiliza um parâmetro da própria Prefeitura, mas fica
11 preocupado com Ministério Público ou uma eventual próxima CPI da Alesp. Não vai se opor
12 de modo nenhum à proposta, que considera muito bem-vinda, e como o professor Antonio José
13 disse agora, também é uma questão de oportunidade, mas se sentiria muito mais seguro se esse
14 terceiro parecer, que mostrou que a mais pertinente é a avaliação mais alta, fosse externo à
15 Unicamp. Tem um certo receio de que isso ainda possa servir para algum outro tipo de
16 questionamento da decisão que venham a tomar hoje aqui, mas sem querer discutir o mérito do
17 parecer emitido pelo professor da FECFAU, que lhe parece impecável. É só uma questão,
18 talvez, de distanciamento, de ter um terceiro olhar, uma decisão que tivesse sido externa à
19 Unicamp. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que sua questão
20 é exatamente a mesma do professor Jefferson. Não é uma questão de segurança jurídica, porque
21 juridicamente está tudo certo; é só uma questão de manter uma boa aparência da coisa toda, de
22 todo o processo. Não estão falando de R\$1 milhão, mas de muitos milhões. Segundo o que
23 entendeu, a terceira avaliação foi feita com base em parâmetros fornecidos pela Prefeitura
24 Municipal de Campinas. Gostaria de ver uma avaliação do preço do terreno baseada no preço
25 dos terrenos ao redor da moradia, porque eles não são exatamente periurbanos, mas também
26 não são próximos à Universidade. Sabem que o valor dos terrenos próximos à Universidade é
27 muito alto, e os terrenos em volta da moradia são mais baratos. Concorda totalmente com a
28 avaliação do professor Jefferson, acha que seria melhor ter um parecer de alguém de fora da
29 Universidade. Tantas vezes tomam cuidado com as decisões, porque afinal é exatamente o
30 pagador de impostos quem paga isso tudo e que vai pagar também esses R\$57 milhões, então
31 seria melhor ter alguém de fora. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
32 diz que na Procuradoria Geral do Estado conversaram com a procuradora especializada na
33 desapropriação e ela os orientou com relação aos métodos, pois falaram que havia uma
34 diferença de valores. Ela apontou algo que não sabiam, porque não é um assunto que tratam
35 com tanta frequência, que são as diferenças de metodologia para avaliação dos terrenos. A
36 procuradora indicou que precisaria haver uma avaliação de qual metodologia estava mais
37 correta dentro desse contexto, por isso foi feito um terceiro laudo para que fosse apontada qual
38 a melhor metodologia considerando o terreno. O professor Almeida é um docente da Unicamp,
39 mas como em todos os laudos que são dados por docentes da Universidade para a própria
40 Universidade ou para fora dela, não se trata da opinião da Universidade, é sempre a opinião do

1 próprio docente. Então a Universidade não se compromete com os pareceres que são emitidos
2 pelos seus docentes, é uma opinião pessoal do professor Almeida. O que ele faz no seu laudo é
3 compatibilizar os dois outros laudos, considerando parte de um dos laudos no que se refere à
4 avaliação do terreno e com relação às benfeitorias, à própria moradia, ele pega o laudo do outro
5 avaliador. Com isso, ele indica qual das metodologias é mais adequada. O MAGNÍFICO
6 REITOR diz que houve, por parte do professor Jefferson, o questionamento se um laudo de
7 alguém interno à Unicamp poderia criar alguma incerteza maior e que um terceiro laudo externo
8 seria mais apropriado. A questão basicamente se refere a gerar algum problema jurídico futuro
9 por estar fazendo esse movimento. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
10 SILVADO diz que sempre podem ser questionados, mas não lhe parece que isso vá gerar algum
11 problema porque realmente não foi um terceiro laudo que veio do nada. Ele, na verdade, está
12 avaliando as metodologias. E o importante é que a desapropriação ocorra pelo valor de mercado,
13 pela justa indenização. É isso que se faz na desapropriação, precisa ser feita uma justa
14 indenização do valor do imóvel. Então, o que ele aponta é que essa avaliação, como a professora
15 Heloise citou, em um dos laudos foi feita com base nos terrenos próximos à moradia e no outro
16 em terrenos mais distantes, que talvez tenham alguma outra semelhança. Se esse terreno da
17 moradia fosse colocado à venda pela Fundação, provavelmente seria vendido pelo valor
18 praticado no local onde está localizado. Lembra que isso vai ser submetido ao curador de
19 fundações, vai ser submetido ao Ministério Público. O Professor ROBERTO DONATO DA
20 SILVA JÚNIOR esclarece que o primeiro parecer, que tem o valor de R\$58 milhões e foi em
21 certo sentido ratificado pelo professor Luiz Carlos Almeida, tem como referência terrenos que
22 são muito próximos e que têm as mesmas características ao terreno da moradia. Isso dá, no seu
23 entendimento, a segurança jurídica para que a Promotoria e o Ministério Público não façam
24 novas contestações com relação à transação e a regularização da propriedade. Adotar um laudo
25 cujo valor é muito mais baixo que o valor de mercado vai implicar, no seu entendimento, em
26 mais um questionamento por parte do Ministério Público. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
27 diz que apoia a proposta e ressalta a urgência em resolver essa questão, que se arrasta há tanto
28 tempo. A proposta teve orientação, ela tem respaldo jurídico e isso a deixa tranquila em relação
29 ao encaminhamento. Também participou da COP, onde houve questionamentos com relação ao
30 valor envolvido nessa desapropriação, que é chamada amigável, mas acompanha a fala dos
31 professores Cataia e Anderson, destacando a importância da moradia assegurada pela
32 Universidade. Acha que isso tem uma dimensão simbólica e política muito grande. Na COP foi
33 sugerido oferecer um auxílio monetário, aumentar o valor de bolsas moradia, o que permite ao
34 estudante escolher como resolver individualmente o seu problema, mas o sujeita às condições
35 e oscilações do mercado, como falou o professor Cataia. Acha que em vez de propor isso, devem
36 centrar na moradia, nesse processo todo de regularização e depois de reforma da moradia, pois
37 seria uma maneira de tratar o problema de forma coletiva, de prestar um serviço público para a
38 comunidade. Acha que a moradia estudantil é uma maneira de a Unicamp criar um ambiente de
39 acolhimento, de convívio, o que condiz com o espírito da universidade pública, com o projeto
40 de inclusão social, e é papel dela mostrar isso para a sociedade. Ao mesmo tempo, é uma ação

1 pedagógica porque ela não individualiza os problemas sociais, pelo contrário, a Universidade
2 assume a responsabilidade pela permanência estudantil. Então, também reiterando aquilo que
3 falou já o professor Cataia, é um patrimônio da Universidade no sentido físico, no sentido
4 material, mas também imaterial pelo valor simbólico, pelo valor político e que precisa ser
5 preservado. Então acha que é uma solução para esse problema e apoia a proposta. A Conselheira
6 FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA concorda com o final da fala da professora Andréia.
7 Acha que é fundamental apoiar uma política de inclusão e de fixação dos alunos dentro da
8 Universidade, ter moradias dignas para esses alunos. Quanto a isso está entendendo que não há
9 dúvida neste Conselho. Tem duas questões a fazer à doutora Fernanda. Se entendeu
10 corretamente a fala do professor Antonio José, ele disse que estão vivendo uma irregularidade,
11 na medida em que a Universidade paga uma manutenção na moradia em um terreno que não é
12 dela, mas também falou logo depois que, após a compra, a Funcamp poderia investir na
13 manutenção da moradia. Sua dúvida é: se o CNPJ da Unicamp não pode fazer manutenção no
14 CNPJ da Funcamp, mas o CNPJ da Funcamp pode fazer manutenção no CNPJ da Unicamp, se
15 a regra não seria a mesma. Ou seja, se após a compra, se o Ministério Público não pode dizer
16 que a Fundação não pode investir em um bem que não é dela, é da Unicamp. O MAGNÍFICO
17 REITOR responde que a Funcamp faz isso a todo momento, uma vez que ela paga várias
18 pessoas que trabalham aqui na Unicamp. A Fundação é de apoio à Unicamp. O que não pode é
19 dinheiro orçamentário ir para a Funcamp. Dinheiro da Funcamp é aplicado em toda unidade, o
20 AIU, por exemplo, é administrado pela Funcamp. Isso faz parte do padrão da atuação da
21 Funcamp, não é nenhuma novidade. O que não pode, o que é irregular, e por isso tiveram
22 problemas no contrato de licitação do restaurante, por exemplo, é a Unicamp transferir dinheiro
23 orçamentário para a Funcamp. Essa é a restrição, porque a Funcamp é uma entidade privada. A
24 Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA pergunta se o Conselho Curador, que
25 de alguma forma questionou a doação da Funcamp para a Unicamp, não poderia questionar
26 também esse tipo de atuação. O MAGNÍFICO REITOR diz que ele questionou a doação, mas
27 a aplicação já foi autorizada, como no caso do reparo do telhado do Cotuca que já mencionou.
28 Obviamente essa não é uma decisão do Conselho Universitário da Unicamp, é uma decisão do
29 Conselho Curador da Funcamp, que vai poder decidir se deseja, por exemplo, aplicar os
30 recursos na reforma da moradia. Ele, como Reitor da Unicamp, ficaria extremamente contente
31 com essa decisão e incentiva a todos os membros do Conselho Curador que tomem essa decisão,
32 lembrando que a Funcamp tem várias vantagens na questão da construção de unidades. A
33 Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz que a sua dúvida era se o mesmo
34 parecer que bloqueou a doação poderia bloquear também o financiamento. A segunda dúvida é
35 que ficou muito preocupada quando ouviu a doutora Fernanda falar que “quem paga mal paga
36 duas vezes”, porque a Unicamp construiu a moradia, fez a manutenção em um terreno que não
37 era dela, então gastou e perdeu, e agora tem de comprar o que ela própria fez. É terrível isso,
38 porque se trata de recurso público. O Ministério Público aparentemente concorda com essa
39 proposta, tanto que participou das tratativas; se o Tribunal de Contas vier a questionar essa
40 transação, dizendo que compraram duas vezes a mesma coisa, pergunta se esse questionamento

1 virá para a Unicamp ou virá para o Reitor. Recorda-se de algumas vezes, aqui no Conselho
2 Universitário, ouvir reitores passados dizendo que era seu CPF que estava em jogo. Então
3 pergunta se é o CPF do professor Antonio José ou é o CNPJ da Unicamp que poderá ser
4 questionado pelo Tribunal de Contas. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
5 SILVADO diz que são duas coisas distintas; o que o promotor indeferiu foi o pedido de doação
6 do terreno para a Unicamp, mas a situação agora é outra, é um encaminhamento de
7 desapropriação amigável. Isso vai para o Governo do Estado, tem toda uma formalidade que
8 está sendo seguida, documental, de laudos, de aprovações e isso vai ser aprovado mediante
9 decreto do Governador. E isso também vai ser encaminhado para o Ministério Público curador
10 de fundações. São coisas distintas, então oportunamente se o Conselho Curador da Funcamp
11 aprovar a adoção do recurso que vai receber para alguma benfeitoria na moradia e o curador de
12 fundações aprovar, não haverá problema. Ela é uma entidade privada de apoio à Unicamp, a
13 princípio não há nenhum problema. Com relação ao questionamento do Tribunal de Contas,
14 como a desapropriação amigável é um procedimento administrativo com o rito muito regulado,
15 muito formal, provavelmente não terão problema nenhum, até porque é um decreto do
16 Governador que vai fazer isso. Foi feito da mesma forma com a Fazenda da Argentina, que a
17 Unicamp comprou por desapropriação amigável. Houve um decreto do Governador, foi um
18 valor muito alto, e não tiveram qualquer questionamento do Tribunal de Contas quanto a isso.
19 O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez valha a pena um comentário com relação a comprar
20 duas vezes. O fato concreto é que a moradia não é propriedade da Unicamp, e a irregularidade
21 não foi cometida agora, mas no passado. Formalmente, ela é propriedade da Funcamp, e ela
22 não passará a ser propriedade da Unicamp se não for adquirida ou doada. A doação é um
23 caminho que foi impedido. A ilegalidade é não está agora, a ilegalidade está no passado. A
24 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que isso foi feito na década de
25 1980, infelizmente foi adotado dessa maneira e agora precisam regularizar. Então quando diz
26 que quem paga mal paga duas vezes, significa que a moradia foi construída pela própria
27 Fundação, mas a Universidade pagou o financiamento, e agora terá de adquirir a propriedade
28 para regularizar. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz que faltou
29 responder se um eventual questionamento por parte do Tribunal de Contas é direcionado à
30 Unicamp, ao Governador ou ao Reitor. O MAGNÍFICO REITOR responde que a questão já
31 existe na Justiça, e é por isso que estão abrindo uma sindicância, mas é uma sindicância que se
32 refere ao procedimento de 30 anos atrás, porque a irregularidade está lá na fonte. A Unicamp
33 não poderia, através da Funcamp, ter financiado a construção e ter pago esse financiamento;
34 inclusive, isso era vedado do ponto de vista Constitucional. Ela não podia se endividar junto ao
35 banco, está aí a irregularidade, e as pessoas envolvidas já faleceram. O Conselheiro RENATO
36 FALCÃO DANTAS diz que talvez sua fala seja desnecessária ou redundante, mas se sente na
37 obrigação de tentar tranquilizar aqui os membros por ter acompanhado esse caso de perto,
38 quando era diretor executivo da Funcamp. Reuniu-se pessoalmente com o curador das
39 fundações, e ele entendeu perfeitamente que a moradia precisa passar para a Unicamp. Só que
40 ele não se sentiu à vontade de dar o aval da doação devido às leis de hoje. Então o ideal seria

1 doação, mas ele falou que isso não é possível, porque a Funcamp não pode se desfazer do seu
2 patrimônio. Ele sugeriu o processo judicial, que a Unicamp tentou, mas perdeu, e agora a
3 Funcamp, junto com a Unicamp, vem com uma solução muito trabalhada. Inclusive essa
4 solução tem o aval do próprio Ministério Público, do curador das fundações, portanto o que
5 fizerem aqui já está amparado por quem vai fiscalizar. Dessa forma, destaca que hoje possuem
6 a grande oportunidade de resolver esse problema histórico que têm a obrigação de resolver.
7 Esse problema é discutido há anos, foi muito discutido no Conselho Curador da Funcamp, e na
8 sua opinião, devem aprovar a proposta tal como está e confiar na solução que foi dada
9 conjuntamente pela Procuradoria Geral da Unicamp e assessoria jurídica da Funcamp. Sabe que
10 parece estranho para quem vê pela primeira vez, mas quem acompanha há anos esse problema
11 sabe que a solução é urgente, principalmente pela questão do suporte do governo atual, que o
12 senhor Reitor já explicou. Então declara aqui o seu apoio à proposta e clama a compreensão de
13 todos também. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI manifesta também o seu
14 apoio à solução que foi encontrada. Não vai repetir aqui os argumentos de natureza mais política
15 já apresentados já pelos professores Cataia, Andréia e por outras pessoas. Acha que precisam
16 resolver essa situação, é uma oportunidade; ela soa um pouco estranha, mas acha que a moradia
17 é um compromisso importante da Unicamp e ela não pode ser enfrentada por meio de alguma
18 coisa individualizada, como falou a professora Andréia. A questão da regularização é uma
19 oportunidade que vem sendo construída diante de algumas saídas, e fala aqui também como
20 membro da diretoria da Fundação, pois atualmente é diretor financeiro suplente. Relata que
21 foram aventadas tanto a possibilidade de doação quanto a da venda por um valor simbólico,
22 mas esse caminho foi vetado pelo Ministério Público, pelo curador das fundações, que entendeu
23 que a Fundação não poderia se desfazer do seu patrimônio. Sendo a Funcamp uma fundação de
24 apoio à Universidade, evidentemente ela não existe para beneficiar a si própria, e acha que esses
25 recursos, que possuem um valor significativo, podem, de acordo com a decisão do seu conselho
26 e da sua diretoria, ser utilizados em benefício da Unicamp e do seu programa de inclusão,
27 portanto apoia a proposta. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que
28 já está muito esclarecida a necessidade de realizar essa transação. O que está incomodando
29 muitas pessoas é a disparidade de valores. Reitera a pergunta do professor Anderson sobre o
30 valor total que será investido para obras da moradia, se são R\$57 milhões mais R\$60 milhões,
31 ou se os R\$60 milhões já subentendem os R\$57 milhões. Pergunta também se já há algum caso
32 de questionamento do Tribunal de Contas com relação a Unicamp fazer manutenção na moradia
33 com verba da Universidade. Outra pergunta é que recurso é esse, tendo em vista que o senhor
34 Reitor mencionou que não era recurso orçamentário. Questiona qual seria a viabilidade de mais
35 um laudo rápido para assegurar que estarão realmente pagando o que devem. Outra questão é
36 que, uma vez aprovado este pagamento, esperam que o Conselho Curador da Funcamp utilize
37 esse dinheiro para fazer todos os reparos e obras necessárias na moradia. Pergunta se há alguma
38 forma de conseguir um compromisso do Conselho Curador de que esse recurso será
39 exclusivamente investido nas reformas tão necessárias à moradia; e quanto tempo vai levar esta
40 desapropriação amigável para permitir o uso desse dinheiro. O MAGNÍFICO REITOR diz que,

1 em relação ao uso de dinheiro, quem terá que decidir isso é o Conselho Curador, que é
2 basicamente constituído dos diretores de unidades da Unicamp, da superintendente do HC e
3 dos pró-reitores, e presidido pela professora Maria Luiza. Foi esse Conselho que aprovou a
4 desapropriação amigável no valor de R\$57 milhões e é esse Conselho que vai ter de decidir.
5 Tem a impressão de que existe uma predisposição desse Conselho de aplicar os recursos na
6 moradia, mas é uma decisão de uma entidade que, embora tenha uma relação forte com a
7 Unicamp, tem sua autonomia, portanto essa garantia mencionada pela professora Claudia não
8 existe, embora seja algo altamente provável. Em relação à questão da premência, é possível
9 solicitar um novo laudo, mas possuem uma oportunidade favorável, que é uma relação de
10 diálogo com o Governo do Estado que foi construída ao longo do tempo e que de alguma forma
11 já preparou, antecipadamente, essa possibilidade. Não tomar essa decisão hoje implica adiá-la
12 para o ano que vem, quando terão de restabelecer essa relação. Como tudo na vida, sempre
13 correm algum grau de exposição, mas também precisam aproveitar as possibilidades que as
14 conjunturas lhes oferecem. Acha que estão em um momento muito apropriado para tomar essa
15 decisão. Em relação às irregularidades envolvidas, essa situação toda é estranha, porque estão
16 tomando consciência, a partir de um esforço de doação, de que do ponto de vista legal a moradia
17 não é da Unicamp. É uma consciência tardia, mas que permite agora que a situação seja
18 resolvida, e se tudo correr como desejam, o mesmo dinheiro que vai para a compra do terreno
19 poderá ser aplicado na reforma. Mas ressalta que essa questão depende do Conselho Curador,
20 por isso não consegue dar uma resposta para essa pergunta. Em relação aos laudos conflitantes,
21 a avaliação da Reitoria, condizente com a avaliação do professor Almeida, é que o laudo maior
22 é o mais próximo da realidade, porque ele avalia o terreno de acordo com os terrenos da mesma
23 região, o que parece uma coisa mais razoável do ponto de vista metodológico. Como dito pela
24 doutora Fernanda, isso vai passar por uma análise da PGE e por um decreto do Governador;
25 não conseguem fazer nada sem o decreto do Governador. Às vezes fica com a sensação de que
26 as pessoas têm uma ânsia de já ter o resultado definido, só que existem outros atores envolvidos:
27 o Conselho Curador da Funcamp, o Ministério Público, o procurador de fundações, o Governo
28 do Estado e a Procuradoria Geral do Estado, e eles não vão fazer absolutamente nada enquanto
29 a Unicamp não der o primeiro passo. Viver é perigoso, e devem ser capazes de avaliar, porque
30 se ficarem nessa paralisia de precisar saber todo o horizonte para definir, não saem do lugar. A
31 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que faltou responder se já houve
32 algum questionamento do Tribunal de Contas com relação ao que a Unicamp vem fazendo de
33 melhorias e obras na moradia. O MAGNÍFICO REITOR responde que não houve nenhum
34 questionamento, mas o apontamento da gravidade desse aspecto é recente, então o Tribunal de
35 Contas não agiu. Lembra que para chegar na situação que possuem hoje, de licitação do serviço
36 do restaurante, foram 10 anos de batalha. Podem esperar, ficar nessa coisa nebulosa, e em algum
37 momento vai vir o questionamento; acham que decidir agora resolve várias questões, inclusive
38 com esse aspecto de que a Funcamp é uma fundação de apoio à Unicamp, e com isso há uma
39 virtude de que ela pode ajudar. Essa também não é uma coisa tão estranha assim, já que a
40 incorporação da Fecamp à Funcamp foi feita construindo um fundo de apoio para os alunos do

1 Instituto de Economia. Então não é uma novidade para quem acompanha a história das
2 fundações da Universidade, que atualmente é única, mas já houve mais de uma fundação, e
3 verificam que elas, em geral, têm investido recursos para melhorar as condições na
4 Universidade. Então essa possibilidade é forte, inclusive conclama aqui ao Conselho Curador
5 da Funcamp que apoie a causa de manter a inclusão na Universidade, aplicando o dinheiro, se
6 possível, para isso. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS reitera a
7 pergunta de que, havendo a concretização da desapropriação amigável, quanto tempo vai levar
8 para começar a poder fazer essas obras na moradia. O MAGNÍFICO REITOR responde que
9 isso terá de ser conversado com a Funcamp, se ela aprovar o uso desses recursos. Se ela não
10 aprovar, a situação vai exigir novos recursos dentro da Unicamp, então terão de alocar novos
11 recursos, o que exige aprovação da COP, CAD e Consu. E as obras para a Unicamp realizar
12 tem restrições maiores; sendo realizadas com recursos que estão na Funcamp, existem
13 vantagens do ponto de vista licitatório. Se o conselho curador aprovar esse uso, vai ser mais
14 dinâmico; não pode precisar o período, mas talvez dê para iniciar essa obra em um prazo
15 relativamente curto ao longo do primeiro semestre do ano que vem. É um prazo otimista, e
16 talvez o professor Fernando Sarti, que tem mais experiência em obras via Funcamp, possa
17 precisar. De toda forma, precisam realizar o trabalho completo antes, para que haja inclusive
18 essa possibilidade, uma vez que o Conselho não vai decidir sobre algo que ele sequer vendeu.
19 A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que entende que está posto
20 um desafio para eles, e constatado o quadro indesejável, precisam resolver. Como já se
21 manifestou na COP, é favorável a tomar aquela decisão que foi apontada pelo Ministério
22 Público. Houve um edital que a Universidade lançou para entender a complexidade que os
23 estudantes enfrentaram durante o período da Covid, estudando nas suas residências, e ele
24 apontou alguns indicativos que avaliam como fundamental o espaço físico de estudo, com
25 iluminação, silêncio, uma série de quesitos. Acha que se conseguirem resolver esse problema
26 com a moradia, poderia ser desenvolvida uma estratégia pela Universidade com liberdade para
27 investir mais nesse espaço físico, construindo e atualizando espaços, porque puderam ver essa
28 necessidade nas fotos que acompanham os laudos sobre a moradia. A situação dúbia em que
29 estão dificulta que haja parceiros para fazer essas adaptações. Além dos reparos e manutenções
30 que a Unicamp sempre fez, está na hora de atualizar esses espaços porque, de fato, é uma
31 necessidade que constata nas pesquisas. Está falando isso com base em evidências, é o que os
32 alunos respondem nos questionários, então acredita que é um bom investimento adquirir de vez
33 a moradia e resolver essa situação para terem espaços adequados para os estudantes. Isso não
34 impede que possam desenvolver outras estratégias que se complementem e que ajudem a
35 melhorar o ambiente de estudo dos alunos. Mas, depois do que a passaram com a Covid, essa é
36 uma possibilidade importante para a Universidade desenvolver, é um elemento que ela pode
37 utilizar para reduzir custos, quando for necessário, para esses estudantes. É diferente de uma
38 bolsa. A Conselheira ELISABETH CARDOZO parabeniza a Reitoria pela proposta, porque
39 desde que assumiu vem falando dessa questão da moradia, visitou o local para constatar os
40 problemas e, realmente, se faz necessário regularizar a situação e efetuar as reformas. Observa

1 que não foi respondida a pergunta do professor Anderson se os R\$60 milhões que foram
2 aprovados e os R\$57 milhões da compra do terreno são recursos separados. Não possuem
3 nenhuma garantia, embora o senhor Reitor já tenha mencionado a composição do Conselho
4 Curador da Funcamp, que esse dinheiro vai voltar para a manutenção da moradia. Outra questão
5 é que os laudos não incluem as benfeitorias feitas pela Universidade, no valor de R\$19 milhões,
6 uma vez que é ela quem vem fazendo as manutenções na moradia. Se elas não estão
7 consideradas no valor, a Unicamp vai pagar pela segunda vez. De toda forma, parabeniza pela
8 proposta, porque a permanência do estudante é uma responsabilidade que a Universidade tem
9 de incorporar, e fica muito mais fácil de gerenciar isso em um terreno de sua propriedade. O
10 MAGNÍFICO REITOR diz que a situação atual é a seguinte: a moradia é da Funcamp e a
11 Unicamp faz a manutenção dela, e estudantes da Unicamp moram lá. Se fossem pensar em uma
12 situação regular, a Unicamp estaria pagando um aluguel para a Funcamp, por exemplo, porque
13 ela está usando um espaço que não é dela para alocar pessoas para morar lá e faz a manutenção
14 do local. A origem do problema está no início, no período pré-autonomia, quando a Unicamp
15 não tinha recursos e provavelmente o que ela fez foi via Funcamp obter recursos. Fala
16 “provavelmente” porque não têm certeza nem documentação suficiente, não existe histórico
17 estabelecido. Então, aparentemente o que foi feito foi que via Funcamp a Unicamp se
18 endividou. Ela pagou esse financiamento, mas quem construiu e fez o financiamento público
19 foi a Funcamp. Isso é o que imaginam, mas não tem ninguém que consiga responder isso, e se
20 ficarem se apegando à questão se estão pagando duas ou três vezes, ficarão enclausurados nessa
21 armadilha que até o momento é a moradia. Em relação à questão do dinheiro, a resposta é vaga,
22 mas tem muita expectativa de que o Conselho Curador vá colocar o conjunto desses recursos
23 na reforma da moradia. A Funcamp tem de ser paga de alguma forma; ela tem uma taxa porque
24 ela é que vai gerenciar a construção e a reforma, mas o grosso dos recursos seriam aplicados na
25 reforma. O que defenderá, se essa expectativa não se concretizar, é que a Universidade ponha
26 mais os R\$60 milhões, mas não acha necessário vincular as duas decisões. Tem muita
27 expectativa de que o Conselho Curador da Funcamp faça isso, ele já fez mais de uma vez em
28 outras questões, e formalmente a situação vai estar resolvida. O promotor garantiu a defesa do
29 patrimônio, a Funcamp recebeu os recursos e ela é uma fundação de apoio, portanto pode
30 aplicar os recursos na melhoria das atividades da Unicamp. A Conselheira MARIA LUIZA
31 MORETTI diz que, de fato, o Conselho Curador é formado pelos diretores, pró-reitores e a
32 superintendente do HC. Quando reuniram o Conselho para votar a desapropriação amigável,
33 ela foi muito bem aceita por parte dos diretores. Primeiro precisavam votar a desapropriação,
34 efetivar o negócio, ter o decreto do Governador, e depois disso tudo concluído vai ser
35 convocada uma reunião do Conselho Curador, mesmo que seja extraordinária, em razão da
36 iminência do prazo, que hoje é de 31 dias para o Governador assinar a desapropriação final. A
37 Universidade sozinha não pode comprar ou vender, é o Governador quem autoriza venda ou
38 compra de propriedades das universidades paulistas. Foi mencionada na reunião uma posterior
39 utilização dos recursos para a reforma da moradia, mas é algo que, uma vez esse negócio
40 jurídico realizado, será votado em uma nova reunião do Conselho Curador. A maioria dos

1 conselheiros é formada por diretores de unidades, portanto têm todo interesse em melhorar as
2 condições de seus alunos, bem como os pró-reitores. Então acha que existe um voto de
3 confiança para que esse conselho de curadores aprove uma proposta de reforma. O Conselheiro
4 WAGNER DE MELO ROMÃO diz que se inscreveu para ter alguma resposta a respeito dessa
5 lacuna de informações. Acompanhou o parecer da doutora Lívia sobre o que aconteceu após
6 1991, quando foi firmado o acordo entre a Funcamp a Unicamp onde se diz que os bens e
7 serviços adquiridos com os recursos da Unicamp seriam a ela transferidos pela Funcamp e que
8 haveria, portanto, a passagem, imagina que do terreno também, mas não sabem exatamente
9 como foi esse acordo, e dos bens ali construídos para a propriedade da Universidade. A fala do
10 professor Antonio José indica que existe um vazio de informações e não sabe, realmente, se
11 haveria alguma possibilidade de que pudessem enxergar responsabilidades nisso que não
12 ocorreram naquele momento. Essa é sua maior interrogação quando estão tratando desse caso.
13 Está entendendo que não há informações suficientes para que possam apurar a responsabilidade
14 sobre o porquê aquilo que foi acordado não foi realizado. O segundo ponto é dizer que apoia a
15 posição que está sendo colocada aqui pela Administração; acha que é muito importante que isso
16 seja resolvido o mais urgentemente possível. A preocupação que a professora Maria Luiza
17 externou agora, de que resolvam isso antes do dia 31 de dezembro, é muito correta e
18 responsável, então apoia que a resolução que está se propondo aqui no Conselho Universitário
19 seja aprovada, considerando tudo o que os colegas e as colegas já apontaram aqui a respeito da
20 importância da moradia estudantil, da segurança tanto para a Universidade como para o corpo
21 discente. O MAGNÍFICO REITOR diz que de fato há uma lacuna, e a comissão de sindicância
22 tentará colher informações. É importante mencionar que o processo todo começou em torno da
23 Constituição de 1988, houve mudanças de legislação e essas mudanças foram sendo também
24 implementadas gradualmente, então um pouco da dificuldade de resolver via doação tem a ver
25 com restrições, hoje muito mais fortes, com respeito ao acompanhamento das fundações e das
26 relações entre autarquias e fundações, que não existiam ou não eram tão explícitas naquele
27 período. Tem dificuldade de falar que condena as pessoas da época, porque elas estavam
28 resolvendo com o que era possível no momento. Se as pessoas se lembram – já era professor
29 da Unicamp nessa época –, existia “A Tabacaria” e uma ocupação dentro da Unicamp reivindicando
30 moradia, uma reivindicação legítima, e um administrador normalmente é sensível a procurar
31 resolver essas coisas. Resolveu, mas talvez não tenha tido a preocupação de dar um arcabouço
32 jurídico sólido. Estão em um outro momento do Brasil, em que as coisas são muito mais
33 fiscalizadas, vigiadas. A responsabilidade da Administração é resolver essas coisas, e estão aqui
34 propondo uma solução que, aparentemente, coloca um fim nessa história e permite olharem
35 daqui para frente com muito mais segurança essa questão. E sem um julgamento de valor muito
36 grande, até porque houve essa transição de legislação que complicou. O problema é que
37 demoraram muito tempo para enfrentar isso; talvez fosse mais simples se tivessem ampliado
38 ou reformado a moradia com mais intensidade antes. Então existe a possibilidade, respondendo
39 ao professor Wagner, de que a comissão de sindicância encontre alguma informação adicional,
40 mas não é muito entusiasta disso, até porque as pessoas envolvidas já faleceram e só encontram

1 documentos esparsos. A comissão de sindicância vai procurar levantar, mas existem dúvidas se
2 será capaz. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que na década de
3 1980, 1990, não estava tão clara a questão da legalidade, e a prioridade era resolver o problema
4 de moradia, era a construção. Agora que descobriram que a Funcamp é dona do terreno,
5 possuem um problema real de legalidade. A Pró-Reitoria de Graduação recebeu três emendas
6 de deputados que doaram recursos para a moradia estudantil da Unicamp, que, na verdade, não
7 é da Unicamp, é da Funcamp. Então até essas emendas parlamentares são complicadas de
8 explicar. Possuem a oportunidade de resolver esse problema legal, e não vai nem entrar no
9 mérito do que vão fazer depois, se a Funcamp vai ou não reformar a moradia. Para ele está claro
10 que vai, mas isso não é o que está pesando agora; precisam legalizar essa situação irregular. O
11 CONSELHEIRO HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO elogia a postura da Reitoria
12 em atacar esse assunto de frente e trazer essa questão à baila, porque o assunto é tão importante
13 quanto premente. Reforça a fala da professora Maria Luiza sobre o Conselho Curador da
14 Funcamp, que teve uma reunião com um ambiente muito tranquilo e muito disposto a resolver
15 a questão. Estarão muito tranquilos para lidar com as questões jurídicas e favorecer a discussão
16 que beneficia, obviamente, a Unicamp, que crê que seja a função da Funcamp. Com isso declara
17 seu voto e diz que vai apoiar a proposta no formato que ela está sendo colocada. O Conselheiro
18 FERNANDO SARTI diz que há uma diferença muito grande entre recursos destinados à
19 manutenção e recursos destinados a reformas. Existem hoje casas que estão interditadas na
20 moradia, e não é uma simples questão de mexer na caixa d'água ou na parte elétrica, isso vai
21 envolver uma intervenção muito maior. Então, os volumes de recursos são de outra natureza e
22 abrem, sim, possibilidades de apontamentos sobre usar esses recursos em um local que não é
23 da Unicamp. Com relação à política de moradia, todos aqui se manifestaram de forma favorável,
24 e lembra que a política não é apenas a moradia física, que hoje deveria estar tendo espaço para
25 mil alunos, mas infelizmente só tem 800 vagas; também existe a bolsa-moradia, tendo sido
26 aprovadas 1.700 bolsas no Conselho Universitário para a PDO 2022, e no próximo Conselho
27 Universitário Orçamentário será submetido à aprovação um aumento na quantidade e no valor
28 dessas bolsas. Portanto, a Universidade possui uma política que tenta contemplar as duas coisas.
29 Qualquer um que conheça a demanda da Universidade, que já foi ao SAE, que já conversou
30 com os alunos, sabe que mil ofertas de moradia é um número absolutamente insuficiente, e esta
31 gestão sempre teve um compromisso com assistência e permanência estudantil, basta ver o que
32 o valor aprovado no Conselho Universitário para essa política, que foi superior a R\$101
33 milhões. Lembra que também aqui no Conselho Universitário foi aprovado o uso das reservas
34 financeiras, que possui quatro pontos. O primeiro se refere à precaução de manter sempre três
35 folhas de recursos para casos de emergência, de situações críticas, de crise, como a
36 Universidade já viveu, inclusive recentemente. Isso é algo em torno de R\$660 milhões.
37 Lembrando também que aprovaram os recursos que já estão compromissados, que fazem parte
38 da PDO, no Grupo X, mas que ainda não foram empenhados e, portanto, não foram executados,
39 que estão na ordem de R\$200 milhões. Também a destinação para o PPI, o Plano Plurianual de
40 Investimentos, que está sendo usado pela Universidade, com várias aprovações já feitas. Uma

1 quarta destinação é referente à venda da folha de pagamento da Universidade, com a entrada de
2 R\$27 milhões em dezembro de 2021 e de mais R\$37 milhões agora, em dezembro de 2022,
3 totalizando R\$64 milhões, superiores, portanto, aos R\$57 milhões necessários para a
4 desapropriação. Isso já foi aprovado na COP da semana passada. Então, mesmo na hipótese
5 mais pessimista possível de que o Conselho Curador não autorize o uso dos recursos da
6 desapropriação para as reformas na moradia, possuem esses recursos para recorrer, tanto esses
7 da folha, uma parte que sobrar, quanto os recursos do PPI, se o Consu entender que realmente
8 a política de assistência e permanência estudantil faz parte da Universidade. A Conselheira
9 FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA pergunta se há na Unicamp outros prédios
10 construídos em terrenos da Funcamp. Se houver, acha que é bom começarem a pensar com
11 muita antecedência na solução para essas construções. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez
12 fosse o caso de investigar, mas não têm conhecimento de qualquer outra situação similar. Não
13 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 43 votos
14 favoráveis, 03 contrários e 05 abstenções. Passa ao item 10 – Proc. nº 01-P-10318/2022 –, que
15 trata das eleições da representação dos servidores técnico-administrativos junto ao Consu: a)
16 deliberação sobre recurso interposto pelo servidor Daniel Cantinelli Sevillano solicitando a não
17 homologação da eleição das servidoras Evanir Lopes Teixeira e Elisiene do Nascimento Lobo,
18 eleitas como suplentes; b) homologação das eleições para escolha da representação dos
19 servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 14 e 15.09.22, para mandato de dois
20 anos, a partir de 21.12. Solicita à doutora Ângela que comente. A Doutora ÂNGELA DE
21 NORONHA BIGNAMI diz que antes de homologar o resultado da eleição, precisam decidir
22 sobre o recurso. O recurso se refere a duas candidatas que foram eleitas e o recorrente se insurge
23 porque ele entende que elas não poderiam ter se inscrito nem sido eleitas porque elas não seriam
24 servidores em situação de efetivo exercício, já que estão afastadas para cumprir o mandato
25 sindical. O recurso foi enviado à Procuradoria Geral, que exarou um parecer entendendo que o
26 afastamento para cumprir mandato sindical não afasta a possibilidade de ser candidato e ser
27 eleito, porque ele é considerado como de efetivo exercício. Então a Procuradoria Geral sugere
28 o conhecimento do recurso, porque ele foi tempestivo, mas o seu indeferimento. Não havendo
29 mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o indeferimento do recurso,
30 que é aprovado com 45 votos favoráveis, 02 contrários e 02 abstenções. Em seguida, submete
31 à votação a homologação dos novos representantes técnico-administrativos, que é aprovada
32 com 45 votos favoráveis, 02 contrários e 03 abstenções. Passa ao item 15 – Dossiê nº 01-D-
33 49421/2022 –, que trata do Relatório sobre Planejamento Estratégico Unicamp – Status 2022 e
34 Plano e Orçamento 2023. O item foi destacado pelo professor Marco. O Conselheiro MARCO
35 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que discutir planejamento estratégico é muito
36 importante para esta Casa, e tem dois pedidos de informação a fazer: o Planes 2016-2020,
37 capítulo 4, trata do que foi chamado de Universidade Digital ou Unicamp Digital, que consistia,
38 basicamente, em um conjunto de ações relacionadas à governança, procedimentos
39 administrativos, infraestrutura, apoio ao ensino e aprendizagem no campo do digital. E no
40 Planes atual, de 2021 a 2025, onde foram definidos 13 objetivos estratégicos, percebe-se que

1 uma transformação digital traria maior eficiência e agilidade ao atingimento desses objetivos.
2 Então, o primeiro questionamento é como estão imaginando avançar no campo da Unicamp
3 Digital, e o outro é sobre o edital Copei 01/2021. Se não está enganado, esse edital foi lançado
4 em outubro do ano passado e remete a aproximadamente R\$240 mil para cada uma das unidades
5 de ensino e pesquisa, além de centros e núcleos. Segundo balanço do mês passado, dez unidades
6 apresentaram as suas demandas por esse edital. Pergunta o que está faltando para que as outras
7 unidades também possam colocar suas demandas; se está faltando, por exemplo, o planejamento
8 estratégico de cada unidade, porque esse era um requisito. A preocupação é porque veem que é
9 muito difícil gastar dinheiro e o tempo vai passando; um recurso alocado em outubro de 2021
10 provavelmente não vai ser utilizado nos próximos dois anos. Então talvez possam fazer algum
11 tipo de ação para agilizar, motivar as unidades a fazerem uso desse recurso, apresentarem as
12 suas demandas rapidamente para que isso possa reverter nas melhores condições de ensino e
13 aprendizagem. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, respondendo ao professor Marco
14 Antonio, que a primeira questão contém algo absolutamente estratégico na Universidade. A
15 questão da digitalização certamente tem de ser tratada dentro do Planes, que afeta todas as ações
16 da Unicamp. Têm observado a própria Fapesp hoje preocupada, disponibilizando recursos nessa
17 linha, e também aqui na Universidade estão com um grande plano de investimento na área de
18 TI, de uma forma geral, que de alguma maneira vai dar infraestrutura para avançarem nesse
19 processo de digitalização. O professor Ricardo Dahab já mostrou um plano, que está sendo
20 analisado, e certamente estará disponível para 2023. É fundamental que a Copei esteja também
21 atenta a essa infraestrutura. Com relação à segunda pergunta do professor Marco, não saberia
22 responder pelas unidades, mas preocupa, sim, quando abrem um edital e nem todas as unidades
23 se manifestam. E mesmo quando se manifestam, há dificuldade muitas vezes de executar os
24 recursos. Isso não é só dentro desse edital, há vários outros com essa mesma natureza e
25 preocupação, mas acha que a questão vai um pouco além da execução do recurso: é até que
26 ponto as unidades de ensino estão, de alguma maneira, antenadas dentro do espírito do que é
27 colocado como os vetores estratégicos da Universidade. Então devem remeter essa pergunta a
28 cada uma dessas unidades. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO
29 concorda que realmente o assunto da transformação digital é muito importante para a Unicamp
30 nos próximos anos. Não se trata de passar do ensino presencial para o ensino à distância. As
31 grandes universidades hoje fazem planos de transformação digital, o que envolve, certamente,
32 uso de recursos no ensino de tecnologia de informação e comunicação, também que apoiam ao
33 ensino e aprendizagem, o que chamam de educação mediada por tecnologia. Existe um conjunto
34 de grandes instituições que fazem planos de educação digital e acha que isso poderia envolver
35 mais a todos aqui da Unicamp, além da Copei, do CCUEC, na figura também do professor
36 Ricardo Dahab, da Citic. Um plano que envolva, por exemplo, até como desejam se comunicar.
37 Recentemente foi veiculado que a lista Divulga vai ter uma limitação na sua utilização, então
38 se trata de como a Unicamp quer se comunicar com alunos, professores e funcionários. Da
39 maneira como estava, realmente não estava efetiva; recebiam, em um determinado dia da
40 semana, cerca de 40 *e-mails* que não cumpriam o seu papel de divulgar o que a Universidade

1 produz. Recentemente também viram a notícia da mudança do RAD, que vai passar a utilizar
2 as informações do Lattes. Isso tudo está no plano digital, então precisam ter um plano
3 estratégico de longo prazo. Um outro exemplo também é que algumas grandes universidades
4 fazem plano de contingenciamento para continuidade do ensino em situações de risco.
5 Pouquíssimas universidades do mundo tinham um plano como esse há dois anos, no momento
6 da Covid. E agora, recentemente participando de um evento, começou a ver mais instituições
7 tendo já *roadmaps* preparados para situações de risco. Portanto, sua solicitação é que possam
8 criar um plano estratégico digital mais abrangente, mais amplo, que não seja só, por exemplo,
9 relacionado à infraestrutura. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que esse avanço, tanto na
10 infraestrutura como no próprio planejamento, afeta todas as atividades da Unicamp, de ensino,
11 pesquisa, extensão, administrativas. Terão dificuldade inclusive de falar com os órgãos de
12 controle, se não avançarem rapidamente nesse processo de digitalização. Lembra que foram
13 feitos alguns investimentos importantes: o Plano de Atualização Tecnológica da Universidade;
14 na área da Saúde, avançaram muito com o AGHUSE, que tem sido um sistema fundamental do
15 ponto de vista de uma gestão hospitalar muito mais eficiente. Então a Universidade está, sim,
16 investindo nessa direção, e acha que a comunidade como um todo deveria, realmente, olhar
17 para essa estratégia da digitalização de uma forma mais intensa. O Conselheiro MARCO
18 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO elogia o evento que está ocorrendo agora, que está
19 discutindo o legado do ensino da pandemia, do ensino remoto emergencial, uma discussão
20 importante para o futuro da Instituição também. O MAGNÍFICO REITOR concorda e diz que
21 sugestões também podem ser apresentadas diretamente às pessoas que coordenam o Planes e
22 os programas. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada
23 com 43 votos favoráveis e 04 abstenções. Passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar –
24 Proc. nº 01-P-18408/2017 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
25 16/2019, que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de Representação, com inclusão de nova
26 GR e alteração do número máximo de funções gratificadas. O assunto foi destacado pela
27 professora Cláudia Medeiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
28 solicita esclarecimentos quanto à justificativa para esse aumento no número de gratificações. O
29 Conselheiro FERNANDO SARTI relembra que, a partir da Deliberação Consu-A-016/2019,
30 que estabelecia um número dado de gratificações, trazido após o fechamento das certificações
31 de todos os órgãos, o Conselho Universitário entendeu que o que tinham atingido era suficiente,
32 aceitou os números e autorizou que fossem criadas gratificações para as coordenações de pós-
33 graduação, separando o programa de coordenação geral para os mestrados profissionalizantes.
34 Entretanto, naquele momento, também decidiram que toda a criação de alguma gratificação
35 adicional deveria ser autorizada pelo Conselho Universitário. O que estão votando hoje aqui é
36 a criação de três gratificações para a Deas e uma para o AEL. Na verdade, essa nem precisava,
37 porque já estava autorizada pelo Conselho Universitário. O que não está sendo feito aqui é
38 aprovar a certificação, porque ela deve ser aprovada na CAD. Então o procedimento parece um
39 pouco caótico, e é, porque ainda estão aprovando a criação de gratificações aqui no Consu, o
40 que poderiam resolver de uma forma um pouco mais adequada fazendo todo esse procedimento

1 dentro da CAD. Estão aprovando hoje aqui a criação das GRs a partir da certificação da Deas
2 que será aprovada na CAD. Portanto, se aprovada aqui, a criação de gratificações só entrará em
3 vigor se efetivamente na CAD for aprovada a nova certificação. Passa a palavra ao doutor
4 Oswaldo, para que ele explique essas novas funções. O Professor OSWALDO DA ROCHA
5 GRASSIOTTO diz que a Deas tem uma demanda de certificação que implica, obviamente,
6 também a utilização de gratificações em função da incorporação de funções que foram sendo
7 incluídas na Diretoria Executiva da Área de Saúde a partir de sua criação, em 2017. Este
8 Conselho Universitário já se manifestou inclusive sobre essas inclusões de atividades, em um
9 primeiro momento incorporando à Deas a gestão dos convênios que eram geridos pelo Núcleo
10 de Acompanhamento de Convênios com a Secretaria de Estado da Saúde, sediado no Hospital
11 Estadual de Sumaré, e que foi trazido, então, aqui para o prédio da Fascamp e progressivamente
12 foi incorporado, em 2019, à Deas. Em 2021, incorporou-se à Deas também a gestão dos
13 convênios internos, que cuidam do Sistema Único de Saúde e fazem a operação dos dois
14 hospitais internos aqui, o Hospital da Mulher e o Hospital de Clínicas, e dos centros
15 ambulatoriais, que são o Hemocentro, Gastrocentro, além do Cecom, do Cepre e do Cipoí. A
16 Deas foi criada inicialmente para ser um órgão que relacionasse o conjunto da área da Saúde
17 com os parceiros externos à Universidade, como Secretaria de Estado, Ministério da Saúde,
18 secretarias municipais e outros órgãos ligados à Saúde. Esse trabalho era executado pelo
19 quadro, inicialmente certificado em 2019, que incluía dois assessores docentes de gabinete e
20 dois assessores técnicos. Progressivamente, com a chegada da pandemia, a Deas se manteve
21 mais ou menos nessa atividade, não conseguiu avançar mais, mas se ocupou bastante na gestão,
22 particularmente da recepção de doações, que chegaram a cerca de R\$25 milhões que foram
23 alocados pela sociedade para o enfrentamento da epidemia de Covid-19. A partir de 2021, com
24 a redução da pandemia, foi possível que a Deas avançasse para atividades de gestão também
25 internas dos recursos da Universidade. A Deas tem as atribuições de fazer a gestão financeira,
26 dos recursos do convênio SUS, dos recursos da operação com os recursos do orçamento da
27 Universidade e externamente a gestão dos recursos que o Sistema Único de Saúde e os
28 convênios com a Secretaria do Estado trazem de responsabilidade, operando com
29 aproximadamente R\$1,1 bilhão por ano. São aproximadamente R\$250 milhões por ano no
30 convênio SUS, cerca de R\$60 milhões de captação a maior dentro dessa relação com a
31 Secretaria de Estado da Saúde, dos diversos hospitais, através de emendas parlamentares. E são
32 mais de R\$280 milhões que são colocados pela Secretaria de Estado para a gestão da Unicamp
33 operar sete ambulatorios médicos de especialidades, que vêm de São João da Boa Vista até
34 Campinas, e que vão perto de Sorocaba até próximo de Bragança Paulista. Então é uma área de
35 quase sete milhões de habitantes que está sob a gestão da Unicamp nesse convênio de gestão
36 com a Secretaria de Estado. É uma responsabilidade bastante pesada que a Universidade possui,
37 e foi centralizada na Deas a gestão de todos esses convênios. As equipes que cuidavam dessas
38 atividades, no caso dos ambulatorios e dos Hospitais de Sumaré e de Piracicaba, eram
39 constituídas por 11 servidores, alguns se aposentaram, outros retornaram para suas unidades de
40 origem e somente dois foram trazidos para a diretoria executiva, inclusive remunerados com

1 recursos dos convênios. Eles se somaram, então, a dois assessores docentes de Gabinete e ao
2 diretor executivo da Deas. Encontraram então a Deas em uma necessidade de expansão bastante
3 acelerada em função, inclusive, da necessidade de cobrir o financiamento da área de Saúde, que
4 tem sido um assunto bastante recorrente nas discussões dentro da Universidade. Então
5 trouxeram um conjunto de profissionais que os está apoiando, e que foram emprestados de
6 outros órgãos: a Pró-Reitoria de Graduação e o Caism os emprestaram um profissional cada;
7 um técnico veio da DGA e um técnico do Gabinete da Reitoria, o que faz as relações
8 institucionais. Então a Deas ficou constituída por um grupo de profissionais, alguns deles da
9 Unicamp e outros que são dos convênios, que precisam ser certificados, e é nesse sentido que
10 a certificação está avançando. Dessa forma, conhecendo a certificação de 2019, que já previa a
11 necessidade de recertificação, apresentaram em 2022 uma proposta de recertificação. Na
12 realidade, não é nem recertificação, mas uma nova certificação, porque mudou profundamente
13 o escopo de atuação da Diretoria Executiva da Área da Saúde. Então hoje ela cuida das relações
14 internas com os dois hospitais e dois centros ambulatoriais, das relações externas com dois
15 hospitais e sete ambulatórios médicos de especialidades, faz a captação de recursos com o
16 Ministério da Saúde e com a Secretaria de Estado, e estabelece também um apoio, planejamento
17 estratégico da implantação de ações de saúde em um eixo que contém sete milhões de
18 habitantes. Essa é a dimensão que a Deas ganhou e é nesse sentido que solicitaram e discutiram
19 com a comissão *ad hoc* que fez avaliação da certificação; discutiram com a PRDU e essa é a
20 proposta de recertificação, ou de nova certificação, que implica a designação de novas GRS.
21 Estão considerando cinco GRs, que é o número com o qual a comissão *ad hoc* concordou, ainda
22 que tivessem uma solicitação que envolvia mais um profissional. Fica à disposição para outros
23 esclarecimentos. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que havia pedido a palavra para
24 poder explicar a solicitação de GR para o AEL, mas escutando aqui a fala do professor Sarti e
25 também da doutora Ângela, surgiu-lhe agora uma dúvida. É uma notícia que para ela é nova:
26 solicita confirmação se só haverá a GR depois que a certificação for aprovada pela CAD. No
27 caso do AEL, teriam de esperar mais um ano, mais ou menos, porque a certificação só vai ser
28 votada no segundo semestre do ano que vem. Então solicita esse esclarecimento e, na sequência,
29 vai explicar o pedido que o IFCH fez e encaminhar de uma forma diferente, se for possível, em
30 relação a esse entendimento. O pedido feito foi de antecipar a certificação, de solicitar a GR,
31 que existia e foi extinta em 2019, quando houve a mudança na tabela de gratificação de
32 representação e quando houve também o corte de GRs. Os cargos de diretores eram gratificados
33 e essas gratificações foram cortadas. Entendem que isso é uma injustiça, estão aqui tentando
34 reparar uma injustiça e um equívoco, porque funções semelhantes em outros órgãos da
35 Universidade possuem gratificação. São exemplos o Museu de Artes Visuais e o Museu
36 Exploratório de Ciências, que possuem funções mais ou menos correspondentes àquela que é
37 desempenhada pela direção do AEL. A GR que havia para esses cargos correspondia aos
38 Grupos 9, que era de Diretor III, e 12, que era de Diretor Adjunto, e fizeram a solicitação para
39 a designação do Grupo 8, pela tabela da GR atual. O que a Reitoria está propondo é uma
40 gratificação, e não as duas que foram solicitadas, e correspondente ao Grupo 9. Acha que todos

1 sabem que o AEL é um órgão muito importante para o IFCH e para a Universidade; ele possui
2 uma série de acervos importantíssimos, que têm tido muita repercussão, muita divulgação. É
3 um grande laboratório de pesquisa e de extensão, e é um órgão grande, que possui 19
4 funcionários Paepe, 35 bolsistas. O AEL possui muitos projetos, muito financiamento, portanto
5 sua gestão é trabalhosa, e os professores atualmente à frente do AEL estão desde 2019 sem
6 nenhuma gratificação. Estão com uma dificuldade de renovar a direção em virtude desse fato,
7 inclusive. Foi nesse sentido que fizeram essa solicitação e, para sua surpresa, acha que estava
8 pedindo uma antecipação de algo para reparar um equívoco, e agora só queria confirmar essa
9 informação de que é só quando a certificação for votada que o diretor ou a diretora poderá
10 receber a gratificação correspondente. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que vai passar
11 para a doutora Ângela, mas tranquiliza a professora Andréia porque é diferente o caso do diretor
12 do AEL do caso da proposta de gratificações da Deas. Para o AEL será automático. A Doutora
13 ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI esclarece que a competência para avaliar certificações
14 é da CAD. No caso do IFCH, não se trata da revisão da certificação do Instituto como um todo,
15 apenas a avaliação desse pedido de retorno da gratificação para o diretor do AEL. Isso vai passar
16 pela CAD agora de dezembro, não é para o ano que vem; na sequência, sendo aprovado, é feita
17 a designação. O MAGNÍFICO REITOR diz que o caso da Deas exige certificação porque é
18 uma estrutura mais recente. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que
19 acredita que não adiante mais discussão sobre esse assunto, já que este é um encaminhamento
20 que a Reitoria decidiu dar à questão de certificação e verba. Tanto quanto saiba, a ordem é
21 primeiro a certificação, em função da avaliação do mérito, com apoio da PRDU, porque é um
22 mérito, mas também uma análise de orçamento, e depois vai para o Consu. E o Consu aprova
23 ou não a alocação de verba em função do fato de que o mérito já foi reconhecido. Tanto que no
24 início desta gestão uma das grandes discussões foi apenas alocar verba a assessorias que já
25 haviam sido reconhecidas. Não houve nenhum fato novo orçamentário, não se antecipou
26 concedendo verba na expectativa da aprovação do mérito. Inclusive no caso do IFCH, no futuro
27 nada vai impedir outros diretores de terem necessidades análogas, e que tenham essas
28 necessidades antecipadas sem o devido processo de certificação. Não está dizendo que o do
29 IFCH está sendo errado, mas que tanto no caso da Deas, em que há necessidade de certificação,
30 quanto no caso do IFCH, que pelo que entendeu é uma gratificação que foi extinta, mas que
31 agora há uma justificativa para a sua reativação, a ordem está sendo subvertida. Essa é a sua
32 visão, que não é a do encaminhamento da Reitoria, e a sua visão é baseada no histórico do que
33 tem vivido na Unicamp e que, com certeza, é um histórico incompleto. Deseja deixar registrada
34 a sua estranheza. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que acompanha a preocupação da
35 professora Claudia, e gostaria, inclusive, que fosse matéria de análise no Conselho Universitário
36 de março que voltassem a tratar essas questões simultaneamente dentro da CAD. Quando
37 naquela reunião do Conselho Universitário aceitaram os números vigentes de gratificações e
38 criaram aquelas outras associadas basicamente à coordenação de extensão, mestrado
39 profissionalizante, coordenações de pós-graduação, naquele momento não houve esse
40 movimento de trazer essa discussão para a CAD. Mantiveram ali porque havia uma

1 preocupação legítima de que continuassem sendo adotadas dentro do Conselho Universitário
2 criações de mais ou menos gratificações, como foram criadas aquelas para a coordenação de
3 pós-graduação. Concorde que isso é uma inversão. A certificação já avançou nos centros e
4 núcleos, vai começar agora com os órgãos centrais em 2023, para depois chegarem às unidades
5 de ensino. Há um comitê que se reúne, que inclusive foi um comitê que aceitou a inclusão, e
6 diria até a antecipação da certificação da Deas, diante de tudo o que aqui o doutor Oswaldo
7 expôs, que basicamente não foi uma recertificação. É um órgão que foi repensado, assumiu
8 funções estratégicas dentro da Universidade, e que precisava para sua operacionalização, em
9 uma área bastante complexa, receber não só essa certificação como a criação dessa GRs. Mas
10 propõe trazer para o Conselho Universitário de março essa discussão de decidirem certificação
11 e criação simultaneamente das GRs dentro da CAD. Agradece o apoio da professora Claudia
12 Medeiros. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
13 matéria, que é aprovada com 36 votos favoráveis, 07 contrários e 06 abstenções. Nada mais
14 havendo a tratar na Ordem do Dia e Ordem do Dia Suplementar, coloca para ciência o
15 Expediente dos seguintes assuntos: A – Relatório de Grupo de Trabalho – 01) Proc. nº 01-P-
16 30341/2021 – Relatório do Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-35/2022 para sugerir
17 reformulação da Política Institucional de Saúde Mental na Unicamp – Despacho PG-5388/2022
18 e Despacho GR-879/2022. B – Sistema de Controle Interno da Unicamp – 02) Proc. nº 42-P-
19 48688/2022 – Relatório de Atividades 2022 e Plano de Ações Prioritárias para 2023 do Sistema
20 de Controle Interno da Unicamp – Despacho SCI-01/2022. C – Relatórios Semestrais das
21 Câmaras do Consu – 03) Dossiê nº 01-D-49519/2022 – Relatórios Semestrais da Câmara de
22 Administração e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.04.22
23 a 30.09.22, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento
24 Interno do Consu. D – Atas da Comissão de Orçamento e Patrimônio – 04) 139ª Sessão,
25 realizada em 27.02.20; 140ª Sessão, realizada em 30.04.20; 141ª Sessão, realizada em 27.08.20;
26 142ª Sessão, realizada em 26.11.20; 1ª Sessão Extraordinária de 2021, realizada em 23.02.21;
27 143ª Sessão, realizada em 29.04.21; 144ª Sessão, realizada em 29.06.21; 2ª Sessão
28 Extraordinária de 2021, realizada em 05.08.21; 145ª Sessão, realizada em 20.09.21; 146ª
29 Sessão, realizada em 28.10.21; 147ª Sessão, realizada em 25.11.21; 148ª Sessão, realizada em
30 24.02.22; 1ª Sessão Extraordinária de 2022, realizada em 14.03.22; 149ª Sessão, realizada em
31 31.03.22; 150ª Sessão, realizada em 28.04.22; 151ª Sessão, realizada em 26.05.22; 152ª Sessão,
32 realizada em 30.06.22; 2ª Sessão Extraordinária de 2022, realizada em 01.08.22; 153ª Sessão,
33 realizada em 25.08.22; 3ª Sessão Extraordinária de 2022, realizada em 22.09.22. E – Prêmios
34 Institucionais 2022 – 05) Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, nos termos
35 da Deliberação Consu-A-021/2013 – FCA: José Rodrigo Pauli; FCM: Carmen Silvia Passos
36 Lima; FE: Maria Cristina Menezes; FEF: Elaine Prodócimo; FEA: Carlos Alberto Rodrigues
37 Anjos; Feagri: Raquel Gonçalves; FECFAU: Regina Andrade Tirello; Feec: Wu Shin-Ting;
38 FENF: Roberta Cunha Matheus Rodrigues; FEQ: Lucimara Gaziola de La Torre; FOP: Dagmar
39 de Paula Queluz; FT: Varese Salvador Timóteo; IA: Gilberto Alexandre Sobrinho; IB: Elaine
40 Minatel; IC: Guido Costa Souza de Araújo; IE: Rosângela Ballini; IFCH: Marcelo Esteban

1 Coniglio; IFGW: Gustavo Silva Wiederhecker; IG: Alexandre Campana Vidal; Imecc: Ketty
2 Abaroa de Rezende. Prêmio de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de
3 Graduação, nos termos da Deliberação Consu-A-021/2013 – FCA: Alcides José Scaglia; FCF:
4 Laura de Oliveira Nascimento; FCM: Christiane Marques do Couto; FE: Maria Cristina
5 Menezes; FEA: Juliano Lemos Bicas; Feagri: Ariovaldo José da Silva; FECFAU: Tiago Zenker
6 Gireli; Feec: Renato da Rocha Lopes; FEF: Paula Teixeira Fernandes; FEM: Robert Eduardo
7 Cooper Ordóñez; FEnf: Erika Christiane Marocco Duran; FEQ: Ângela Maria Moraes; FOP:
8 Flávio Henrique Baggio Aguiar; FT: Eloisa Dezen-Kempter; IA: Edson Do Prado
9 Pfützenreuter; IB: Maria Andréia Delbin; IC: Lucas Francisco Wanner; IE: Rodrigo Lanna
10 Franco da Silveira; IFCH: Jesus José Ranieri; IFGW: Francisco das Chagas Marques; IG:
11 Alfredo Borges de Campos; Imecc: João Frederico da Costa Azevedo Meyer; IQ: Italo Odone
12 Mazali. Prêmio ProEC de Extensão Universitária, nos termos da Deliberação Consu-A-
13 006/2019 – FCA: Lais Silveira Fraga; FCF: Gislaine Ricci Leonardi; FCM: Rubens Bedrikow;
14 FEA: Priscilla Efraim; Feagri: Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo; FECFAU: Leandro Mouta
15 Trautwein; Feec: Walimir de Freitas Filho; FEF: Orival Andries Júnior; FENF: Ana Paula
16 Boaventura; FEQ: Sávio Souza Venâncio Vianna; FT: Elaine Cristina Catapani Poletti; IA:
17 Angelo José Fernandes; IB: Eduardo Galembeck; IC: Esther Luna Colombini; IE: Marcelo
18 Justus dos Santos; IFCH: Antonio Roberto Guerreiro Júnior; IFGW: Marcelo Knobel; Imecc:
19 Laércio Luís Vendite; IQ: Luiz Carlos Dias. Prêmio de Reconhecimento Acadêmico para
20 Pesquisadores da Carreira de Pesquisador, nos termos da Deliberação Consu-A-021/2016 –
21 CPQBA: Rodney Alexandre Ferreira Rodrigues. Prêmio de Reconhecimento Docente pela
22 Dedicção ao Ensino Magistério Secundário Técnico, nos termos da Deliberação Consu-A-
23 009/2021 – COTIL: Sandro Dias. Prêmio de Reconhecimento Discente de Desempenho em sua
24 Formação Técnica dos Colégios Técnicos da Unicamp, nos termos da Deliberação Consu-A-
25 010/2021 – Cotil: João Pedro Cremasco Luiz; Cotuca: Pedro Sales de Barros. O MAGNÍFICO
26 REITOR observa que no item 05 constam os contemplados com os prêmios institucionais de
27 2022, que serão entregues na sexta-feira, 02 de dezembro, às 9h30, no Centro de Convenções.
28 Em virtude do recente aumento do número de casos de Covid, o comparecimento presencial à
29 solenidade será restrito aos premiados, porém a cerimônia será transmitida pelo canal Imprensa
30 Unicamp no YouTube. Abre o Expediente para a apresentação de dois relatórios, sendo o
31 primeiro da doutora Tânia, sobre o Sappe, e o segundo do professor Álvaro D'Antona, da
32 Controladoria. A DOUTORA TÂNIA MARON VICHI FREIRE DE MELLO diz que vai dar
33 um informe do relatório da segunda etapa do GT de saúde mental. Foram incumbidos com a
34 tarefa de discutir o fluxo de saúde mental para a comunidade universitária. Trata-se da segunda
35 etapa, a primeira já foi apresentada, ela fazia um levantamento de tudo o que havia para o
36 atendimento em saúde mental. Agora tinham o objetivo de repensar o fluxo do atendimento à
37 saúde mental na Universidade como um todo, partindo de uma visão mais integrativa e
38 buscando promover uma maior coordenação entre todos os agentes que já existem. Há bastante
39 assistência em saúde mental já no *campus*, mas essa assistência não estava tão integrada. Para
40 essa segunda etapa, convocaram 13 membros que são os representantes das principais

1 iniciativas de assistência em saúde mental institucionais da Unicamp. Realizaram três
2 encontros, em 05 de maio, 09 de maio e 10 de junho, onde fizeram as apresentações de cada
3 uma das iniciativas em saúde mental e promoveram a escrita do relatório a partir das
4 informações coletadas. Foram incorporadas ao texto as sugestões discutidas por esses 13
5 membros que representaram as iniciativas de assistência em saúde mental. Uma das propostas
6 consensuais foi a criação de um Conselho de Saúde Mental da Unicamp, com o objetivo de
7 aprimorar a articulação entre os promotores de saúde mental. Perceberam que o próprio GT já
8 funcionou para isso, então muita informação foi trocada ali, muito afinamento em relação aos
9 fluxos da assistência para facilitar o encaminhamento e a troca de informações entre os agentes.
10 Foi uma valiosa oportunidade de troca de experiência entre pares, de propostas dirigidas para a
11 melhoria das condições de saúde mental no ambiente universitário. Vai ser um espaço de
12 atuação na difusão da política institucional de saúde mental na Universidade. Existe já essa
13 política incipiente e estão fazendo essas ações para consolidá-la. Esse conselho vai ser o lugar
14 de referência em situações de crise relacionadas ao bem-estar emocional e à saúde mental da
15 Unicamp. Perceberam que em situações de crise, esse espaço, que também é um espaço virtual,
16 foi acionado para resolver questões que se tornaram, infelizmente, mais frequentes depois do
17 retorno presencial. E vai funcionar também como um observatório de saúde mental da
18 Unicamp, analisando informações a respeito de assistência de saúde mental e articulando com
19 o observatório e com outras instâncias que estão olhando para a saúde mental, não só do ponto
20 de vista de assistência, mas também de pensar as políticas. A sugestão é que os membros
21 permanentes desse conselho sejam Sappe, Cecom, DSO, DEDH, Programa Viva Mais,
22 Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas, EA² e mais dois membros
23 discentes, para a representação da graduação e da pós-graduação. Não é do escopo do GT de
24 saúde mental, mas informa que surgiu uma proposta de criação de uma pró-reitoria ou de uma
25 diretoria executiva de assuntos estudantis, porque todo atendimento feito para graduação e para
26 pós-graduação está dentro do SAE, que está dentro da PRG. Mas considerando que o SAE cuida
27 da moradia estudantil, de outros equipamentos que são importantes para a manutenção da saúde
28 mental, e que o atendimento da saúde mental nos colégios técnicos está no Cecom, está um
29 pouco disperso, foi pensada essa possibilidade de ter esse órgão que centralize, mas claro que
30 isso será discutido com GTs que estão em andamento. Isso vai precisar ser alinhado. Haveria
31 duas frentes de atuação nessa instância: uma assistência direta aos alunos de graduação, pós-
32 graduação e dos colégios técnicos, que já vem sendo feita, mas em relação aos colégios técnicos
33 dispersa em dois órgãos. Uma parte que já fazem, mas que seria consolidada e que têm visto
34 que é estratégico para o bem-estar de todos da Universidade, que é ter uma assessoria a docentes
35 e funcionários no manejo de situações que envolvam a saúde mental dos discentes. Isso porque
36 tanto os funcionários como os docentes se veem envolvidos nesse tipo de situação sem ter
37 formação para isso, e eles já têm muitas outras atribuições, então isso ficaria centralizado nesse
38 órgão. Também haveria uma mudança na estratégia de atendimento à comunidade acadêmica,
39 com a reorientação dos atendimentos psicológicos com intervenções mais breves; uma
40 recomposição e expansão da equipe do Sappe para atender à crescente demanda, já que estão

1 com uma equipe muito reduzida e a demanda, depois do retorno presencial, teve um aumento
2 em sua quantidade e complexidade. A ideia de trazer os colégios técnicos é pensando que a
3 lógica de atendimento aos colégios técnicos se aproxima mais à lógica do Sappe do que a do
4 Cecom. E ressalta a institucionalização desse processo de assessoria aos docentes. Em seguida,
5 apresenta uma proposta mais detalhada, que seria discutida na certificação, mas que depois o
6 parecer da PG apontou que poderia ser apresentada, porém vai merecer mais estudos. Ela
7 envolve como reestruturar o órgão para poder ampliar e centralizar essa assistência, tanto dos
8 colégios técnicos quanto dos estudantes de graduação e pós-graduação. Então seria uma
9 recomposição do organograma, além de posicionar o Sappe como um importante gerador de
10 conhecimento no campo de saúde mental em universidades, algo que já fazem, mas junto com
11 a assistência. A ideia é poder fazer mais pesquisa e gerar mais conhecimento, que é importante
12 não só para a Unicamp, mas para outras universidades. Na semana que vem, por exemplo,
13 ocorrerá o simpósio de saúde mental das universidades paulistas, sediado na Unicamp, já na
14 esteira dessa iniciativa. A assistência aqui está muito mais estruturada, acha que falta agora
15 pensar em como produzir conhecimento. São campo de estágio para residentes, dos quais
16 dependem para fazer as pesquisas, e se tiverem uma possibilidade de institucionalizar isso, vão
17 conseguir gerar muito mais informação. Coloca-se à disposição para responder perguntas. O
18 MAGNÍFICO REITOR agradece à doutora Tânia pelo esforço e pelos resultados. Talvez fosse
19 interessante enviar o material da apresentação para a Secretaria Geral disponibilizar aos
20 conselheiros, porque são propostas concretas. Tem aquilo que, de alguma forma, está mais na
21 alçada da Administração e de algumas estruturas mais próximas da Administração, mas tem
22 aquela parte que vai envolver em algum momento o Conselho Universitário com uma sugestão
23 de criação de algum órgão. Acha que uma das principais conclusões é que hoje o SAE, que
24 cuida de todas essas questões, está vinculado a uma pró-reitoria, embora execute tarefas de mais
25 de uma pró-reitoria. Então há uma questão de estrutura que precisa ser mais bem resolvida, e
26 isso vai envolver organizar uma nova estrutura, uma nova certificação, o que vai passar pelo
27 Consu. A Doutora TÂNIA MARON VICHÍ FREIRE DE MELLO diz que vai encaminhar à
28 Secretaria Geral os relatórios da primeira e da segunda etapas do GT, para que o Consu tenha
29 subsídios para poder avançar nessa discussão. Coloca-se à disposição se precisarem de algum
30 esclarecimento no futuro. O MAGNÍFICO REITOR diz que na própria apresentação seria
31 interessante a doutora Tânia informar o seu *e-mail*, o seu contato, para que as pessoas possam
32 esclarecer dúvidas. Agradece bastante, em nome da Administração, essa dedicação e esse
33 esforço de pensar algo que é cada vez mais importante na Universidade. O Professor ÁLVARO
34 DE OLIVEIRA D'ANTONA diz que vai muito brevemente trazer alguns elementos que
35 possam ajudar na leitura do documento, que contém duas peças. A primeira peça é o relatório
36 das atividades da Controladoria e do Sistema de Controle Interno da Unicamp neste ano de
37 2022. E a outra peça, embutida nela, é o plano de ações prioritárias para 2023. Nem todos
38 acompanharam o processo de criação dessas duas instâncias, o Sistema de Controle Interno e a
39 própria Controladoria, então informa que elas são independentes e foram criadas ao longo do
40 ano de 2019, imediatamente antes do advento da pandemia, e assumiu no segundo semestre do

1 ano passado, então de certo modo esse relatório dá conta de um período importante de
2 implementação dessas duas instâncias. Entendendo que a Controladoria é um órgão diretamente
3 subordinado ao Conselho Universitário, e não à Reitoria, enquanto o Sistema de Controle
4 Interno é presidido pela CGU e traz em seus assentos não só a Controladoria, mas várias
5 diretorias da Administração Superior, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário, dentre
6 outros. Nesse processo de implementação, que vai continuar em 2023, inclusive com o
7 complemento do quadro de funcionários e de alguns processos que ainda precisam ser
8 desenvolvidos, já tiveram a oportunidade de realizar dois estudos: o questionamento que houve
9 no Consu a respeito de alguns processos que a Unicamp estava tendo de responder por conta de
10 licenças-prêmio, e outro que avançou em contabilização, em registros de férias acumuladas,
11 que foi uma pauta colocada externamente pelo Tribunal e que o sistema achou por bem
12 priorizar. É preciso dizer também, em reconhecimento às várias diretorias que compõem o
13 sistema, que o controle da Unicamp não se limita à Controladoria. Ele precede essas instâncias
14 que foram criadas, e no relatório buscam fazer esse reconhecimento e apontar. Certamente que
15 algumas diretorias, por sua natureza e atribuição, possuem sistemas de controle mais
16 desenvolvidos, porque são cobradas mais continuamente e externamente por isso, enquanto
17 outras talvez mais acadêmicas tenham uma menor preocupação com esse tipo de controle.
18 Porém, está na agenda criar um repertório mínimo de indicadores que possam progressivamente
19 ser desenvolvidos e aplicados internamente, de tal modo que exista uma certa padronização na
20 medida do possível. Em relação ao conteúdo, esse relatório é bastante sintético, mas ele traz
21 todos os *links* para as atividades que foram desenvolvidas, que estão mencionadas ali, assim
22 como documentos que dão sustentação a essas ações. É um conjunto de mais de mil páginas
23 que resolveram sintetizar em um relatório de 20; um relatório talvez mais executivo, colocando
24 a Controladoria à disposição de todos os membros do Consu para eventuais esclarecimentos,
25 não só agora, mas também depois. Ressalta que a Controladoria é um órgão diretamente
26 subordinado ao Consu e está aberta a todos os conselheiros e conselheiras. O MAGNÍFICO
27 REITOR agradece ao professor Álvaro e diz que é um trabalho extremamente importante que
28 vai apontando a fragilidade no tratamento das questões que são também controladas
29 externamente. Então isso vai iluminando possibilidades de ação da Administração, de forma a
30 corrigir essas falhas que são detectadas. Solicita a todos os conselheiros que deem atenção ao
31 relatório e para qualquer esclarecimento se dirijam diretamente à Controladoria, ao professor
32 Álvaro, tanto para se informar como para acompanhar. Em seguida, passa a palavra aos
33 conselheiros inscritos no Expediente. O Conselheiro FLÁVIO HENRIQUE BAGGIO
34 AGUIAR lamenta o falecimento da aluna Heloise Magalhães, do décimo semestre da FOP. Ela
35 esteve em um *show* de uma dupla sertaneja no último domingo, dia 20, em Piracicaba,
36 infelizmente recebeu um tiro e acabou falecendo no local. Manifesta a solidariedade da FOP
37 aos familiares e amigos, e informa que neste momento está acontecendo uma missa na FOP em
38 homenagem a ela. Isso o faz pensar no assunto que foi tema da Cepe em relação às festas nos
39 *campi* da Universidade, na questão da segurança. Se em um evento como o de Piracicaba, em
40 que havia seguranças, controle de acesso, aconteceu um acidente terrível desse, preocupa-o

1 ainda mais as festas em um local aberto, como nos *campi*. Acha que deveriam ter mais cuidado
2 com esse assunto e sabe do cuidado que o senhor Reitor teve ao falar do tema. Também
3 manifesta lástima pelo que aconteceu nos dias 16 e 17 de novembro em relação aos refeitórios
4 do *campus* de Limeira, algo que está intimamente ligado ao serviço de refeitório em Piracicaba,
5 porque os alimentos vêm de Limeira. Como houve uma paralisação, que pelo que entendeu foi
6 fruto de uma manifestação dos alunos, os estudantes de Piracicaba ficaram extremamente
7 prejudicados, sem a possibilidade de ter as refeições normais, sendo que muitos deles dependem
8 dessa refeição, do custeio dessa refeição e, realmente, eles tiveram uma série de problemas.
9 Então solicita maior responsabilidade nessas manifestações, para que não afetem alunos e
10 servidores, mas principalmente alunos que dependem desse serviço. A respeito da apresentação
11 da doutora Tânia, diz que participa de um GT na PRG, presidido pelo professor Flávio Schmidt,
12 que está em fase final de elaboração do relatório, e este converge bastante com o que a doutora
13 Tânia apresentou em relação ao SAE. O último assunto é sobre a lei complementar 191/2022,
14 que faz o restabelecimento da contagem de tempo dos servidores da área da Saúde. A FOP
15 ainda não foi contemplada em relação aos servidores que participaram dos atendimentos aos
16 pacientes, então pergunta se há alguma resposta frente a isso. O MAGNÍFICO REITOR reforça
17 a fala do professor Flávio em relação ao restaurante, e solicita, em nome da Administração e do
18 Conselho Universitário, que ele estenda à família da estudante Heloíse, formalmente, o pesar
19 em relação a essa terrível ocorrência. Perder uma aluna em uma festa reforça a preocupação
20 que possuem com isso; uma festa grande, que tem estruturas de apoio, e mesmo assim algo
21 terrível como isso acontece, acha que isso é um alerta a cada um dos membros deste Conselho
22 Universitário, aos estudantes, à comunidade. Não podem se desresponsabilizar da possibilidade
23 de algo semelhante ocorrer no interior dos *campi*, ainda mais em festas que são, na maioria das
24 vezes, organizadas sem autorização e sem qualquer estrutura de apoio, sem qualquer controle
25 das pessoas que participam dessas festas. A pergunta que deixa a todos é quem vai se
26 responsabilizar quando uma coisa como essa acontecer no interior dos *campi* da Universidade,
27 algo que inclusive já aconteceu. Deixa isso como uma responsabilidade do conjunto da
28 comunidade. Quando coisas ruins acontecem e se espalham, não são todos que se dispõem a
29 enfrentar a responsabilidade desse tipo de situação. Não podem se furtar a essa
30 responsabilidade, que recai em toda a Administração, mas recai também em todos os diretores,
31 nos órgãos estudantis, na comunidade. Isso não é brincadeira, é um fato concreto, e tiveram
32 recentemente uma ocorrência extremamente trágica. Já houve por duas vezes ocorrências
33 similares dentro da Universidade, então é um alerta de que não podem deixar esse tipo de
34 tragédia continuar ocorrendo. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que se
35 inscreveu para solicitar um esclarecimento a respeito de um tema que imaginaram que entraria
36 na pauta e acabou não entrando. Já há algum tempo os diretores vêm conversando sobre a
37 proposta de que as licenciaturas sejam consideradas área estratégica na Universidade no que
38 diz respeito à política de ações afirmativas e também à educação para as relações étnico-raciais.
39 Essa proposta se fundamenta em um conjunto de leis que foram publicadas ao longo dos anos
40 2000; por exemplo, em 2003, foi publicada a lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino da

1 história e da cultura africana nas escolas. Depois houve as Diretrizes Curriculares Nacionais
2 para Educação das Relações Étnico-Raciais, que estabelece que isso deve ser observado
3 especialmente pelas instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada,
4 como é o caso da Unicamp. Depois tiveram a lei nº 11.645/2008, que ampliou esse ensino para
5 a cultura indígena. E, por fim, essa obrigatoriedade foi parar na LDB, no artigo 26, que
6 estabelece definitivamente a obrigatoriedade do ensino das culturas africana e indígena nas
7 escolas de educação básica. Ocorre que as licenciaturas não preparam ainda adequadamente os
8 futuros professores para esse trabalho nas escolas, o que acaba gerando uma lacuna importante
9 que precisam preencher. Por isso a proposta de que as licenciaturas fossem vistas, no que diz
10 respeito a essa temática, como área estratégica, para que possam não apenas atender a essa
11 demanda, inclusive da legislação nas escolas, mas que não é só da legislação, é também uma
12 necessidade histórica do país para o combate à discriminação e ao racismo. E também para que
13 tenham internamente condições mais favoráveis de atuar no acolhimento desse público, o povo
14 negro e os povos indígenas. Essa proposta começou a ser desenhada na Faculdade de Educação,
15 foi apresentada preliminarmente à PRDU, que os orientou a fazer essa discussão mais coletiva
16 com outras unidades para que o assunto pudesse vir ao Consu. Fizeram essa discussão ao longo
17 principalmente do segundo semestre, obtiveram um razoável consenso em torno dela, muitas
18 pessoas ajudaram na redação do texto. Na reunião final com os diretores, houve um grande
19 consenso em torno da necessidade de que ela fosse aprovada, e cinco unidades que possuem
20 cursos de licenciatura apresentaram propostas de criação de disciplinas. Algumas já existem,
21 como na FE, já são até antigas, embora tenham ficado só recentemente como disciplinas
22 obrigatórias, mas ainda não possuem os docentes. Dessa forma, esperavam que esse tema viesse
23 ao Consu, como foi estabelecido na conversa com a PRDU e a PRG, mas não apareceu na pauta,
24 e gostaria de entender o que aconteceu. O MAGNÍFICO REITOR diz que não sabe exatamente
25 a combinação que foi feita, mas estão prevendo um pacote de novas contratações que teria,
26 além de um conjunto de distribuição para as várias unidades, uma rota específica para as
27 licenciaturas, com acréscimo, e uma rota específica para cotas também. No entanto, precisam
28 fazer isso no contexto de um pacote, porque senão teriam de fazer cota por concurso, o que é
29 algo praticamente impossível, já que os concursos são para disciplinas específicas, então a
30 chance de dar errado é brutal. Às vezes é melhor andar devagar para andar direito e conseguir
31 realizar o resultado. Na questão das cotas étnico-raciais, a prudência é mais interessante. Farão
32 um pacote e a ideia é que os concursos que prevejam cotas sejam mais genéricos em cada
33 unidade, e não por disciplina. Se a pessoa vai, por exemplo, fazer Química Orgânica ou alguma
34 matéria específica de Humanas, esse tipo de concurso pode ser feito com a formalidade da cota,
35 mas a chance de dar certo é muito baixa. Então querem fazer as cotas, mas querem fazer
36 concursos por unidade, e para isso terão de fazer algo que gere uma possibilidade de receber
37 vários candidatos, então ele precisa ser mais genérico. O Conselheiro RENÉ JOSÉ TRENTIN
38 SILVEIRA esclarece que não se trata de uma proposta de contratação por cotas, mas de uma
39 proposta de contratação de professores especializados. O MAGNÍFICO REITOR diz que
40 entendeu, mas a intenção é fazer um pacote geral, não estão querendo contratar agora para a

1 licenciatura sem olhar o conjunto, inclusive porque é algo que tem mais chance de contemplar
2 os interesses de toda a Universidade, de ela se solidarizar com essa ideia em particular que o
3 professor Renê mencionou. A Administração tem tido sempre uma postura de contemplar um
4 conjunto de interesses, o que viabiliza as propostas, pois politicamente elas ganham força, e de
5 evitar que fiquem só defendendo determinadas visões. Como farão um novo programa de
6 contratação de docentes, inclusive vão entrar recursos no próximo Consu de orçamento,
7 desejam elaborar bem essa política. Além da ideia de contratar um conjunto de pessoas, como
8 fizeram da última vez, de atribuir vagas, duas coisas com certeza possuem interesse de colocar:
9 uma são as licenciaturas, a outra é o concurso para aumentar a participação de pretos, pardos e
10 indígenas no quadro docente. Para trabalhar isso de forma mais efetiva em termos de resultados,
11 consideram mais interessante isso ser um pacote completo, e não medidas adotadas
12 isoladamente. É algo que talvez seja possível de lançar no Consu de março, já que o horizonte
13 é definir algo no início do ano que vem. A razão é pensar em algo que seja viável e que gere
14 bons resultados, não só como iniciativa aprovada, mas como algo que abra de fato a
15 possibilidade de mudarem o horizonte dos novos docentes que ingressem na Universidade. Não
16 é fácil, não viu ainda bons êxitos nessa questão de cotas, é difícil pensar sobre isso.
17 Têm elaborado de uma forma que aumente a viabilidade de mudar, realmente, a composição
18 das pessoas que entram também no nível da docência. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
19 SILVEIRA diz que entende e concorda com a posição do senhor Reitor, mas registra que, no
20 caso da Faculdade de Educação, pelo menos, esse assunto é muito urgente porque essas
21 disciplinas foram criadas ainda na Reitoria anterior com a promessa de contratação. Veio o
22 contingenciamento, depois a pandemia e até hoje não chegaram esses professores para ministrar
23 disciplinas importantíssimas para cumprir esse objetivo que a Universidade possui. Elas estão
24 sendo oferecidas pela boa vontade de alguns colegas que têm alguma pesquisa na área, mas não
25 podem continuar nesse improviso. Precisam ter profissionais que não só ofereçam as
26 disciplinas, mas que também façam pesquisa, extensão, que promovam essa discussão de
27 maneira qualificada na Universidade. Por isso a urgência; não é uma questão corporativa nem
28 de uma unidade, exclusivamente, é de uma política mesmo, da própria Universidade, que tem
29 sido bastante destacada nesse campo. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA diz que
30 vai destacar alguns eventos que aconteceram no Instituto de Geociências e que vem os ajudando
31 muito a repensar o uso do espaço da Unidade neste momento. Estão retomando muitas
32 atividades de eventos científicos na Unidade; entre os dias 25 e 27 de novembro, foram
33 realizadas a 7ª Olimpíada de Geografia e a 5ª Olimpíada Brasileira de Ciências da Terra. O
34 auditório do Instituto ficou lotado, vieram estudantes do Brasil todo, todos os estados estavam
35 representados, sempre com a exigência da presença da escola pública. Foi uma atividade
36 importantíssima para o Instituto, e parabeniza o professor Raul Reis Amorim, que organizou as
37 duas olimpíadas mencionadas. De 21 a 24 de novembro, houve a comemoração dos 20 anos do
38 curso de pós-graduação em Geografia, coordenado também pelo professor Raul, com a
39 realização de seminários de mestrado, doutorado, o que tem sido muito importante, com a
40 presença sempre marcante dos estudantes do Instituto. Realizaram também o 2º Seminário

1 Internacional Espaço Urbano, Pobreza e Neoliberalismo, uma atividade que contou com
2 algumas universidades parceiras, como a Universidade Federal Fluminense, a USP, a Paris
3 Nanterre, que é a Paris 10, e a Universidade de Los Lagos, no Chile. Essa atividade foi
4 especialmente importante, tendo contado inclusive com o apoio da Reitoria, com a presença na
5 abertura dos trabalhos do professor César Montagner. Realizaram ainda o 2º Progel, Congresso
6 Brasileiro de Profissionais da Geociências, de 07 a 09 de novembro. A professora Ana Elisa
7 Abreu, que hoje é chefe do Departamento de Geologia e Recursos Naturais, coordenou os
8 trabalhos. É importante, dentro das Geociências, essa discussão da profissionalização que
9 fazem no Instituto. Menciona ainda a importância do fortalecimento das relações diplomáticas,
10 porque o IG está tendo muitas outras atividades que não são do próprio Instituto, mas que estão
11 sendo lá abrigadas. O professor Antonio José, a professora Maria Luiza e o professor João
12 Romano estiveram no IG organizando atividades fundamentais, e afirma que o Instituto de
13 Geociências está de portas abertas para esse uso mais amplo, mais plural e que congrega
14 sobremaneira. Em relação à manifestação do professor Renê, pergunta ao senhor Reitor se será
15 possível colocar os recursos para o ano que vem. O MAGNÍFICO REITOR responde que os
16 recursos já estão previstos na proposta orçamentária, então a ideia é realmente avançar.
17 Dependerá um pouco, na forma como estão vendo a questão, dessa negociação que envolva não
18 só licenciatura, mas um pacote mais completo. Em particular na questão da inclusão no nível
19 docente, de ter uma política tipo cotas no mundo docente, é melhor atuar no conjunto, porque
20 permite que elaborem propostas mais sólidas, com mais chance de êxito. E o pacote também
21 envolveria a licenciatura, o recurso já está sendo considerado, e terão de conversar e negociar
22 a solução. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI convida a comunidade universitária
23 para o 8º Concerto de Verão do Projeto Primeira Nota, que se realizará no dia 06 de dezembro,
24 às 20h, no Teatro Castro Mendes em Campinas. O Projeto Primeira Nota é um convênio de
25 extensão entre o Instituto de Artes e a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, que
26 possui nove anos de existência, com 28 alunos do curso de Música que atuam como estagiários
27 no ensino musical da Escola de Música Manoel José Gomes, da Prefeitura Municipal. Já
28 existem alunos provenientes desse projeto que ingressaram na Unicamp, não só no curso de
29 Música, o que os deixa extremamente contentes com o resultado desse importante convênio
30 para a Universidade. Hoje, a escola possui cerca de 450 alunos e, neste concerto, 150 deles se
31 apresentarão divididos nas classes de canto, cordas, sopros, percussão e coral jovem. Também
32 convida todos para a Mostra Cênica de Verão 2022, que ocorre de 17 de novembro a 07 de
33 dezembro; são apresentações presenciais e a programação completa encontra-se no *site* do
34 Instituto de Artes. Por fim, faz o convite a toda a comunidade também para visitar a exposição
35 Impulso, que é a exposição dos docentes artistas do Programa de Pós-Graduação em Artes
36 Visuais da Unicamp, na Galeria do Instituto de Artes, que é um prédio anexo à Biblioteca
37 Central. A visitação está disponível de 23 de novembro a 20 de dezembro, de segunda a sexta,
38 das 9h às 17h. O Conselheiro JEFFERSON CANO diz que como esta é a última reunião
39 ordinária do ano e a reunião do orçamento não prevê Expediente, aproveita para se despedir
40 deste Conselho, já que seu mandato na direção do IEL se encerra em janeiro. Agradece pela

1 convivência que teve aqui nesses anos, com três Reitorias e inúmeros colegas. Foi um período
2 de muito aprendizado, de muita troca, conhecimento da Universidade na sua diversidade, com
3 reuniões às vezes mais longas do que gostariam, às vezes mais tensas do que gostariam, mas
4 sempre com muito engajamento e espírito público. É uma oportunidade preciosa que acha que
5 aproveitou bastante, e deixa aqui os seus melhores votos para aqueles que ainda vão continuar
6 nessa tarefa nos próximos anos. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Jefferson pelo
7 seu papel na gestão do IEL e pela sua participação aqui no Conselho Universitário e nas várias
8 comissões. Terá oportunidade, assim como os pró-reitores e a vice-reitora, de falar isso
9 especificamente na posse do novo diretor do IEL. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
10 PASTORE JENSEN diz que algum tempo atrás comentou no Consu a respeito da insalubridade,
11 e foi informada pelo professor Sarti de que havia uma proposta da DGA que estava sendo
12 examinada. Solicita atualização do encaminhamento dessa situação, se a proposta da DGA é
13 factível ou não e como esse assunto está se desenvolvendo. O Conselheiro HERNANDES
14 FAUSTINO DE CARVALHO diz que o ano de 2022 tem sido bastante auspicioso para o
15 Instituto de Biologia, como fica exemplificado nas três menções que fará. O professor Carlos
16 Alfredo Joly recebeu o Prêmio Conrado Wessel na modalidade de Ciência. Além disso, a
17 professora Elizabeth Bilsland trouxe a medalha de ouro da Biologia da Olimpíada Internacional
18 de Biologia Sintética de Paris. E o professor Rafael Silva Oliveira publicou um artigo junto
19 com outros quase 90 autores, que saiu na capa da revista *Science*, volume 377, número 6.613.
20 São três momentos bastante importantes e significativos para o Instituto de Biologia. Em
21 seguida, solicita a palavra para a senhora Elisabeth. A Conselheira ELISABETH CARDOZO
22 diz que como o próximo Consu não tem Expediente, vai se despedir hoje. Agradece pelo
23 acolhimento, tanto da Reitoria e das Pró-Reitorias quanto dos seus colegas conselheiros.
24 Aprendeu muito aqui, o próximo mandato está passando para outra pessoa, e vão continuar
25 trabalhando juntos, com certeza. Sempre diz que não precisam estar em nenhuma posição para
26 poder defender a Instituição e acompanhar a luta da Universidade. Participará de outras
27 atividades, mas sempre acompanhando o Conselho Universitário. O MAGNÍFICO REITOR
28 agradece à senhora Elisabeth por sua participação sempre enriquecedora, e observa que é nesse
29 processo democrático que crescem como instituição, e as representações são muito importantes.
30 Agradece pela presença constante, participação, apresentação de propostas e discussão das
31 questões que são relevantes para o conjunto da comunidade. O Conselheiro RICARDO
32 MIRANDA MARTINS diz que essa é sua primeira reunião do Consu como diretor do Imecc;
33 a professora Ana e ele iniciaram a gestão no último dia 13. Agradece a comunidade do Imecc
34 pela confiança e espera contribuir para as discussões, tentando trazer sempre aqui a visão da
35 comunidade do Instituto sobre os temas discutidos, e também está à disposição para levar ao
36 Imecc demandas em que possam ajudar. Já que no dia 13 de dezembro haverá o Consu do
37 orçamento, observa que as unidades receberam esta semana o ofício com o valor dispensado do
38 programa de PED 2023. Lembra que a Resolução GR-048/2022 alterou o cálculo do valor da
39 bolsa PED, que antes era indexado pela Capes e agora vai ser indexado pela Fapesp. O valor
40 que receberam no primeiro semestre é cerca de 10% a mais do que foi para 2022, porém o valor

1 das bolsas do PED subiu 28% para o PED C e 60% para o PED B. Então o reajuste de apenas
2 10% não contempla esse aumento do valor das bolsas. Fazendo umas contas, mas que talvez só
3 valham para o Imecc, porque é preciso levar em conta como a unidade distribui o PED entre B
4 e C, essa verba precisaria aumentar em cerca de 40%. Acha que isso deve afetar as outras
5 unidades também, então chama a atenção para esse possível aumento no valor do programa
6 PED. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Ricardo levantou esse alerta para pensarem
7 na COP e no Consu do orçamento, porque o número de bolsistas pode diminuir. A Conselheira
8 ANDRÉIA GALVÃO diz que inicialmente se solidariza com a comunidade da FOP por essa
9 perda tão brutal. Vai deixar para falar sobre festas em uma outra oportunidade, para não se
10 desviar aqui do seu foco, mas de fato é uma perda dramática, terrível. Em seguida, parabeniza
11 a Unicamp pelas iniciativas por ocasião da Semana da Consciência Negra e aproveita a ocasião
12 para convidar todos para a aula aberta com o grupo Racionais MC's que vai acontecer amanhã,
13 às 19h, no Centro de Convenções. É um evento organizado em parceria com a ProEC, com o
14 Projeto Afro Cebrap. Ele integra a programação da Unicamp Afro, da Diretoria Executiva de
15 Direitos Humanos, e faz parte da disciplina Tópicos Especiais em Antropologia IV - Racionais
16 MC's no pensamento social brasileiro, que é uma disciplina que mostra como podem aprender
17 com as diversas manifestações culturais e artísticas. Vai ser uma aula transmitida pelo
18 YouTube, então é uma oportunidade para todos. Parabeniza a Administração pelo fim do Sipex,
19 e parabeniza os contemplados com as premiações institucionais, que constam da pauta do
20 Expediente. Informa que no IFCH realizaram um evento muito importante, no final de outubro,
21 que foi o encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências – Anpocs.
22 Foi um evento híbrido, na parte presencial tiveram 800 inscritos e foi muito bom receber todas
23 essas pessoas aqui na Unicamp, mas isso também os mostrou como precisam resolver o
24 problema das cantinas de forma urgente, porque as pessoas não tinham onde comer. Também
25 manifesta a importância das contratações para a Universidade, para todas as categorias, tanto
26 para docentes como para técnico-administrativos. Estão com muitos concursos abertos, mas
27 especialmente nas vagas docentes precisam definir uma política para 2023. Já foram
28 interpelados aqui pelo professor Sarti, quando aprovaram a proposta da Reitoria este ano
29 ficaram de voltar a conversar sobre a fase 4. Os diretores conseguiram apresentar uma proposta
30 específica para as licenciaturas, que foi mencionada pelo professor Renê há pouco, mas
31 precisam avançar porque há novas aposentadorias previstas para o ano que vem. Falaram sobre
32 isso ao tratar das vagas para professor titular, mas com todo esse estrangulamento que vem de
33 anos, correm o risco de fecharem linhas de pesquisa com essas aposentadorias que estão
34 colocadas no futuro próximo. Correm o risco de não ter docentes para determinadas disciplinas,
35 além da sobrecarga de trabalho que acomete a todos porque possuem cada vez mais atribuições
36 e demandas, como a exigência de formação e cultura indígena e afro-brasileira para os
37 estudantes de licenciatura, que é esse projeto que foi mencionado, a curricularização da
38 extensão, entre outras tantas demandas. Acha que é importante também falar sobre o
39 adoecimento de docentes, e não apenas o adoecimento por conta da Covid. Existem muitos
40 registros de adoecimentos sem afastamento, colegas que não exercem o direito de se afastar

1 para cuidar da sua saúde para não sobrecarregar outros colegas. Considera isso muito
2 preocupante, e inclusive é um adoecimento que, em alguns casos também, vem estimulando
3 novas aposentadorias. Observa que o plano de reposição docente foi tímido quando comparado
4 ao da USP e Unesp, que anunciaram contratações de docentes em um número muito superior
5 ao da Unicamp. E o comprometimento do orçamento com pessoal está baixo aqui, então já que
6 esse ponto vai estar na proposta orçamentária e a ideia da Reitoria é fazer um pacote, como
7 disse o professor Antonio José, que seja um pacote generoso, porque precisam valorizar o
8 pessoal, melhorar as condições de trabalho, garantindo a excelência das atividades de ensino,
9 pesquisa e extensão. O MAGNÍFICO REITOR responde que está havendo a terceira tentativa
10 de licitação para resolver a questão das cantinas; duas já foram feitas, infelizmente deram vazio.
11 Sobre a Anpocs, relata que a Nísia Trindade esteve presente, visitou-os na Reitoria, ela que é
12 presidente da Fiocruz com um papel importante na vacina. Em relação às vagas, diz que a USP
13 e a Unesp anunciaram, mas quem fez foi a Unicamp. Quem fez progressão sistematicamente
14 foi a Unicamp e quem fez a abertura de concursos, de fato, foi a Unicamp. Então, entre o ato e
15 a ação, acha que a Unicamp compatibilizou melhor. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
16 diz que houve uma reunião técnica aqui do Cruesp com o Fórum das Seis; o Fórum das Seis
17 apresentou as simulações de reajuste, pelas quais terminariam o ano com uma média de 70%
18 de comprometimento. Os técnicos do Cruesp se pautaram por uma queda na arrecadação em
19 outubro, que de fato ocorreu, de 5% na arrecadação realizada do ano passado para este ano. No
20 entanto, o estado não teve perda de arrecadação, já que a receita corrente líquida do estado foi
21 de R\$28 bilhões contra R\$27 bilhões no mês de setembro do ano passado. Isso se deu pela ação
22 da Procuradoria Geral do Estado, ação cautelar originária, que conseguiu uma tutela antecipada
23 e está recuperando o recurso da redução dos combustíveis que foi concedida na lei
24 complementar 192/2022, na lei complementar 194/2022 e na emenda constitucional 123/2022.
25 Então, acha que o presidente do Cruesp, que é o professor Antonio José, deveria fazer uma ação
26 da mesma maneira, porque se a Procuradoria Geral do Estado conseguiu uma tutela antecipada
27 e está repassando esses recursos para os municípios, que tem 25% da parte do total dos
28 municípios, o estado já conseguiu recuperar R\$3,6 bilhões da sua quota-parte, o que significa
29 dizer que as universidades, desse montante que o estado recuperou e não repassou, teriam
30 R\$345 milhões. Na reunião técnica sugeriram um ofício conjunto, foi discutido mas no final
31 ficou decidido que cada instituição, no caso do Cruesp, e as entidades agiriam
32 independentemente para conseguir essa recuperação desses recursos, mas é uma questão
33 importante. Acompanha o município, e agora em novembro até o repasse de hoje, já dá R\$1,357
34 bilhão abaixo da previsão, então se estão previstos R\$13,1 bilhões agora, em novembro, vai
35 haver uma redução em relação a isso. Então pensa que devem ser feitas ações junto ao governo
36 do estado para obter alguma medida que garanta essa compensação que o estado está recebendo
37 para as universidades, e devem agir conjuntamente em relação a isso. Na Assembleia
38 Legislativa será apresentada uma nova alternativa de peça orçamentária negociada pelo governo
39 de transição, com a aprovação ocorrida hoje dos 50% do teto salarial na Assembleia Legislativa.
40 E o Secretário de Fazenda do estado disse que vai fazer uma alteração orçamentária até o final

1 do ano, combinada com o próximo governo. Acha que devem ficar atentos em relação a isso,
2 para que não tenham nenhuma surpresa. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que na
3 reunião do Cruesp foi feita uma conversa bastante interessante com o Fórum das Seis, tendo
4 sido combinados alguns procedimentos, inclusive um calendário de reuniões para o ano que
5 vem para irem acertando isso. Observa que o Fórum fez todas as previsões com uma base de
6 agosto, até considerando que essa queda de arrecadação em outubro, que o senhor José Luis
7 citou, de praticamente R\$1 bilhão, pode ser que se torne uma perda constante agora, o que joga
8 a arrecadação bastante para baixo. Em agosto, estão fechando o comprometimento de folha em
9 72%, então, sem nenhum reajuste, já subiram acima dos 70%. Lembrando que a arrecadação
10 do ano que vem vai ser menor do que a que preveem para este ano, o que dificulta e aperta um
11 pouco as contas da Universidade, fazendo esse comprometimento subir muito. Para que
12 verifiquem como vai fechar em dezembro a arrecadação, como o novo governo vai assumir,
13 essas reuniões voltam em janeiro, para analisarem o cenário daqui para frente. Observa que
14 quando olham para o comprometimento, é bom olhar o passado, mas é importante também
15 pensar em tudo o que já foi aprovado neste Conselho Universitário para o futuro, como as
16 progressões de titulares aprovadas hoje, pensando também no que foi falado aqui da
17 licenciatura, dessas contratações com base nos programas de desenvolvimento das carreiras,
18 porque isso vai causar um impacto na folha e um aumento no comprometimento. A Conselheira
19 MARISA MASUMI BEPPU diz que devem aproveitar os momentos em que possuem
20 orçamento para refletir estruturalmente algo que afeta a atratividade da Unicamp em relação a
21 bons candidatos docentes e ao sustentáculo da Universidade, que é a parte de ensino, pesquisa
22 e extensão. Então acha que a carreira docente é importante de ser colocada nesse bojo da
23 discussão do Cruesp; recorda que o professor Fernando Sarti comentou que havia alguma boa
24 vontade do Cruesp em montar um GT acerca disso. Na época foi colocado apenas como uma
25 possibilidade, porque esse pleito de condições mais favoráveis para o docente vinha muito
26 fortemente também do jovem docente na USP e em outras universidades. Gostaria de saber do
27 *status*, se esse GT está implantado, se há planos, porque há uma necessidade oficial de que isso
28 aconteça para que possam reverter e pensar estruturalmente quando possuem condições
29 orçamentárias para isso. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz
30 que enviou em outubro uma proposta de política para incentivo ao pós-doutorado no exterior e
31 gostaria de saber do andamento dessa proposta. Foi contatado já pela Secretaria Geral, mas
32 queria também escutar um pouco do que está sendo planejado para o próximo ano acerca desse
33 assunto. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que este ano houve o trabalho
34 do GT que fez um estudo prévio sobre as particularidades das carreiras. Foi gerado um relatório
35 entregue ao professor no meio do ano, e nesse relatório, que foi compartilhado com os
36 conselheiros, consta uma sugestão de uma proposta de criação de um comitê com membros das
37 carreiras especiais que passem a ter assento na CIDD. Para aprofundar as discussões das
38 particularidades de cada carreira, imagina que já estejam sendo encaminhadas as providências,
39 mas lembra que isso é uma demanda ainda. Não é nada fácil, mas ainda estão na expectativa de
40 que haja um andamento desse assunto em 2023. O Conselheiro MARCELO ALVES DA

1 SILVA MORI diz que tinha um questionamento sobre o recurso disponibilizado para o
2 programa de incentivo a jovens pesquisadores, mas já conversou com o professor Sarti, ele o
3 informou que isso passou na COP e passará pela Cepe, e fica feliz de ter sido alterado o texto
4 para contemplar um tempo maior para mulheres com licença-maternidade. Esse foi um pleito
5 que chegou a ele e chegou paralelamente ao professor Fernando e foi contemplado. Outra
6 questão que chegou a ele é sobre a possibilidade, aproveitando que estão em um momento de
7 bonança financeira, e considerando a importância de incentivar e reconhecer a parte acadêmica
8 da Universidade, de fazer os pagamentos retroativos dos prêmios de reconhecimento acadêmico
9 contemplados no período de restrição orçamentária. A Conselheira CLAUDIA MARIA
10 BAUZER MEDEIROS diz que mais uma vez se coloca à disposição das unidades para dar
11 minicursos e palestras sobre o depósito de dados no Repositório de Dados da Unicamp. Este
12 ano já deu 12 palestras em várias unidades, e no ano passado foram 17. Essas palestras e
13 treinamentos fazem parte de toda atividade que a Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa da
14 Unicamp tem conduzido, e que são importantes inclusive para a Unicamp Digital. A segunda
15 observação é chamar a atenção para a programação contínua e muito interessante do Museu de
16 Ciência da Unicamp, que está aberto a sugestões e participação de experimentos, muitos com
17 alunos voluntários que participam de muitas atividades. Um dos experimentos recentes do
18 museu foi todo um fim de semana fazendo ciência a partir de origami. O Conselheiro MÁRCIO
19 ALBERTO TORSONI diz que recentemente foi realizada na FCA a semana cultural. Agradece
20 ao professor Fernando, Pró-Reitor de Extensão e Cultura, representando a Reitoria, pela
21 presença no evento, que envolveu as atividades culturais, mas também o encontro de pós-
22 graduação que já acontece há seis anos. Ocorreu também a Feira do Livro. Foi muito boa,
23 embora haja o problema da cantina, como comentou em outra seção do Consu, que atrapalha
24 um pouco, mas conseguiram amenizar o problema com *food trucks* que chegaram ao local.
25 Agradece à Reitoria pela atenção que tem dado a Limeira, com relação aos problemas com os
26 alunos, o problema do número de docentes e funcionários. O professor César também tem dado
27 muita atenção à execução da obra do ginásio, que acredita que vai começar no ano que vem. A
28 Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA solicita que a Reitoria verifique se há
29 mais algum órgão ligado à Universidade que tenha sido construído em terreno da Funcamp,
30 para que daqui a alguns anos não tenham de ouvir novamente que gastaram mal, que pagarão
31 duas vezes etc. Se na década de 1980 a regra era outra, agora sabem que não podem gastar
32 nenhum centavo em um imóvel que não seja da Unicamp. Então se há algum prédio nessas
33 condições, que não gastem mais nenhum centavo neles. O MAGNÍFICO REITOR passa a
34 palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO solidariza-se, em nome da
35 PRPG, com a FOP por conta do falecimento da aluna; já falaram tudo sobre o assunto, mas
36 nunca é demais reiterar a gravidade do ocorrido. O segundo ponto são premiações recebidas
37 por alunos e doutores vinculados a programas de pós-graduação, no âmbito do programa da
38 Capes, junto à fundação da Volkswagen, que são prêmios de mobilidade urbana sustentável. A
39 Unicamp foi premiada em todas as modalidades desse prêmio. O primeiro lugar do tema
40 “Mobilidade urbana sob a ótica de veículos leves” foi vencido por Samuel Figueira da Silva, da

1 FEM, e uma menção honrosa a Jorge Enrique Verlandia Vargas, também da FEM. No tema
2 “Mobilidade urbana sob a ótica de veículos pesados”, a premiação foi de Letícia Alves Lima
3 Zaneti, aluna da Feec; não houve indicação de menção honrosa nessa categoria. E houve ainda
4 a menção honrosa no tema “Modelos sustentáveis de negócios conectados a melhorias
5 urbanas”, recebida por Flávio Tonioli Mariotto, também aluno da Feec. Então foram
6 premiações quase que todas elas para pós-graduação da Unicamp, nessas áreas tecnológicas.
7 Menciona que já comunicaram e já estão trabalhando, com os coordenadores de pós-graduação,
8 o edital lançado pelo CNPq, que é dos mestrados e doutorados acadêmicos em inovação. O
9 prazo é início de dezembro, mas já estão articulando esse edital com esses programas que
10 tenham interesse em bolsas para os seus alunos. Também estão agora começando a encaminhar,
11 no âmbito interno da Universidade, o convênio formal com a Universidade Virtual do Estado
12 de São Paulo – Univesp, a USP e a Unesp, para definição de um convênio das quatro
13 universidades para a formulação do curso de pós-graduação, mestrado e doutorado *stricto*
14 *sensu*, na área de educação digital. Vão apresentar uma proposta de curso novo no início de
15 2023 e, antes disso, esse convênio tem de ser assinado pelas universidades. Na próxima semana
16 já começa a ser encaminhado internamente e fica feliz que tenham entrado nessa conversa,
17 porque é uma área importante, de impacto, e estão se unindo à Univesp para dar uma *expertise*
18 especial para essa iniciativa. Estão ainda ansiosos com o que vai acontecer com o MEC, com a
19 Capes, com a própria avaliação. Na semana que vem, haverá a reunião do CTC da Capes para
20 avaliar a reconsideração de notas solicitada; a Unicamp encaminhou 14 pedidos de
21 reconsideração de notas, mas é só na semana que vem que essa reunião vai acontecer e então
22 haverá as notas definitivas da Unicamp. Já mencionou que elas são muito positivas e quer crer
23 que elas poderão ser ainda mais em função dessas reconsiderações encaminhadas. Finalmente,
24 respondendo ao professor Ricardo e fazendo aqui uma consideração: a PRPG não distribui
25 recursos, quem distribui recursos é a comissão PED que tem sua fórmula para isso, e que tem a
26 PRG e a PRPG como membros. Essa é uma fórmula que faz a alocação para as unidades dos
27 recursos e não de bolsas, especificamente. E esse problema que o professor Ricardo menciona
28 do número de bolsas é um problema muito específico, sim, do Imecc, porque ele utiliza os
29 recursos para mais bolsistas de uma categoria do que de outro. Entretanto, o alerta está dado,
30 vão conversar com o professor Sarti, com a Aeplan e com a comissão para ver em que medida
31 esse montante avaliado pela COP é suficiente para que a resolução que aumentou a referência
32 das bolsas seja contemplada devidamente. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA
33 TORO solidariza-se com a FOP pela perda da aluna, algo muito trágico. Em seguida, relata que
34 está acontecendo uma jornada sobre o impacto da pandemia no ensino de graduação. Será hoje
35 e amanhã, no EA², com participação da Universidade Federal do ABC, Universidade Federal
36 de São Carlos, USP, Unesp, Unifesp e Centro Paula Souza. Que tiver oportunidade de assistir
37 presencialmente, ou através do YouTube do EA², está sendo um ótimo evento. O Conselheiro
38 JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que a nova página da PRP já está no ar há
39 algum tempo, convida todos a visitarem e informa que nela constam os editais que estão em
40 aberto da Fapesp e de outras fontes. E também há a versão final do anuário de pesquisa, que

1 ficou muito bonito. Referente à proposta do professor Marco Antonio, diz que o Gabinete
2 solicitou que a PRP levasse à frente essa proposta, algo já sugerido pelo próprio professor
3 Marco. Já leu a proposta e em termos de ideias e princípios concorda com absolutamente tudo,
4 sobretudo com a ideia de facilitar o sabático, o pós-doutorado, mesmo porque a Fapesp vem
5 exigindo isso dos docentes para que eles possam almejar projetos mais ambiciosos. Isso tem
6 sido uma solicitação frequente de algumas unidades na Comissão Central de Pesquisa, em
7 particular da FCA, mas não só dela. Acha que isso é importante para todos, e o gargalo principal
8 que vê na proposta é, no artigo 2, os itens I e II, que mencionam a admissão de professor
9 substituto que assumirá carga didática do docente afastado para a realização de pós-doutorado
10 no exterior. Isso é um ponto nevrálgico, é um ponto que vem sendo levantado nas CCPs, e que
11 precisam trabalhar em conjunto com a PRDU, porque extrapola um pouco os limites da PRP.
12 O segundo ponto dá para ser: “Cabe ser administrado inteiramente na PRP, que é o pagamento
13 de um auxílio a pesquisa, a ser concedido com recursos do Faepex para docente ou pesquisador
14 da carreira Pq quando do seu retorno de atividades regulares na Unicamp”. Isso está muito em
15 sintonia com a ideia de refazer o manual do Faepex, e algumas novas linhas de auxílio vão ser
16 criadas com esse espírito de retomada das atividades, um docente que volta de uma licença-
17 saúde, ou de uma licença-maternidade, são momentos da vida muito específicos que podem
18 prejudicar a evolução pontual da carreira científica. Então isso já será discutido, e a ideia do
19 professor Marco Antonio deve ser discutida no mesmo bojo, sabendo que seria mais uma linha
20 possível para os recursos do Faepex que terão de equacionar. As ideias e os princípios estão
21 encampados, agradece pela iniciativa, e convida o professor Marco Antonio a fazerem reuniões,
22 até um pequeno grupo de trabalho junto com os assessores para trabalhar nisso. Em seguida,
23 manifesta seu pesar e sua solidariedade à FOP, e como docente da Feec, em particular,
24 manifesta o seu pesar pelo falecimento do professor Daniel Camilo. Era amigo do professor
25 Daniel, com quem conviveu por décadas. Ele já era docente quando ingressou como aluno,
26 formou-se pelo Instituto de Computação, que na época ainda era departamento do Imecc. Pelo
27 que se registra, Daniel foi o primeiro estudante negro da Unicamp e docente da Feec, amigo de
28 todos, portanto lamentam muito esse falecimento recente. O Conselheiro FERNANDO SARTI
29 solidariza-se com a FOP, mas em particular com a família da estudante. Sob nenhuma hipótese
30 podem banalizar a violência. A pergunta do professor Ricardo já foi respondida pela professora
31 Rachel, mas observa que na peça orçamentária estão propondo R\$8,472 milhões para o
32 programa PED, um recurso que lhes foi solicitado e que corresponde a 200 PEDs B e 825 C.
33 Respondendo à professora Rosmari, diz que haverá uma reunião da CIDD no dia 07 de
34 dezembro, onde vão propor a formação de dois GTs. Um especificamente para os colégios
35 técnicos e outro para as demais carreiras, e vão pedir que desta vez o GT seja um pouco mais
36 detalhado, um pouco mais aprofundado nas análises e em cima de três eixos. Primeiro a
37 reestruturação dos níveis de carreira; segundo a revisão dos perfis de cada uma das carreiras; e,
38 finalmente, novas regras e normas para a progressão. Isso vai estar detalhado na próxima
39 reunião. Ao professor Marco Antonio o professor João Romano já respondeu, mas lembra que
40 há uma iniciativa, uma proposta bastante interessante, que veio da Deri. Sobre o processo de

1 internacionalização, acha que poderiam pensá-lo como um programa mais amplo para 2023.
2 Sobre a questão da atratividade, o professor Marcelo tem toda razão, ele tem inclusive uma
3 proposta importante, sobre a qual sabe que o professor João Romano também está se
4 debruçando, que é sobre os jovens pesquisadores. Acha que devem fazer um esforço muito
5 grande de realmente segurar esses talentos. A USP tem um programa, então acha que é uma
6 outra proposta importante para 2023. Em relação à atratividade dos jovens docentes,
7 referenciada pela professora Marisa e pelo professor Marcelo, lembra que já aprovaram os
8 recursos na COP e espera aprovar na Cepe o programa de incentivo aos novos docentes. A
9 expectativa é de trabalhar com um universo em torno de 600 docentes, tanto os que têm menos
10 de 10 anos de Unicamp quanto os recém-contratados. Vão criar um edital para que eles tenham
11 a oportunidade de submeter os seus projetos não necessariamente aprovados. Em relação à
12 pergunta da professora Heloise, informa que entrou em contato agora com a senhora Maria
13 Aparecida, da DGRH, e a informação que ela traz é que estão tratando do assunto, avançaram
14 muito na análise das informações das unidades, o sistema dos RHs está catalogando as
15 informações sobre funções e postos de trabalho e a Divisão de Segurança do Trabalho já iniciou
16 também a análise dos requisitos de insalubridade e periculosidade. Por último, ressalta que
17 acabou de ser aprovado o aumento do subsídio do Governador, o que certamente tem um
18 impacto importante sobre o orçamento da Universidade. O senhor Thiago e ele já estão
19 preocupados, avaliando, e trarão esses números na reunião do Consu orçamentário. A
20 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI informa que haverá um evento no dia 07 de dezembro,
21 que foi uma iniciativa da Unicamp, como já comentou a doutora Tânia, do Sappe, o Seminário
22 sobre Propostas de Saúde Mental e Bem-Estar nas Universidades Públicas do Estado de São
23 Paulo. Percebeu que essas oportunidades de trabalho em conjunto entre as universidades têm
24 sido realizadas pelas diferentes pró-reitorias e, inclusive, unidades, o que considera uma
25 iniciativa muito positiva. Informa que estão cuidando da reorganização do Cecom de Limeira
26 e também do edital para que haja ambulância disponível no *campus* de Limeira 24 horas. Estão
27 providenciando a contratação de profissionais de diferentes áreas para Limeira: médicos,
28 enfermeiras, psiquiatras, administrativos para organizar o Cecom, que estava bastante
29 deficitário, e também ter um serviço que pudesse atender rapidamente as pessoas no *campus* de
30 Limeira. Salienta que a Unicamp saiu na frente e instituiu a volta do uso de máscaras, higiene
31 das mãos, incentivo à vacinação e outras medidas preventivas para Covid antes de todas as
32 outras universidades paulistas. Ela foi seguida depois pela USP, pela Unesp e por último,
33 infelizmente, pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal. Lembra que não existem no
34 momento medidas restritivas, ou seja, é possível a organização de eventos na Universidade ou
35 fora dela, em todos os locais, inclusive locais públicos, apenas havendo a solicitação do uso de
36 máscaras. Agora há pouco estava conversando com o professor Ivan e saiu uma notícia na
37 “Folha de S. Paulo” de que o Governo Federal reduziu em R\$1,6 bilhão o orçamento da Saúde,
38 antes de entrar o próximo presidente. Então isso é bastante sério em relação à Saúde no país.
39 Incentiva a todos que tomem a terceira dose da vacina da Covid. Em seguida, diz que ficou
40 muito triste em saber da perda dessa aluna em uma circunstância tão avassaladora, algo que não

1 é a primeira vez que ocorre e nem será a última. Infelizmente passarão por esse tipo de
2 ocorrência outras vezes. Agradece à hospitalidade do IG, na figura do professor Márcio Cataia,
3 e parabeniza o professor João Romano pelo lançamento do Bios, Centro de Pesquisa em
4 Inteligência Artificial, que ocorreu ontem no IG. Também agradece ao professor Jefferson
5 Cano, que se despede do Consu, agradecendo toda a colaboração à Reitoria e a convivência tão
6 harmoniosa. Bem como à senhora Elisabeth, que se despede também, pela participação sempre
7 tão positiva e propositiva, e fica feliz em saber que ela estará sempre com eles em tudo o que
8 precisarem. Agradece ainda à professora Claudia Medeiros, que se colocou à disposição para
9 as aulas sobre o repositório de dados da Unicamp, destacando que vai divulgar essa intenção
10 por onde passar. Por fim, parabeniza os contemplados com as premiações institucionais do ano
11 de 2022. O MAGNÍFICO REITOR propõe votos de pesar às famílias de Benedito José Barreto
12 Fonseca, professor aposentado da Unicamp e Reitor da PUC-Campinas no período de 1968 a
13 1980, que faleceu no dia 12 de novembro; Heloise Magalhães, discente da Faculdade de
14 Odontologia de Piracicaba, que faleceu no dia 20 de novembro; Daniel Camilo, professor
15 aposentado da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, que faleceu no dia 27 de
16 novembro; Antônio Rosemberg Santos Coelho, irmão do Pró-Reitor de Extensão e Cultura,
17 Fernando Antonio Santos Coelho, que faleceu no dia 27 de novembro e que motivou a ausência
18 do professor Fernando no Conselho Universitário de hoje. A família dele é do Rio de Janeiro e
19 ele se ausentou para comparecer à despedida do seu irmão que faleceu. Provavelmente o
20 professor Coelho daria esses informes com muito mais adequação, mas relata que esteve na
21 abertura de um evento importante, o Congresso de Extensão da Unicamp. A extensão tem
22 adquirido um porte bastante grande, e o professor Coelho tem sido uma pessoa de muita
23 iniciativa. Receberam na abertura o professor Boaventura de Sousa Santos, de Portugal, uma
24 pessoa que tem um peso importante na área de Ciências Humanas e na reflexão sobre a questão
25 da extensão. Menciona que a professora Cristina Meneguello, do IFCH, ganhou um prêmio em
26 função das Olimpíadas de História, ela que é uma incentivadora das olimpíadas e atua com
27 muita intensidade na Olimpíada de História. Em relação à carreira docente, esclarece que não
28 houve nenhuma iniciativa no Cruesp específica em relação a isso. Na sua visão, acha que a
29 priorização que deveriam dar é em relação aos incentivos àqueles que estão na etapa
30 intermediária da carreira. É uma visão diferente, talvez, de uma parcela das pessoas que acham
31 que precisam incentivar a entrada. Têm havido, exceto em alguns cursos muito específicos,
32 concursos extremamente concorridos. Se as pessoas procurarem ver o número de inscritos,
33 perceberão que o problema não é ter poucos inscritos nos concursos, mas perder professores
34 que vão para o mercado e saem daqui. Então pessoalmente tem mais preocupação com os
35 docentes nível MS-3.2, 5.1, a preservação do patrimônio que já possuem aqui. É uma discussão
36 que terão de fazer, mas de toda forma está aqui explicitando sua opinião, que é a mesma que
37 possui em relação aos funcionários. A ênfase deveria ser valorizar as carreiras internas, aqueles
38 que já fazem parte do quadro, tentar melhorar o desempenho para, inclusive, conseguir fazer
39 mais com um número restrito de pessoas. E isso, obviamente, exige um cuidado de reorganizar
40 as carreiras que não passa necessariamente só por reajuste salarial. A Unicamp teve uma

1 situação um pouco diferente das outras universidades, ela fez uma reposição anterior de
2 quadros, há aqui um número muito grande de quadros jovens e um grande interesse em
3 preservar essas pessoas aqui. Precisam ter cuidado ao lidar com isso, tanto no universo docente
4 como no universo de funcionários, porque não acha que é uma política de reajuste salarial, que
5 é algo mais horizontal, mas tem a ver com as promoções nas carreiras, com a velocidade de
6 fazer isso e outras coisas que podem pensar. Informa que a Diretoria Executiva de Relações
7 Internacionais tem organizado missões para o exterior, com pessoas da própria Deri e algum
8 diretor, ou diretor associado, de cada uma das áreas da Unicamp. Participou de duas delas: uma
9 na Alemanha e outra recentemente no Reino Unido, e tem sido algo bastante interessante,
10 depois de toda a dificuldade que as relações internacionais e o contato pessoal sofreram no
11 período da pandemia, veem reacender um interesse muito grande no Brasil. Passaram por várias
12 universidades alemãs e inglesas, e fizeram também contato nas embaixadas, nos dois lugares.
13 Renovaram alguns convênios de cooperação, viram possibilidades de abrir chance de irem
14 alunos de fim de curso de graduação, pois várias dessas universidades têm interesse em estreitar
15 convênios, seja pesquisadores, docentes, alunos em geral, inclusive de final de curso, com
16 algumas possibilidades de participação de curta duração e também de técnico-administrativos
17 de ação mais específica. O professor Fernando falou da ideia de ter um incentivo especial para
18 a questão de internacionalização, e acham que é um desafio. Além disso, devem ter algum
19 componente de atrair as pessoas para cá também, sendo que o tópico que seguidamente foi
20 mencionado em todas essas conversas é a sustentabilidade, seja a questão mais ambiental
21 mesmo, mas também a questão da inclusão. Então, existe um interesse dessas outras
22 universidades de também enviar pessoas para cá. Há aqui o famoso desafio de terem poucos
23 cursos em inglês, então vão precisar enfrentar isso, tanto para formar os alunos aqui para poder
24 mandá-los com mais intensidade para fora, como também para receber com maior quantidade
25 de pessoas de fora. Naquele pacote de professores também há o desejo de ampliar essa ação de
26 cursos de língua inglesa aqui dentro, estão conversando com o IEL a possibilidade de ter uma
27 habilitação em inglês também, que gere algum efeito benéfico internamente para a comunidade.
28 A questão da inclusão amplia esse problema porque, obviamente, estão colocando pessoas que
29 dificilmente têm acesso a cursos particulares de inglês, por exemplo. Então precisam pensar
30 nisso para também viabilizar uma internacionalização em função das questões de inclusão.
31 Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha
32 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a
33 digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 29 de
34 novembro de 2022.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 180ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 28 de março de 2023, sem alterações.